



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS UNIEVANGÉLICA
Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Mestrado Multidisciplinar em Sociedade Tecnologia
e Meio Ambiente

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA
COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIA: O caso do Senac em Caldas
Novas Goiás (2005 A 2012)

ANÁPOLIS - GO
2013



ROSA MARIA FERREIRA CHAPADENSE

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EMPREGO E
RENDA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL: O caso do Senac
em Caldas Novas-Go (2005 A 2012)**

Dissertação apresentada como exigência do Programa de Pós-Graduação Stricto – Sensu - Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em Sociedade Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica para a realização do exame de defesa.

Orientadora: Dr^a Genilda D´arc Bernardes

ANÁPOLIS - GO
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

Políticas de Formação Profissional, Emprego e Renda como Fator de Inclusão Social: O caso do Senac em Caldas Novas Goiás (2005-2012)

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Genilda D'Arc Bernardes – UniEVANGELICA

Professor Doutor Ricardo Luiz Machado – UniEVANGELICA

Professor Doutor Revalino Antônio de Freitas – UFG

Professor Doutor Francisco Itami Campos – UniEVANGELICA
Suplente

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho...

À DEUS, por conceder luz no meu caminho e lâmpada aos meus pés para que eu pudesse chegar até aqui;

Aos meus pais que, em vida, sempre acreditaram em meu potencial, investindo e me incentivando a romper com as barreiras para atingir um degrau a mais.

Ao meu grande companheiro João Pedro Maia de Paula pelo apoio incondicional na conclusão desse mestrado.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, muitos foram aqueles que contribuíram com seus, incentivos, apoio, talentos e conhecimentos, aos quais destaco e dirijo meus agradecimentos:

A DEUS, por permitir que eu fizesse parte deste brilhante mestrado.

A professora Dr^a. Genilda D'arc Bernardes, pela sua incansável atenção, carinho, apoio e intervenções com conhecimentos generosos, transmitindo-me segurança e desejo de fazer cada vez melhor.

Ao professor Dr. Ricardo Luiz Machado, por sua valorosa contribuição na qualificação, com ponderamentos e considerações para alcançar maior efetividade na pesquisa.

À professora Dr^a. Giovana Galvão Tavares, pelo carinho, sinceridade, e pelas sugestões, também valorosas em meu trabalho de pesquisa.

Ao professor Dr. Roberto Prado de Moraes, pelo legado deixado para toda minha vida.

À todos os professores que fizeram parte do Programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente no ano de 2011.

À todas as pessoas que fizeram parte do processo de pesquisa concedendo entrevistas e informações importantes do Senac, em especial a Senhora Felicidade Maria de Faria Melo, a Senhora Maria de Lourdes Martins Narciso e o Senhor Cássio Resende Nardon.

Ao meu companheiro João Pedro Maia de Paula pelo apoio durante a árdua caminhada ao reconhecer com maturidade, compreensão e paciência minhas ausências em virtude da pesquisa.

Àquelas pessoas que me auxiliaram direta ou indiretamente, em especial à Senhora Eunice Mendes R. Barbosa.

A todos meus sinceros agradecimentos.

Anápolis/GO,2013

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 1	Pesquisa de satisfação dos cursos de Microcomputador, Recepcionista, Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança no Trabalho.....	81
Gráfico 1	Empresas parceiras do senac de Caldas Novas.....	94
Quadro 1	Linhas de Ação do Programa Sociedade da Informação.....	50
Quadro 2	Cursos Ofertados pela Unidade de Caldas Novas.....	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cenário da mão de obra do Senac no pós guerra.....	63
Figura 2	Centro de Formação Profissional	64
Figura 3	Unidades móveis do Senac no Brasil.....	68
Figura 4	Nova logomarca de identidade visual do senac.....	69
Figura 5	Regional de Goiás – Sede em Goiânia.....	71
Figura 6	Laboratório de informática nas Unidades do Senac Goiás.....	72
Figura 7	Sede da Faculdade Tecnológica do Senac Goiás.....	73
Figura 8	Mapa com a localização do município de Caldas Novas.....	74
Figura 9	Vista aérea das áreas de turismo e hotelaria.....	74
Figura10	Sede da Unidade Educacional de Caldas novas Senac.....	75
Figura11	Nova Unidade do Senac em Caldas Novas GO.....	75
Figura12	Avaliações e entrevistas realizadas na pesquisa de campo.....	76
Figura13	Relatório do Senac no ano de 2010.....	77
Figura14	Eixos tecnológicos encontrados no Senac de Caldas Novas	77
Figura15	Políticas norteadoras das ações do Senac.....	90

SIGLAS UTILIZADAS NO TRABALHO

PIS	Programa de Integração Social
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
Planseqs	Planos Setoriais de Qualificação
PlanTeQs	Planos Estaduais e Territoriais de Qualificação
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPTR	Política Publica de Trabalho e Renda
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PSG	Programa Senac Gratuidade
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Educação
SECTEC	Secretaria da Educação Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comercio
SESI	Serviço Social da Industrial
SINE	Sistema Nacional do Emprego
UEG	Universidade Estadual de Goiás

RESUMO

Com a crise capitalista internacional nas últimas décadas, a situação do emprego e renda no mundo do trabalho sofre alterações nos países centrais emergentes. No Brasil, a partir dos anos de 1980 e mais especificamente nos anos de 1990 configura-se o agravamento da realidade do emprego e suas relações de trabalho e renda. Diante dessas mudanças, necessário de faz a adoção de uma nova mentalidade ao enfrentar os desafios constantes do atual cenário econômico e social. A cidade de Caldas Novas Goiás como parte integrante desse cenário, conhecida internacionalmente como o maior centro de águas termais do mundo, também sofre com os novos desafios socioeconômicos, buscando alternativas, como as políticas de formação profissional emprego e renda, para se fortalecer e combater os desafios encontrados no mundo do trabalho atual. Diante do exposto, o estudo que segue, tem como objeto de pesquisa o SENAC de Caldas Novas, contextualizado sob as novas configurações do mundo do trabalho, bem como, desenvolvido no sentido de conferir a ênfase das políticas de formação profissional emprego e renda como fator de inclusão social desenvolvidas na Unidade de Educação do SENAC de Caldas Novas frente à situação do desemprego e a necessidade da qualificação profissional deste município de Caldas Novas – Goiás. Para tal, buscou-se nessa investigação, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo com visita *in loco*, observação, análise e entrevistas para coletar e analisar os dados voltados para os objetivos propostos neste estudo. A pesquisa de campo demonstrou que, o Senac de Caldas Novas apesar de desenvolver políticas de formação emprego e renda, por meio de cursos de qualificação, aperfeiçoamento e outros da natureza com inegável competência e qualidade, não desempenha ações pontuais suficientes de acordo com o modelo de seguridade social público previsto em lei constitucional de 1988, no que se refere à pobreza, conhecidas atualmente como medidas emergenciais. Ele cumpre com seu papel em buscar sua diferenciação no mercado com uma gestão moderna, flexível e capaz de acompanhar os avanços tecnológicos, mas, não suficiente para alterar os processos que produzem a situação de pobreza, pois a maioria de seus produtos são inalcançáveis à essa demanda. Evidenciou-se também, nesta dissertação, que as ações de qualificação social e profissional do Governo como, o programa Plano Nacional de Qualificação (PNQ), mencionado nesta pesquisa, cujo caráter é compensatório, eventual e fragmentário, revela-se contraditório, na medida em que não se percebe na prática a distinção entre o que venha a ser afirmação de direitos constitucionais e ações emergenciais empregadas por ele. É preciso, portanto, registrar de foma explicativa, que essas evidências e constatações não significam uma crítica às políticas de formação profissional do Senac e aos programas de geração de emprego e renda em si mesmos e sim, reconhecer que os mesmos têm o mérito de atender às necessidades imediatas de sobrevivência de trabalhadores sem emprego buscando criar condições para sua integração ao atual mundo do trabalho. Porém, as propostas, têm caráter provisório de alívio à situação de pobreza e inclusão social e quando não acompanhados de outras medidas estruturais, tornam-se medidas paliativas. Assim, o desafio que se apresenta é o de superar as medidas paliativas com estratégias de inclusão social e empreender alternativas mais duradouras de intervenção social condizentes com o *boom* do emprego no país e que retomem o paradigma de inclusão social, segundo o quesito constitucional, no qual as condições de vida e trabalho dos trabalhadores passem a

ser vistas como um problema público, de modo a reafirmar a universalização e a integração desses programas de combate à pobreza com outras esferas sociais, proporcionando maior incentivo financeiro às instituições privadas, como o SENAC que tem estrutura suficiente para desenvolver políticas de trabalho e renda.

Palavras-chave: Políticas de formação profissional - SENAC. Políticas de emprego e renda e inclusão social.

ABSTRACT

With international the capitalist crisis in the last few decades, the situation of the job and income in the world of the work suffer to alterations in the countries central offices and emergencies. In Brazil, from the years of 1980 and more specifically in the years of 1990 one configures the aggravation of the reality of the job and its relations of work and income. Ahead of these changes, necessary of it makes the adoption of a new mentality when facing the constant challenges of the current economic and social scene. The city of Caldas Novas Goiás as integrant part of this scene, known internationally as the biggest thermal water center of the world, also suffers with the new socioeconômics challenges, searching alternative, as the politics of professional formation job and income, to fortify and to fight the challenges found in the world of the current work. The study that follows it has as research object the SENAC of Caldas Novas, contextualized under the new configurations of the world of the work, as well as, developed in the direction to confer the emphasis of the politics of professional formation job and income as factor of social inclusion developed in the Unit of Education of the SENAC of Caldas Novas front to the situation of the unemployment and the necessity of the qualification professional of this city of Caldas Novas - Goiás. To this end, we sought in this investigation, through bibliographic research, desk research and field research with on-site visit, observation, analysis and interviews to collect and analyze data focused on the objectives proposed in this study. The results demonstrated that Senac Caldas Novas while developing training policies employment and income through training courses, upgrading and other nature with undeniable competence and quality, not enough plays specific actions according to the model public social security provided by law constitutional in 1988, with regard to poverty, currently known as emergency measures. He fulfills his role in seeking their differentiation in the market with modern management, flexible and able to follow the technological advances, but not enough to change the processes that produce poverty, since most of their products are unattainable at this demand. It was evident also in this dissertation that the actions of social and professional qualification of the Government and the National Qualification Program Plan (PNQ), mentioned in this research, whose character is compensatory, incidental and fragmentary, it appears contradictory, since where they do not realize in practice the distinction between what may be affirmation of constitutional rights and emergency actions employed by him. You must therefore register for foma explanatory, and evidence that these findings do not imply a criticism of vocational training policies Senac and programs to generate employment and income for themselves and yes, recognize that they have the merit to meet the immediate survival needs of unemployed workers seeking to create conditions for their integration into the current world of work. However, the proposals have a provisional relief to poverty and social inclusion and when not accompanied by other structural measures become palliative measures. The challenge presented is that of overcoming the countermeasures with social inclusion strategies and undertake longer lasting alternative social intervention consistent with the employment boom in the country and to resume the paradigm of social inclusion, according to the Constitutional Question, in which the conditions of life and work of workers come to be seen as a public problem, in order to reaffirm the universalization and integration of programs to fight poverty with other social spheres, providing greater financial incentives to private institutions, as it has Senac enough structure to develop

workplace policies and income.

Word-key: Politics of professional formation- SENAC. Politics of job and income and social inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	16
1.1. O Termo Política e Política Pública	16
1.2. Histórico das Políticas de Emprego e Renda no Brasil	20
1.3. O Mercado de Emprego e Renda e a Formação Profissional no Brasil	25
1.4. A Educação Profissional com ênfase na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) Nº 9.394/96	28
2 O PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO E AS CRISES ECONÔMICAS NO MUNDO DO TRABALHO	33
2.1 A Compreensão Marxista Frente às Crises Econômicas e Políticas sob o Olhar de FRITSCH, GORZ e SHUMPTER	33
2.2 A Concepção Arenditiana sobre o Trabalho: reflexões em torno da condição humana e sua influência no pensamento social contemporâneo	36
2.3 Crise Econômica: do Neoliberalismo à Globalização	41
2.4 As Transformações da Sociedade Moderna/Pós-Moderna à Sociedade da Informação	42
2.5 A Sociedade Informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial sob a ótica de Shaaf, Santos e Castells	43
2.6 Exclusão social e trabalho: da sociedade industrial à sociedade da informação	43
2.7 Síntese da legislação do trabalho no Brasil	55
3 O SENAC COMO ENTIDADE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA NO BRASIL	60
3.1 O Senac Regional de Goiás e o contexto profissional na unidade de Caldas Novas ..	68
3.1.1 A Unidade do SENAC de Caldas Novas – Goiás	74
3.2 Pesquisa de Campo: Apresentação e Discussão	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	116
APÊNDICES	124

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo investigar as políticas de formação profissional emprego e renda no município de Caldas Novas, tendo em vista, os impactos das novas configurações do mundo do trabalho que exigem da sociedade uma postura diferente nas relações trabalhistas e produtivas, ou seja, na geração de emprego e renda.

Sendo assim, a intenção com esse tema, parte da necessidade de conhecer um trabalho mais ostensivo, ou seja, de conhecer a realidade de uma Instituição que desenvolve políticas públicas com mais ênfase. Para tal, o SENAC de Caldas Novas foi o escolhido para que se possa investigar o trabalho desenvolvido pela equipe, no que se refere às políticas de formação profissional, emprego, renda e a inclusão do cidadão caldasnovense no mercado de trabalho num recorte de 2005 e 2012, cujo tema se insere na linha de pesquisa Sociedade e Políticas Públicas do Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica.

A cidade de Caldas Novas, segundo Belisário (2005), está situada no Estado de Goiás, na região Centro-oeste do país e tem no turismo, uma das maiores fontes de renda. Mas, segundo Albuquerque (1998) foi a partir de 1985 com a expansão turística acelerada, que surgiram vários problemas como, o crescimento urbano descontrolado, especulação imobiliária, degradação ambiental e homogeneização cultural dos lugares. Diante desse cenário observa-se a falta de mão de obra qualificada para suprir as necessidades do mercado de trabalho local.

Aos poucos, a sociedade de Caldas Novas rompe com as barreiras culturais e articula-se no sentido de buscar Entidades e/ou Instituições formadoras de mão de obra que possam suprir essa deficiência. Representada pela secretaria municipal de ação social, juntamente com as secretarias de educação, da indústria e do comércio e do turismo, a comunidade local procura desenvolver ações voltadas para a qualificação profissional e o encaminhamento ao emprego por meio dos órgãos competentes. Nesse sentido, tem-se o SINE como um dos órgãos mais atuantes neste município de Caldas Novas.

Outras Instituições de educação profissional existentes para subsidiar as empresas e atender a demanda na área da qualificação profissional são: SESC,

SEBRAE, SENAC e a UEG. O sistema “S” e o SINE contam com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, praticando serviços de intermediação de mão de obra com o apoio dos governos federal, estadual e municipal, bem como, o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, que tem como objetivo promover ações que geram ou mantenham emprego e renda, permitindo o acesso ao crédito a pequenos negócios, tanto no campo, quanto na cidade, e também no fomento às micro e pequenas empresas, no que se refere à capacitação gerencial do beneficiário, acompanhamento e assistência técnica amparados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A análise desse contexto permite investigar as políticas de formação profissional desenvolvidas pelo SENAC de Caldas Novas, constatar as alternativas de geração de emprego e renda, por meio de um levantamento dos cursos de capacitação profissional, oferecidos e solicitados, como também, compreender a origem e o destino dos recursos financeiros públicos e/ou privados desta Instituição de Educação Profissional.

Diante dessas perspectivas políticas constata-se a relevância desta pesquisa, pois seus resultados contribuirão potencialmente para o universo acadêmico e profissional na busca do entendimento e avaliação das políticas de educação profissional, que vêm sendo oferecidas e desenvolvidas pelo SENAC de Caldas Novas, com vistas à inclusão social dos trabalhadores desta cidade.

Segundo Dal Rosso & Sá Fortes (2008) na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Dessa forma, destacam-se como problemas trabalhados nessa pesquisa do SENAC: Como a Instituição vem desenvolvendo as políticas de formação profissional, emprego e renda? Quais são os cursos de capacitação profissional praticados? Qual a origem dos incentivos financeiros recebidos bem como, o retorno em relação à inclusão social do município?

Os procedimentos empregados neste estudo foram a pesquisa bibliográfica, constituída de produções científicas, livros e legislação oficial, a pesquisa documental, a pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com gestores, professores/coordenadores e alunos ao analisar e mensurar os dados coletados, os quais permitem a identificação dos elementos constituintes do objeto estudado,

estabelecendo o desenho real da estrutura e a evolução de suas relações, no que se refere às políticas de inclusão social do trabalhador.

Pautado por alguns critérios essenciais na elaboração de uma pesquisa citados por Demo (2000) como originalidade, objetivação, sistematização, coerência e consistência, o presente estudo se apresenta em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo analisar as novas configurações do mundo do trabalho, mapeado pelos conceitos e definições de políticas públicas pelos teóricos; Johnson (1997), Rua (1998), Bobbio (1999), bem como, histórico das políticas de geração de emprego e renda no Brasil, disseminadas e evoluídas pela filosofia clássica de Say e Keynes e o novo regime de acumulação capitalista apresentado por Ramos (2003). O segundo capítulo contém algumas reflexões sobre o pensamento social contemporâneo e as crises econômicas do mundo do trabalho com os protagonistas Marx (1982), para compreensão das razões que levam à crise econômica e política; de Arendith (2007), aborda-se a condição humana que influencia o pensamento social contemporâneo; Antunes (1998, 1999, 2002) e Pochmann (2007), com suas literaturas, as quais contextualizam a forma de ser da classe trabalhadora e sua exclusão na sociedade contemporânea. O terceiro e último capítulo, que antecede a conclusão, é direcionado ao SENAC como Entidade de educação profissional, emprego e renda no Brasil, criado através do Decreto-lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946, pelo Presidente da República Brasileira José Linhares, representado pelo Ministro do Trabalho Carneiro de Mendonça, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, baseado no artigo 180 da Constituição Federal Brasileira, que atribui à Confederação Nacional do Comércio a responsabilidade de criar, organizar e administrar no território nacional, as escolas de aprendizagem comercial. Direcionado também ao SENAC Regional de Goiás e em especial ao contexto de educação Profissional da Unidade Educacional de Caldas Novas, embasados em pesquisa documental, em trabalho de campo, em aplicação das entrevistas e em análise das pesquisas de satisfação dos clientes pelos alunos.

1 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

[...] a Sociologia do Trabalho se reelabora a partir do esquema trifásico qualificação-desqualificação-requalificação e da qualificação como construto social e uma certa Sociologia da Educação e a Pedagogia do Trabalho se desenvolvem ancoradas no paradigma trabalho como princípio educativo.(Lima,,2005).

Este capítulo tem como objetivo analisar as novas configurações do mundo do trabalho que irão auxiliar na composição do conceito e definição das políticas públicas, bem como o histórico e a situação atual nas políticas de geração de emprego e renda.

Analisar o contexto do emprego e renda no Brasil requer uma reflexão sobre os aspectos históricos, as políticas econômicas e as influências externas para identificar as exigências do desenvolvimento e o investimento das forças de trabalho no país.

Nesse sentido, para abordar as políticas de formação profissional, emprego e renda como fator da inclusão social, é necessário buscar por meio de investigação, um diálogo com perspectivas abertas entre as teorias, que refletem sobre a temática abordada, objetivando a construção dos conceitos de políticas públicas. Pois segundo Bernardes e Chaves, (1999 P. 121), “O pesquisador deverá estar atento à definição dos conceitos fundamentais, pois é o exercício que permitirá a utilização da teoria como instrumento de apreensão do real”

1 .1 O Termo Política e Política Pública

Para iniciar o debate sobre a definição do termo política e/ou política pública, o presente estudo tem a contribuição de importantes estudiosos como, Johnson, (1997) que define política como um processo social através do qual o poder coletivo é gerado, organizado, distribuído e usado nos sistemas sociais e sociável, Ruz (1998), que entende a política como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos e Bobbio (1999), que conceitua política como derivado do adjetivo originado de polis (politikós), que significa tudo que se refere à cidade, ou seja, ao que é urbano, civil, público e social.

O termo política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles¹ (1985), intitulada Política, primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão de Estado, como também, sobre as várias formas de governo, a chamada, arte ou ciência de governo.

Para conceituar e/ou definir políticas públicas no Brasil, necessário se faz recorrer a produções científicas de teóricos que se dedicaram e dedicam a esse tema, pois no universo bibliográfico existem várias teorias referentes ao assunto, porém centrar-se-á naqueles mais relevantes para o estudo. Segundo Rua (1998) políticas públicas é um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, nas esferas nacional, estadual e municipal, para atender às necessidades da sociedade civil, que podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais, como também, mais recentemente, com a iniciativa privada.

Baseado nesse entendimento, as organizações sociais, frente aos desafios populistas do século XX, criam alternativas para minimizar certas consequências prejudiciais à população brasileira. E em razão da integração de outras forças sociais ao Estado (poder²), as políticas públicas se apresentam de forma um tanto antagônica, pois muitas vezes acabam privilegiando alguns setores que não são ligados à maioria da população necessitada.

As forças políticas se expressam em três níveis de entendimento, que Rua (1998) chama de demandas novas, recorrentes e reprimidas na política pública. Para ela as políticas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos e novos problemas. As políticas recorrentes, também expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos. Já as reprimidas são aquelas constituídas sob um estado de coisas ou por não decisão.

Embora as políticas públicas estejam classificadas pela autora como demandas elas ainda as inserem nos tipos como Industrial, agrícola, monetária, assistência social e/ou institucional e educacional, onde cada tipo possui suas fases que vai da formulação da agenda à avaliação, tendo como finalidade o bem comum da população a quem se destina. Para que haja legitimidade nas ações é fundamental que as políticas públicas perpassem por alguns momentos importantes como a concepção, a negociação de interlocutores úteis ao desenvolvimento técnico e

¹- Aristóteles- Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se: ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado por muitos o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental.

² O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

demais parceiros institucionais, a pesquisa de soluções aplicáveis ao espaço público democrático e à eleição de opções razoáveis, fixando objetivos e metas de desenvolvimento e avaliação.

Para melhor entendimento dessas fases é preciso, segundo Ferreira (2008), entender que os atores em políticas públicas se constituem em públicos, ou seja, em políticos eleitos, em burocratas, tecnocratas e outros atores privados como os empresários, trabalhadores e outros.

Outros estudiosos sobre o assunto também contribuem com a conceituação das políticas públicas como Souza, (2006), que conceitua políticas públicas como a área da ciência política que deixa de ser uma visão tão somente Keynesiana para uma visão em discussão no meio acadêmico e democrático, onde o Estado administra os seus recursos públicos e equaciona os bens em benefício de sua população de modo a incluir seus excluídos. Para ele as políticas públicas, em sua essência, estão fortemente atreladas ao Estado. Fernandes (2007) acrescenta a ideia de que as políticas públicas se manifestam por duas dimensões que se complementam entre si, o administrativo técnico e o político.

Verza (2000), pensa diferente ao atribuir à globalização mundial a criação do desconforto social, no que se refere ao desemprego e a exclusão social como a desencadeadora de todo tipo de violência, obrigando a sociedade globalizada criar política de solidariedade humana global, para que houvesse mudanças de pensamento dentro do sistema capitalista global cabendo, portanto, às competências da educação do país.

Influenciado por uma visão marxista³, Meksenas (2002), ao refletir sobre a educação não acredita em uma mudança por parte do sistema capitalista, pois para ele as políticas públicas criadas pelo Estado não são para incluir os excluídos, mas para se manter no poder, sem a participação da parte periférica da sociedade, o que inviabiliza qualquer relação de equilíbrio entre capital e trabalho. No entanto este autor quer mostrar que as políticas públicas estão ligadas ao capital, ou seja, ele utiliza-se delas para manter o seu controle sobre os excluídos, levando-os à ilusão de uma provável ascensão social, que fica apenas nas aparências e não na realização.

³ MEKSENAS (2002) quer mostrar que a população é excluída das decisões do Estado que usa os recursos públicos para o investimento das grandes empresas que muitas vezes são multinacionais, e excluindo a maioria da população, que deveria ser a primeira a se beneficiar dos recursos públicos.

Outro ponto observado por Verza (2000) ao fundamentar suas ideias nas origens do Estado brasileiro e ao lembrar o período do Brasil Colônia é que a Coroa Portuguesa não estava preocupada com o bem estar da sociedade, mas com a exploração das riquezas do território, deixando os problemas sociais aos cuidados da igreja católica, como por exemplo, a preocupação com as políticas de emprego que atendessem as necessidades do trabalhador.

Para ele, desde a sua formação o povo brasileiro sempre foi desigual, não existindo na cultura brasileira o hábito cívico de participar politicamente das decisões do governo, ou melhor, essa questão da desigualdade social vinculada à pobreza é vista como causa da falta de cidadania no Brasil, uma vez que o país viveu séculos de escravidão, onde seus direitos civis e políticos se restringem apenas no papel (eleições, coronelismo, voto no cabresto, compra de voto).

Desta forma, para o autor, o papel da educação, nessa época, no contexto político não foi para mudar modos de pensar, mas destinada para o controle. Nesse período acredita-se que, o ensino não lidava com pobres e carentes, mas com perigosos e promíscuos, exigindo do Sistema de Ensino pulso forte, disciplinador e voltado para o respeito à hierarquia social.

Essa reflexão nos reporta a Heidemann⁴ (2009), que conceitua política como tudo que envolve ou engloba ou diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade e em suas organizações. Para ele, as políticas públicas estão relacionadas a decisões e ações de governo e de outros atores sociais.

Frente a esse exercício conceitual, o que se percebe é que, existem formas diferentes de pensar as políticas públicas, mas fica evidente a necessidade de descentralizar a questão da elaboração das propostas para que as Instituições Sociais competentes possam oferecer condições de planejamento com projetos e/ou programas que venham ao encontro dos anseios da população e os direitos desta em participar da elaboração das políticas públicas de seu Município, do Estado e da União, pois pensar em políticas públicas é pensar na efetiva participação do cidadão na vida pública e no bem coletivo de uma nação.

Tal evidência nos remete à crítica ao duplo caráter das políticas públicas, em que, de um lado se tem o papel do Estado regulatório, que deveria ser o de

⁴ Na prática, a noção de política de Estado difere pouco do conceito de políticas públicas, pois se limita aos valores consagrados na Constituição. Afinal, governos democráticos não disputam princípios constitucionais, que se presumem universais; simplesmente, cumprem-nos. (HEIDEMANN, 2009, p. 30).

proporcionar o bem estar do cidadão, ou seja, o papel emancipatório descrito por Santos (1999), e de outro o papel de defender e fomentar de forma privilegiada a classe mais favorecida⁵, prática comum nos países capitalistas. Percebe-se, no entanto, alguns esforços do Estado, tentando por meio das políticas públicas, inserir o indivíduo na vida social. Dessa forma, entende-se que aí reside o duplo caráter das políticas públicas, que para compreender seu verdadeiro sentido na sociedade moderna é preciso entender as verdadeiras intenções dos gestores que implementam as políticas públicas, bem como, as mudanças provocadas por elas na sociedade.

Nesse sentido, depende-se muito dos vínculos decisórios entre gestor público e sociedade civil, ou melhor, de ações regulatórias para objetivar a dominação social e a manutenção do poder ou, ações compartilhadas que podem automaticamente gerar cidadania. No entanto, pensar em cidadania hoje é pensar nos problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais de uma sociedade globalizada, que de certa forma deve ir além do próprio pertencimento a ela, ou seja, é preciso mudança e conquista na busca de qualidade do pensar, de agir, de existir em sociedade, resumindo é preciso pensar na qualidade de seu caráter e nas virtudes cívicas. (DENHARDT, 2004).

1.2 Histórico das políticas de emprego e renda no Brasil.

As condições que possibilitam a criação das políticas públicas de geração de emprego e renda como meio de intervenção na redução dos crescentes patamares do desemprego segundo Ramos (2003) nos induz a buscar os aspectos teóricos abstratos clássicos como a Lei de Say⁶ e de outro lado a filosofia de Keynes⁷ para chegarmos ao contexto histórico do qual as políticas públicas foram formuladas,

⁵ O Estado consiste de todo um complexo de atividades políticas e teóricas com as quais a classe dominante não somente justifica e conserva a sua dominação, mas manobra para conquistar o consentimento ativo daqueles que estão subjugados a suas regras. (GRAMSCI, 1978).

⁶ A lei de Say deve o seu nome a Jean-Baptiste Say (1767-1832), nascido em Lyon (França) em uma família de mercadores de tecidos. A Lei de Say estabelece que "quando um produtor vende seu produto, o dinheiro que obtém com essa venda está sendo gasto com a mesma vontade da venda de seu produto" - sinteticamente: "a oferta de um produto sempre gera demanda por outros produtos".(MOREIRA, 2005).

⁷ KEYNES, J.M. foi um dos maiores críticos da Lei de Say e de outros fundamentos teóricos da teoria marginalista, onde a lei de say foi reformulada na lei de Walras. Na década de 1930, Keynes iniciou uma revolução no pensamento econômico, se opondo às ideias da economia neoclássica que defendiam que os mercados livres ofereceriam automaticamente empregos aos trabalhadores contanto que eles fossem flexíveis em suas demandas salariais. Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as ideias econômicas de Keynes foram adotadas pelas principais potências econômicas do Ocidente. Durante as décadas de 1950 e 1960, o sucesso da economia keynesiana foi tão retumbante que quase todos os governos capitalistas adotaram suas recomendações. (CRUZ, 1992).

disseminadas e evoluídas para políticas de emprego e renda.

No final do século XIX e início do século XX, devido à ausência de mercado para escoar a produção, origina-se as recorrentes crises do modelo clássico que coloca o mercado de trabalho no topo da hierarquia para equilibrar os outros mercados.

É no mercado de trabalho que, segundo Ramos (2003), determina os salários reais e é nele que se determina o nível de emprego que, via função de produção, determina a oferta de bens e serviços da economia.

A primeira crise, segundo o autor, tem sua origem na queda das taxas de juros x lucro. A segunda se refere aos bens que não encontravam mercado. Porém, na década de 1930, Keynes iniciou uma revolução no pensamento econômico e durante as décadas de 1950 e 1960 o sucesso foi tanto que foi considerado o criador de um novo modelo, que podemos entender como novo paradigma. O novo olhar direcionado à política econômica fica conhecido como keynesianismo, onde, o curto prazo e a demanda determinam a oferta e criam sua própria demanda e não o contrário como no modelo clássico, em que, o nível de ocupação é determinado pelo produto e não pelos salários reais. Dessa forma, invertem-se as relações de causalidade do desemprego e entende-se que o problema não está no mercado de trabalho, mas ocupa posição subordinada ao modelo macroeconômico.

No entanto, a hegemonia do keynesianismo se complementa com a base tecnológica, na qual o taylorismo⁸ e o fordismo⁹ dominam a dimensão macroeconômica (produção em massa e trabalhador pouco qualificado). Essas características geram perspectivas de análise no que se refere à matriz tecnológica (fordismo e taylorismo), onde se constata a falta de qualificação nos serviços complementares, bem como a falta de motivação devido ao trabalho robótico e repetitivo.

Segundo Ramos (2003), com a crise do modelo de crescimento pós-guerra nos países centrais na década de 1970, surge um novo regime de acumulação capitalista, e a partir daí, o paradigma keynesiano que antes tinha característica

⁸ **Taylorismo** é uma expressão criada para designar um conjunto de ideias e princípios de gestão criados no final do séc. XIX e início do séc. XX pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor. O taylorismo também ficou conhecido como, Teoria da Gestão Científica ou Organização Científica do Trabalho.

⁹ **Fordismo**, termo criado por Antonio Gramsci, em 1922, refere-se aos sistemas de produção em massa e gestão idealizados em 1913 pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, em Highland Park, Detroit. Trata-se de uma forma de racionalização da produção capitalista baseada em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista, de um lado a produção em massa e, do outro, o consumo em massa. Ou seja, esse "conjunto de mudanças nos processos de trabalho (semi - automatização, linhas de montagem)" é intimamente vinculado as novas formas de consumo social.

estabilizadora do ciclo conjuntural perde sua eficácia, dando origem à contra-revolução monetária, que foi considerado em princípio, o retorno da hegemonia clássica da economia que tinha como dominação o modelo pré-keynesiano. Apesar de tudo, o surpreendente é que a teoria (keynesiana), consegue sobreviver ao longo de trinta anos nos principais países do mundo, o que revela credibilidade em sua fundamentação teórica.

De acordo com Moreira (2005), somente os grandes centros da economia mundial¹⁰ tiveram o privilégio de manter o ciclo conjuntural mediante as teorias econômicas clássicas, pois ele não acreditava na auto-regulação dos mercados em torno de pontos de pleno emprego.

A inserção das novas tecnologias, ou melhor, a consolidação dessa nova matriz tecnológica, marca o momento crucial de rompimento com o taylorismo e fordismo, momento em que para Davidson (1996) os novos postos de trabalhos consolidados vão se criando e desta forma, os recursos humanos mais qualificados e autônomos vão sendo mais compatíveis.

Diante desses fatos históricos, referente ao fracasso do keynesianismo, algumas alternativas caminham para o novo pensamento hegemônico seguido de duas vertentes, uma mais radical em que consiste em enfraquecer os sindicatos, reduzir o valor do salário mínimo e diminuir as ajudas financeiras dos desempregados, cujo objetivo era o de tornar o mercado de trabalho o mais concorrencial possível, o que não funcionou em países como o Brasil (RAMOS, 2003). A outra vertente, a socialdemocrata, considerada mais moderada e numa versão um tanto da esquerda e com uma série de medidas se consolida em políticas de emprego, que para o autor, essa nova situação leva a pensar em elevação de oferta de emprego e em mudanças na legislação trabalhista. Mediante esse pensamento, Ramos (2003) as define dentro das teorias estudadas até o momento em três instâncias.

Na primeira, Políticas de Emprego é toda política que tenha como objetivo a geração de novos empregos (oferta de trabalho). Na segunda, Políticas de Emprego são aquelas medidas econômicas, que tendem a afetar de maneira mais ou menos direta, a oferta ou demanda de trabalho e na terceira como um conjunto de medidas socioeconômicas, que atuam sobre a oferta de trabalho, reduzindo ou alterando seu

¹⁰Países da economia mundial: Estados Unidos, Alemanha e Japão.

bem estar ou sobre o nível de emprego, alterando a demanda de forma direta (emprego público) e indireta (formação profissional).

E desse modo, as políticas de emprego se dividem em dois tipos, as ativas que, consistem em formação profissional, apoio aos micro e pequenos empreendimentos e outros e as passivas entendidas como seguro desemprego, aposentadoria precoce e outros. (RAMOS 2003)

Esses dois tipos de políticas de emprego tem como objetivo minimizar o problema do desemprego que ainda é bastante questionável. Houve um tempo, mais precisamente, no início do século XX, em que se pensava que o problema do desemprego não era a falta de crescimento econômico, mas de educação e/ou formação e reciclagem profissional. Logo, constata-se que, de um lado tem-se o desemprego e de outro, vagas de emprego não preenchidas, algo de muito estranho acontece. Mediante constatação é preciso utilizar-se da pesquisa, ou seja, buscar o diagnóstico, o porquê desse problema e criar as políticas públicas devidas para regulamentar o funcionamento do próprio mercado de trabalho e não, tão somente adotá-las, com base nos modelos internacionais que é a prática de muitos países, menos favorecidos, na tentativa de encontrar estabilidade econômica e resolver o problema do desemprego.

As políticas de geração de emprego e renda no Brasil, implementadas pelo Estado Brasileiro, no governo Lula, a partir de 2003¹¹ estão direcionadas às classes menos favorecidas, voltadas para a pobreza e o desemprego, tendo em vista medidas compensatórias à exclusão social, que segundo Chiavon¹² (2003) constitui a estratégia central desse governo para o desenvolvimento do país, que tem como objetivos reduzir a taxa de desemprego e o trabalho informal, como também aumentar a renda do trabalhador brasileiro.

Para a concretização dessas ações alguns investimentos públicos foram necessários para o crescimento da economia, essenciais ao desenvolvimento econômico do país. Como investimentos, utiliza-se dos recursos dos fundos públicos disponíveis internamente, como o FGTS e o FAT, sem onerar as contas externas

¹¹ "...Buscar o crescimento sustentável com trabalho, democratização do acesso ao crédito e inclusão social e fomentar a economia solidária, visando a viabilização da autonomia e da capacidade empreendedora para o provimento de uma existência digna, são ações que demandarão um esforço concentrado que permitirão potencializar a transversalidade que caracteriza a atual gestão das ações de governo." (CHIAVON, 2003).

¹² "...Buscar o crescimento sustentável com trabalho, democratização do acesso ao crédito e inclusão social e fomentar a economia solidária, visando a viabilização da autonomia e da capacidade empreendedora para o provimento de uma existência digna, são ações que demandarão um esforço concentrado que permitirão potencializar a transversalidade que caracteriza a atual gestão das ações de governo." (CHIAVON, 2003).

para viabilizar as políticas de geração de emprego e renda. Entre as políticas de geração de emprego e renda no Brasil destacam-se: o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR)¹³, que prioriza as habilidades técnicas. Ele foi sua marca enquanto perdurou, mas foi substituído em 2003 pela proposta do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQ)¹⁴, que consiste em algumas políticas de geração de emprego e renda como: o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo com foco no empreendedorismo e no fortalecimento da economia solidária, a qualificação e requalificação profissional do trabalhador para ingressar no mercado de trabalho como empregado ou como gestor do seu próprio negócio e por último, linhas de créditos para financiamento dos empreendimentos.

Todas essas ações significam ganhos na focalização do desenvolvimento econômico, pois amplia a inserção dos diversos segmentos da sociedade nos programas do governo e das organizações não governamentais (ONGs), permitindo, inclusive, a participação de mulheres em outros setores, parcerias, que para envolvê-las conta com os Planos Estaduais e Territoriais de Qualificação (PlanTeQs)¹⁵ para qualificar e requalificar a População Economicamente Ativa (PEA), viabilizando condições de empregabilidade e a criação de seu próprio negócio privado ou coletivo, associado a qualificação técnica com a qualificação social.

Segundo a Norma Brasileira de Regulamentação - BR (2003), o PNQ propôs também contemplar cursos de maior duração (200 horas) e implementar mudanças no conteúdo programático (empoderamento e cidadania). A incorporação dos grupos mais vulneráveis motiva a criação dos Planos Setoriais de Qualificação – (Planseqs)¹⁶, priorizando os segmentos dos desempregados e dos beneficiários dos programas de transferência de renda.

Oferecer conhecimentos técnicos e sociais que possibilitem às pessoas economicamente ativas interagirem com seu meio social e gerarem formas de trabalho e obtenção de renda é para Dias (2006) um grande desafio socioeconômico

¹³ O PLANFOR trata de promover a qualificação profissional como direito do trabalhador e componente básico do desenvolvimento sustentado.

¹⁴ O PNQ - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, iniciado em 1995, é um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR).

¹⁵ PlanTeQs- Plano Territorial de Qualificação tem como objetivo Implementar ações de qualificação social e profissional. CARMO, Frederico César do. Educação e qualificação profissional: uma discussão junto aos egressos do PLANFOR em MG. 2003. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2003. Juiz de Fora. Orientador(a): Azuete Fogaça.

¹⁶ O significado de PLANSEQ - Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional. O objetivo da PLANSEQ é trazer novas áreas em cursos para pessoas que possuam menos condições financeiras para que assim possam se profissionalizar em alguma área para atingir o mercado de trabalho.

e cultural, uma vez que o público alvo prioritário são os jovens em busca do primeiro emprego e os afro descendentes, se fundamentando nas questões da participação, dos direitos e da cidadania.

Nos desenhos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Lei Federal), nota-se que o processo de redemocratização amplia significativamente o orçamento social e se consolida com as políticas sociais, destinando um montante considerável para a educação, saúde e assistência social, proporcionando a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹⁷ que foi constituído inicialmente com recursos do Fundo-PIS-PASEP.

O FAT, segundo Guimarães (2011), foi em grande parte destinado às políticas de seguro desemprego e abono salarial, mas também para os programas de capacitação e para o financiamento a empreendimentos produtivos. Essas ações significam um avanço das políticas de seguro desemprego e abono salarial. Segundo o autor, os programas de capacitação profissional e seu papel são relevantes no contexto das políticas de emprego e renda, pois o Brasil amplia seu investimento, de forma que passa a gastar no final da década de 1990, 0,5% do PIB, superando os números dos Estados Unidos e alcançando aos da Alemanha.

1.3 O mercado de emprego e renda e a formação profissional no Brasil

A crise capitalista internacional no final da década e 1980 e início da década de 1990 altera a situação do emprego e renda nos países centrais e nos países emergentes. No Brasil durante os anos 1990 já se configurava o agravamento da realidade do emprego e trabalho. O papel estratégico, segundo Serra (2009), seria a integração das políticas governamentais com o sistema de emprego, trabalho e renda, tendo como base a demanda e não a oferta de mercado.

Segundo Chacon (2006), no período de 1994 a 2004 constatou-se um crescimento de desemprego de 78.4%. Tais resultados expressam a excessiva falta de qualificação de mão de obra, exigindo do país ações estratégicas mais condizentes com as necessidades do mundo do trabalho no momento, criando políticas educacionais que venham combater o crescimento do desemprego e

¹⁷ O FAT patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada, como por exemplo: o seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra, o pagamento de abonos salariais, os investimentos produtivos, o crédito popular, a informação sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional.(GUIMARÃES, 2011).

satisfazer as necessidades do setor econômico.

Outro estudo citado pelo referido autor foi o do Instituto Nacional de Desenvolvimento Industrial (INDI), da federação das indústrias do estado do Ceará, que revela em 2005 um crescimento da produção industrial, mas ao mesmo tempo houve queda no faturamento e no nível de emprego, demonstrando que nem sempre um indicador revelado isoladamente pode refletir a real situação que queremos conhecer, devendo analisar a questão da geração de emprego e renda com olhares voltados para os aspectos históricos, as políticas econômicas locais e suas influências externas.

O estudo aponta que o cenário econômico se apresenta afetado por um índice muito baixo de circulação de renda e crescentes e graves problemas sociais que impedem o desenvolvimento sustentável do país, ou seja, um País desenvolvido cria oportunidades de emprego e renda para a população se manter e desse modo dinamiza positivamente a economia, pois quanto mais empregos, mais renda, mais consumo e mais produção.

Ao refletir sobre a sociedade tanto Frigoto (1999) como o Senac (2007), atribuem à modernidade e ao advento do capitalismo, a responsabilidade pela alteração do vínculo entre trabalho e educação, uma vez que eles determinam as regras sobre valores, ideias, teorias, símbolos e instituições. Para eles, a escola é um veículo com espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias para justificar o novo modo de produção.

Antunes (1998) ao destacar a importância do trabalho, constata que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. Tal pensamento induz a pensar em um ser relacional¹⁸, capaz de absorver conhecimentos e conceitos sociais. Manfredi (2002) destaca a educação profissional existente há séculos atrás baseada na observação, na prática e na repetição, repassando conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimoramento de ferramentas e outros que lhe facilitassem o cotidiano. Para ele, ao longo dos tempos, os humanos utilizavam-se dos recursos dos diversos ambientes terrestres, seus artefatos eram desenvolvidos com maestria, arte, praticidade e assim repassados de geração em geração.

¹⁸ O homem é um ser relacional e a comunicação é responsável pela construção dos relacionamentos interpessoais. Berretin et al. (2001).

Ao complementar essa ideia Meszaros¹⁹ (2005), entende a pedagogia como reconstrutiva e utilitarista ou como educação para a vida e não para a lógica desumanizadora do capital. Aponta que diante dessa afirmação, faz-se urgente propor uma revisão das políticas públicas, que visa o desenvolvimento de forma mais efetiva e em especial a geração de emprego e renda investindo pesadamente em educação de qualidade e em programas de inserção real da população no mercado de trabalho.

Para tal, é preciso desenvolver qualificação técnica e investimentos em atividades que levem à população de cada região a uma vida saudável, produtiva, e com dignidade e capaz de participar consciente e criticamente, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento sustentável, pois os impactos da política de qualificação profissional têm sido de pouco alcance e durabilidade, devido as condições de trabalho e vida da população. Desta forma, uma revisão e mudança dos conceitos ao interpretar o mundo em que vivemos, é necessário ao constatar um acelerado processo de transformações com profundas incidências sobre a existência e o futuro da pessoa humana e das sociedades. Essa nova ordem científica e tecnológica estabelece-se no âmbito relacional, provocando por meio da eletrônica, da informática, da manipulação da genética e da bioquímica o rompimento com equilíbrios tradicionais e trazendo à atualidade novas descobertas e inventos, cedendo espaço às novas ideias e processos sociais.

Tal evidência pode ser traduzida como novas tecnologias, ou melhor, novas modalidades de produção com permanentes alterações competitivas, com mais eficácia, mais flexibilidade, mais rapidez nos processos, mais inovação e maior comunicação. Essa nova modalidade de produção gera uma necessidade de evolução contínua no que se refere às competências cognitivas dos recursos humanos e na formulação de estratégias de formação e/ou educação profissional. Todos esses fatores integrados e subordinados à estratégia global da organização vão além da instrução organizada em sala, seminários e conferências, bem como, aos interesses exclusivos dos dirigentes das empresas.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho ²⁰(OIT), a educação

¹⁹ “A obra e a vida de István Mészáros permanecem ligadas à história dos grandes pensadores e renovadores do pensamento marxista. Como filósofo político, soube ir às causas mais profundas da realidade que nos toca viver, da mesma forma que deu sua contribuição à transformação de um sistema metabólico que mostra seus sinais de esgotamento”, afirma Jorge Giordani no prefácio.

²⁰ A Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada pelo Tratado de Paz assinado em Versalhes em Junho de 1919, é a Agência mais antiga do Sistema das Nações Unidas. A OIT integrou representantes dos Governos, das Organizações sindicais

ajuda em uma trajetória de trabalho positiva para quem a possui, pois a demanda do mercado de trabalho por maior educação pode agir como um mecanismo de exclusão para aqueles que não contam com ela.

Soares (1998), em sua pesquisa: análise prospectiva da Formação Profissional: o caso de Minas Gerais, objetivada pela busca de elementos teóricos e empíricos para a compreensão das mudanças que vêm acontecendo em nível mundial, nas esferas econômica, social política e cultural, os resultados apontam para a evidência de que toda rede de ensino vem tentando acompanhar essas mudanças. Conforme a autora, 76% dos pais ou famílias reconhecem a competência da escola ao preparar seus filhos e filhas para o trabalho, apesar de admitir que falta mais qualificação profissional, mas afirmam também que as empresas não demonstram confiar na formação praticada pelas escolas. Para elas (as empresas), as escolas se restringem a preparar o aluno para a aquisição de capacidades para organizar elementos qualitativos e de caráter ético e político, ou seja, de cidadania que tem caráter de submissão à sociedade e não de autonomia com formação técnica para o complemento a referida cidadania num sentido pleno e de inserção no mundo do trabalho.

Gramsci²¹ (2004) defende a idéia de uma escola unitária. Para ele o conceito de educação, do Estado e da sociedade civil está um tanto distorcido, favorecendo certas atitudes que refletem um verdadeiro descaso em relação à escola existente. A escola unitária para ele é aquela onde a hegemonia da educação e suas propostas de ensino não devem ficar na responsabilidade do Estado, mas com a classe governada, pois desta forma poderia tratar tal unidade/escola unitária como formação geral e profissional, tendo como marco, a luta pela igualdade social que é a forma mais recomendável para combater os problemas de exclusão do cidadão no processo produtivo e conseqüentemente no processo social.

1.4 A educação profissional com ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394/96

e das Organizações patronais. A participação de representantes dos empregadores e dos trabalhadores, colaborando em pé de igualdade com os representantes dos Governos, tendo em vista a procura de consensos para promover o bem comum – tripartismo ou cooperação tripartida – constitui um traço distintivo da OIT em relação às demais Organizações das Nações Unidas. Disponível em: http://ilo-mirror.library.cornell.edu/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/news_4.htm-28/05/2012.

²¹ Gramsci é um intelectual que tem a relacionalidade como princípio norteador de seu pensamento político-filosófico. Por ser um homem que pensa em termos de relações, seu entendimento sobre as formações sociais é global. Escrevendo sobre o fordismo, reconhece explicitamente que a homogeneidade, a padronização e as economias e empresas de escala são símbolos "inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar e de sentir a vida" (Gramsci), e não apenas da esfera econômica. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.gramsci.html>, 28/05/2012.

A educação profissional, como complementar a educação básica e ao ensino médio, ganha maior conotação com a Lei Darci Ribeiro, a LDB 9.394/96²² e se torna uma educação mais equilibrada no que se refere à formação e integração da pessoa no mundo do trabalho, o qual exige dela o desenvolvimento das competências autônomas e críticas seguidas de uma aprendizagem contínua. É nesse momento, como trata os art. 39 e 40, que a educação profissional ganha maior espaço e se integra a diferentes formas de educação, ampliando sua atuação para além da escolaridade formal e do espaçamento escolar. Dessa forma, o cidadão pode e deve dar continuidade aos seus estudos de qualificação e requalificação de forma reconhecida e certificada pelas instituições de ensino profissional.

De acordo com os objetivos a educação profissional no que se refere a formação e integração do cidadão no mundo do trabalho, a matriz da educação profissional estabeleceu três níveis de ensino; Básica (para todos os trabalhadores), Técnica e Tecnológica (requisito do ensino médio concluído pelos CEE e MEC), cada um com suas responsabilidades e competências estabelecidas numa estrutura curricular.

A estrutura curricular para a educação profissional descreve não só as competências e habilidades básicas, como também, as áreas do setor produtivo de forma flexível e organizada até mesmo por módulos, amparados pelo decreto lei nº 2.208/97, que além de regulamentar a certificação estadual e federal cria também mecanismos institucionais permanentes para a articulação entre trabalhadores, escolas e empresários. É importante ressaltar, também a especificidade dos níveis da educação profissional amparados pelo referido decreto.

Na Constituição da República Federativa do Brasil - (Lei Federal de 1988) o artigo 3º do inciso IV compreende os níveis da educação profissional como básico e técnico. O nível básico é considerado não formal e isento de regulamentação, mas também deve ter, assim como o técnico, estrutura curricular metodológica e preocupação com o nível de escolaridade do trabalhador, pois para fazer parte do mesmo é necessário que tenha o nível básico de escolaridade, uma vez que os

²² A atual LDB (Lei 9394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Diretrizes_e_Bases_da_Educa%C3%A7%C3%A3o-em:28/05/2012.

cursos devem contar não só com a parte prática, mas com a parte teórica. A parte teórica referida neste texto é chamada conteúdos básicos e comuns a muitos cursos e a parte prática seriam as habilidades e competências por área profissional.

Para isso, o Decreto Lei 2.208/97, prevê a educação profissional de nível técnico como complementar o ensino médio, podendo se dar de forma concomitante ou sequencial a ele, estabelecendo para cada uma das áreas o momento a partir do qual a concomitância possa se dar em função dos conhecimentos, competências e habilidades da educação geral, requeridos para o início do curso técnico, juntamente com a carga horária mínima, quando da descrição de cada uma delas.

É importante ressaltar que o nível básico da educação profissional, mesmo sendo considerada educação não formal está sujeito à regulamentação da referida Lei e deve ter na formulação de seus currículos a mesma perspectiva do nível técnico. A metodologia para construção curricular é a mesma; entretanto, deve cuidar também das competências constituídas na educação básica. O fato de não ter vínculos com um nível de escolaridade não quer dizer que não deva preocupar-se com ela. A oferta de cursos do nível básico, quando necessário, deve articular-se com a elevação da escolaridade dos trabalhadores

Uma nova concepção para o ensino médio, também foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em Junho de 1998, onde a finalidade da educação básica brasileira composta principalmente de educadores, deve desenvolver e constituir as competências cognitivas, afetivas e sociais estabelecidas em Lei das diretrizes e bases da educação com foco na promoção do desenvolvimento pessoal e qualificação do jovem para o trabalho e para vida em sociedade.

Entende-se, que essa finalidade expressa um conjunto de competências para a educação média solidificada, sobre a qual busca-se a possibilidade de construir com sucesso a identidade, a profissionalidade e a cidadania. Pois com a integração do ensino médio à educação básica vislumbra-se a oportunidade de significar experiências e conhecimentos novos e adquiridos anteriormente para aprender a aprender, problematizar e refletir sobre a realidade bem como negociar significados com outros.

Com o pensamento voltado para as competências da educação profissionalizante, o Ministério da Educação e Cultura propõe em 2003, um processo de debates com a sociedade visando o aperfeiçoamento da legislação da educação

profissional e tecnológica intitulada como Secretaria da Educação Tecnológica – SECTEC, com objetivos de garantir certificação profissional, fontes de financiamento, a institucionalização de um subsistema nacional da Educação Profissional e Tecnológica e a implementação do ensino técnico articulado com o ensino médio. Mas o Decreto Federal nº 5.154 de 23 de julho em 2004, revoga o Decreto nº 2.208/97 e regulamenta a Educação Profissional a ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio (integrado, concomitante ou subsequente) e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

A Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ficou assim instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Institutos Federais nas Universidades Tecnológicas, Centros Federais de Educação Tecnológica e CEFETs; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Há que se considerar possíveis avanços nesse sentido. No entanto, expõem-se [...] a necessidade premente de desenvolver políticas voltadas para as novas configurações do mundo do trabalho, para a reinserção dos desempregados, e programas integrados de escolarização e profissionalização para o grande contingente de jovens e adultos sem alfabetização ou com escolaridade parcial. (MANFREDI, 2002, p. 298).

Diante disso, o mais importante é trabalhar no sentido de humanizar a Educação Profissional sem perder de vista a qualidade de uma formação científica e tecnológica de qualidade. Porque essa contraposição entre educação e instrução é hoje notavelmente obsoleta e muito enganosa. Ninguém se atreverá a afirmar seriamente que a autonomia cívica e ética de um cidadão possa se forjar na ignorância de tudo o que é necessário para ele se desempenhar profissionalmente; e o melhor preparo técnico, carente do desenvolvimento básico das capacidades morais ou de uma mínima disposição de independência política, nunca formará pessoas íntegras, mas simples robôs assalariados.

Acontece, pois, além do mais, que separar a educação da instrução é, além de indesejável, impossível, pois não se pode educar sem instruir nem vice versa. (SAVATER *et al*, 2000. p. 58).

Esse rápido e sintético olhar sobre a história da Educação Profissional no Brasil permite constatar, por um lado, alguns avanços e por outro, “[...] a existência de grande déficit no âmbito da Educação Profissional e a insuficiência das atuais políticas públicas para essa importante modalidade de educação básica.” (MANFREDI, 2002, p.298).

Mas, entende-se que a educação profissional continua buscando conquistar seu espaço de atuação e a confiança da sociedade, apresentando-se, na voz de muitos testemunhos, como esperança de formação de pessoas que, mais do que se preparar para uma profissão, por meio dela, conheceram-se sujeitos de sua própria história e da história da humanidade.

2 O PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO E AS CRISES ECONÔMICAS NO MUNDO DO TRABALHO

“O moinho de vento nos da uma sociedade com senhor feudal; o motor a vapor uma sociedade com o capitalista industrial”
Karl Marx

Este capítulo contém algumas reflexões sobre a sociedade moderna e a sociedade da informação com os protagonistas Marx, (1982) para compreensão das razões que levam à crise econômica e política; de Arendt (2007), aborda-se a condição humana que influencia o pensamento social contemporâneo; Antunes (1997,1998) e Pochmann (2007), com suas literaturas contextualizam a forma de ser da classe trabalhadora e sua exclusão na sociedade contemporânea. Também fará parte deste capítulo uma síntese da legislação do trabalho no Brasil, com vistas à compreensão do cenário atual.

Ao referir – se sobre o estágio atual da sociedade moderna/pós-moderna, conceituada como trata uma organização social de um determinado período, tempo e espaço, ou seja, de uma sociedade pós-industrial/pós-moderna para a sociedade da informação/consumo, significa, portanto que as transformações sociais se manifestam no momento em que elas passam da sociedade das manufaturas para a sociedade da informação. Para entender esse momento a filosofia e a epistemologia assumem seu espaço de maneira ampla e como disse Lyotard (1985), falar sobre a modernidade nos remete a lembrar, que vários são os conceitos, dependendo do autor e da circunstância em que se aborda o assunto.

2.1 A compreensão marxista frente às crises econômicas e políticas

Karl Marx está entre os três maiores pensadores clássicos da sociologia. Não se trata aqui de interpretar as teorias marxistas voltadas para as crises econômicas, pois apesar de não ser o objetivo deste estudo, não constitui tarefa fácil. Porém, alguma base teórica é necessária para contextualizar o mundo do trabalho em que se insere o objeto de pesquisa, ou seja, abordar sobre o capitalismo e o sistema de produção, que segundo ele, são fundamentais para entender o funcionamento de uma sociedade.

Para Fritsch (1996)²³, o pensamento de Marx quanto à sociedade, a qual compreende a sua formação social em duas classes, a capitalista burguesa, que detém os meios de produção e a dos proletariados que entram com a força do trabalho destinada ao capital. Na sociedade em que rege o modo capitalista de produção, condicionam-se reciprocamente a divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho.

As crises capitalistas identificadas pelo autor estão relacionadas aos problemas de produção e da prática da mais valia no mercado, gerando altas expectativas de lucros e originando acúmulo de capital para as empresas.

Nesse sentido, ele entende que os interesses entre o capital e o trabalho são divergentes. Tais desigualdades percebidas pelos trabalhadores ao se relacionarem durante a produção, os levam a buscar pelos seus direitos, chamada luta de classes, que para Marx (1982), seria a chave para se conseguir a chegar ao comunismo e conseguir vivenciar uma sociedade igualitária ou socialista.

No entanto, Fritsch (1996) destaca algumas interpretações da obra de Marx, o *Capital*, consideradas importantes para o suposto entendimento quanto aos acontecimentos históricos referentes a relação entre trabalho e sociedade. Uma delas está relacionada aos produtos dos trabalhos humanos, onde para ele, se tornam valores e o indicador do trabalho social se apresenta na condição de trabalho abstrato e concreto. Para ele o trabalho abstrato acontece quando desaparece o trabalho corporificado no produto e concreto seria em forma materializada, planejada, destinada a um fim (valor de uso), no qual está embutido e considerado todo o processo do trabalho.

Nesse contexto, Schumpeter (1998) acredita que a lei do valor é percebida como reguladora e não do equilíbrio da produção, que na concepção capitalista e marxiana é somente a reguladora da distribuição das forças produtivas. Para o autor, o desenvolvimento da forma do valor (troca) conduz ao surgimento do dinheiro e em linhas gerais Marx (1982), ressalta que sua necessidade já estava explícita nas relações mais simples e casual fazendo com que, o capital industrial viesse a tornar-se a modalidade exponencial, onde o capital produtivo é por excelência o capital industrial e em segundo plano o capital agrícola.

Para Gorz (2000), o trabalho designa a essência comum do conceber, do fazer,

²³ Tem direitos exclusivos sobre a apresentação e sua autoria de: os economistas. Versa sobre Karl Marx, o capital: crítica da economia política, volume i, livro primeiro, o processo de produção do capital, tomo 1, (prefácios e capítulos i a xii)

do fabricar e do agir, que até então eram categorias incomensuravelmente distintas, mas que [...] o conceito de trabalho em Hegel designa a essência comum da totalidade das atividades pelas quais o sujeito se inscreve, se objetiva na materialidade do mundo e, ao fazer isso, também produz a si mesmo (GORZ 2000).

Outro fator importante, segundo o autor, está relacionado ao momento em que Marx faz uma revolução filosófica e cultural de alcance grandioso no quesito político, realizando a inversão hegeliana e transferindo o trabalho do Espírito para os homens, afirmando que a essência do homem é o trabalho e classifica-o em três vertentes: a de me revelar a mim mesmo, de revelar minha sociabilidade e de transformar o mundo.

Quanto à acumulação capitalista abordada de forma ideológica por Marx, Barros (2011) aponta que, ela está onde há uma grande massa de riqueza a disposição do capital e do outro lado o aumento cada vez mais intenso da miséria não só dos trabalhadores com baixíssimos salários, como também dos desempregados. Mas, foi Karl Marx que apontou também, à classe trabalhadora os caminhos para se conseguir aumentos efetivos de salários, denominando esse fato histórico de luta de classes.

Para entender tal complexidade econômica, Marx (1982) estuda as ideias de Stuart Mill²⁴ e Lassale sobre a elevação dos salários reais como possibilidade no capitalismo e desenvolve um pensamento entre mais valia²⁵ e lucro que para ele possuem suas distinções. Nesse sentido, ele entende que a mais valia está na sua relação com o capital variável e a taxa de lucro está na relação entre a mais valia e o capital individual total, ou seja a soma do capital variável com o capital constante. E desta forma, Baran e Sweezy (1978) a mais valia é gerada pelo trabalho produtivo, que remunera o capital, que obriga o trabalhador vender sua força de trabalho sendo o único bem que tem para vender recebendo um salário equivalente apenas a uma parte desse trabalho.

Diante do exposto, Barros (2011) ressalta também, sobre o fetichismo do capital de Marx (1982) em que, a taxa da mais valia revela o grau de exploração da força de trabalho²⁶ e a taxa de lucro indica o grau de valorização do capital, mas ao medir a taxa da mais valia e a taxa de lucro transforma-se o valor em preço de

²⁴ Período de vida de Stuart Mill- 1806 a 1873.

²⁵ "A mais valia constitui o fundo básico de onde emanam a renda da terra, o lucro, a acumulação do capital; numa palavra, todas as riquezas consumidas ou acumuladas pelas classes que não trabalham." (ENGELS, 1976, 209)

²⁶ A mais valia era um conceito relacionado ao processo de trabalho, enquanto processo de criação de valor, de mais valia.(BARAN&SUEEZY, 1984)

produção e assim o valor deixa de ser o regulador do nível das oscilações dos preços de mercado e se transforma em preço de produção.

Desta forma, cada mercadoria é lançada no mercado com preços diferentes, o que implica na concorrência com seus congêneres produtos do mesmo setor. Na superfície dos fenômenos econômicos, Marx admitiu apenas a lei da oferta²⁷ e da demanda, desprezando a explicação psicologista desenvolvida posteriormente pelas correntes marginalistas, cujo nome denominou-se de teoria subjetiva de valor. Tais correntes marginalistas desenvolve a discussão da ideia do fenômeno psíquico humano relativo às habilidades, talentos e potencial envolvidos no processo de produção.

2.2 A concepção Arendtiana sobre o trabalho: reflexões em torno da condição humana e sua influência no pensamento social contemporâneo

Sob a influência dos pensadores Martin Heidegger e Karl Jaspers, Fiorati (1999) aponta Hannah Arendt, como estudiosa sobre a evolução filosófica aliada ao conhecimento do homem, da liberdade, do poder, da comunicação e de sua organização no mundo contemporâneo, quer pelo seu conhecimento da filosofia clássica, quer pela sua interpretação da filosofia moderna.

Sua história política, em meio a perseguições por sua nacionalidade (judia, alemã)²⁸, fez com que pudesse vivenciar profundos momentos dilacerados por guerras, exílio e fuga, ficando sem direitos políticos até 1951, ano em que conseguiu cidadania norte-americana e inicia sua carreira acadêmica. Conhecida como aquela que, combateu com a alma os regimes totalitários explícitos em suas obras “As origens do totalitarismo” e “Eichmann em Jerusalém” em 1951, as quais relatam sobre a banalidade do mal e contemplam a primeira fase de seus estudos como pensadora do destino do povo judeu.

Esta fase, considerada a mais importante para o presente estudo, enfatiza sua reflexão sobre o homem e publica uma de suas obras mais importantes em 1958, “A condição humana”. Na terceira fase, publica as obras “entre o passado e o futuro” e “Da violência” em 1968 e conclui essa fase escrevendo sobre as “Crises da

²⁷ - Oferta, nesse caso, depende da aproximação dos preços de mercado com relação ao preço de produção.

²⁸ Embora Hanna fosse de família hebraica, não teve a educação religiosa tradicional judia e sempre professou sua fé em Deus de forma livre e não convencional. Hanna dedicou toda sua vida a compreender o destino do povo judeu perseguido por Hitler. Disponível em educação. UOL.com.br em 24/05/2012.

república” em 1972, na qual faz um retrospecto bem como, uma reflexão sobre o pensamento político (FIORATI,1999).

Centrando-se na segunda fase de Hannah e suas reflexões em torno das condições básicas da vida humana, que é o especial interesse desse estudo, percebe-se em sua definição que o homem como ser existente no planeta terra se encontra em três dimensões na sua vida activa, ou seja, em três atividades centrais, o labor, o trabalho e a ação, definindo também, a vontade, o pensamento e o julgamento em nível de vida do intelecto.

Segundo Fiorati (1999), a primeira atividade abordada na brilhante análise da condição do homem por Arendt (2007) é o *labor*, considerado por ela como atividade relacionada ao processo biológico, ao corpo humano, à condição de vida de homens e animais com necessidades de prover sua própria subsistência (*animal laborans*). Essa concepção teve como base conceitos da antiguidade clássica no momento em que se estudava a categoria dos escravos. A categoria, ou atividade *trabalho* está relacionada à criação daquilo considerado artificial, diferente do ambiente natural e que vai além da vida individual. Visto como o construtor do mundo foi batizado como *homo faber*²⁹.

A terceira categoria, apontada pela autora é a definição de *ação* por Arendt (2007), como uma atividade exercida entre homens independentemente da produção de coisas ou manutenção da vida, devido ao fato de que os homens e o homem vivem na terra e habitam o mundo. Nesse sentido, as ações estão relacionadas à condição de existência da pluralidade humana, pois cada qual possui suas diferenças e variações. Apesar de serem todos racionais e igualmente humanos, pois ao criar organismos políticos e criar algo novo que o imortaliza, o homem ultrapassa sua morte, tornando a *ação*³⁰, condição humana fundamental.

Diante do exposto, Arendt (2007), busca em suas reflexões compreender porque a ação política humana é destituída na modernidade, a ponto de surgir no século XX, regimes totalitários com comportamentos tirânicos, substituindo o que deveria ser a ação humana. Segundo Carignato (2004), a vida ativa como um todo passa ao denotar o engajamento do homem nas coisas deste mundo, desprovida de qualquer significado de liberdade ou de transcendência.

²⁹ Enquanto *homo faber*, o homem instrumentaliza, vale dizer, constrói um mundo de coisas-utensílios, ele emprega todas as coisas como instrumentos, perdendo, as coisas, seu significado e seu valor em si (ZUBEN, 2012).

³⁰ Em síntese, a Ação (*bios politikó*) passou a ser concebida em termos de fazer e fabricar (*Homo Faber*) e o fazer e fabricar passou a ser visto como apenas outra forma de labor (*Animal Laborans*). (CARIGNATO, 2004)

Entretanto, registra-se aqui a inquietação de Arendt (2007), ao observar que novamente tudo vai mudar com o advento da Era Moderna, apontando divisão entre o público e o privado³¹ na esfera social difundida pela ideia de nação ou organização política de um conjunto de famílias economicamente organizadas como uma única família sobre-humana e com os mesmos interesses.

Essa ideia, subentende Arendt (2007), que não existem desigualdades sociais, levando ao entendimento de que o homem moderno perde na esfera pública sua liberdade de ação política. Com esse advento a ação deixa de existir na vida ativa como possibilidade de realização do homem. E é aqui que o trabalho passa a sua extrema valorização, fazendo do *homo faber*, um construtor, um fabricante de coisas e posteriormente se ascendendo ao *animal laborans*, que segundo ela, é a mais alta posição na ordem hierárquica da Vida Ativa, fazendo com que caia por terra a ideia da identidade do homem após a morte, se isolando³² e igualando a vicissitudes da vida atendendo às necessidades e interesse da vida terrena como a sobrevivência (ARENDR, 2007).

A superação dos regimes totalitários, segundo a autora, deu lugar aos regimes democráticos no mundo, considerando que apesar do grande sentido da palavra “democracia”, na esfera social ainda continua sendo uma sociedade massificadora, criadora e niveladora de comportamentos no lugar de liberdade de ação como “*bios politikós*”, perdendo a capacidade de agir, pensar e romper com o isolamento ao qual a humanidade foi condenada.

Fiorati (1999) observa que, Hanna Arendth ao longo de sua trajetória intelectual provoca polêmicas ao expressar e expor com originalidade e teor suas ideias marcantes.

Entretanto, no capítulo III de sua obra A condição humana, Hannah Arendt versa sobre a atividade de trabalho na modernidade como o principal foco das preocupações humanas e elabora críticas à obra Karl Marx. Atualmente existem estudos sobre as ideias de Arendt (2007) em torno do conceito de Marx (1982) sobre o “trabalho” e há os que acreditam que Hannah equivocou-se em alguns aspectos de análise da obra marxiana.

³¹ [...] Isto quebra com os conceitos tradicionais e as esferas públicas e privadas no mundo moderno, diferem muito pouco entre si, alterando até o próprio significado que os termos tinham até então. Se antes havia um abismo entre o público e o privado- espaço da política no qual se praticava a Ação- e o privado- espaço da sobrevivência e reprodução humana- o advento da sociedade massificadora, representada na ideia de Nação, dilui os conceitos e acaba por excluir a possibilidade da Ação, substituindo-a pelo comportamento social: normativo, regradador e nivelador. (CARIGNATO, 2004)

³² Esse isolamento que se criou levou o homem à perda da experiência humana e a uma conduta “entorpecida e tranquilizada” (ARENDR, 2007, p. 335)

Dentre eles temos Ramalho (2009), que realiza um estudo de defesa a obra de Marx (1982), frente às críticas de Arendt (2007). Segundo a autora, Arendt (2007), critica Marx porque sua noção de “trabalho” não humaniza o homem, mas iguala-o aos demais animais, como também afirma que a condição natural de qualquer espécie e sua produção é apenas para manter-se vivo, ou seja, voltamos para o conceito de Hannah sobre o homem como animal laborans, que produz meio apenas pra sobreviver e não se insere no mundo, não pertence à realidade humana permeada de coisas e artifícios dotados de significados.

O Trabalho na teoria de Arendt (2007) é tarefa intuitiva e natural integrada em outras condições humanas como, a fabricação e a ação política. Já na teoria de Marx (2002) os homens se distinguem dos demais animais pela consciência, pela religião e por tudo quiser, pois quando começam a produzir seus meios de vida, eles são condicionados pela sua organização física, produzindo indiretamente a sua própria vida material.

Mas é Ramalho (2009), que alerta-se para o fato de não poder as pessoas se restringirem apenas a essa distinção sob o ponto de vista da produção dos meios para a sobrevivência da espécie como afirma Arendt (2007), pois para Marx (2002) os homens como seres sociais, produzem uma realidade social, uma estrutura econômico-social e política recheada de significados humanos.

Outra questão observada pela autora é que Hannah critica Marx, responsabilizando-o de não operar distinção no interior de sua obra entre trabalho e fabricação, descrevendo o trabalho de forma confusa e em termos muito mais adequados ao *homo faber*, afirmando que na era moderna a ascendência do animal *laborans* para a esfera do comum confere atributos à atividade do trabalho que pertencem fundamentalmente à atividade do *homo faber*, citando exemplos como: o uso de técnicas, instrumentos e a divisão do trabalho.

Sendo assim, Arendt (2001) afirma que a emergência da sociedade configura-se com a fusão do espaço privado com o espaço público, constituindo uma realidade, em que atividade de trabalhar e a atividade de fabricar passam a se misturar consideravelmente. Arendt (2001) chama essa evolução de crescimento artificial ou natural visto de modo fascinante por Marx (2002), como produtividade do trabalho caracterizada por Arendt como a incorporação do *homo laborans*, que segundo ela, esse fascínio confunde os teóricos modernos.

Mas, para Ramalho (2009, p.84), “nada é mais importante para Marx, entretanto, do que precisamente a configuração da realidade do trabalho na sociedade capitalista como criação de valor, ou seja, valor de uso ou valor de troca, a qual Hannah se refere ao falar de sociedade”.

Dessa forma, para Ramalho (2009), Marx esta longe de passar por confuso, no que se refere à produção capitalista e a produtividade alcançada, pois Marx desenvolve um complexo quadro conceitual que analisa não só as engrenagens da produção do capital, como também, as relativas à motivação histórica desta realidade produtiva. “Um valor de uso ou um bem só possui, portanto valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato” (MARX, 1982, p. 45)

Diante do exposto, Ramalho (2009) conclui que no seu entender, as críticas de Hannah a Marx são errôneas, pois suas análises são realizadas apenas com interpretações externas à obra de Marx que para a autora, tais interpretações estão muito longe de estarem envolvidas com as discussões próprias de Marx.

2.3 Crise econômica: do neoliberalismo à globalização

O capitalismo, a partir dos anos 70 conforme Oliveira (2012) começa a dar sinais de uma realidade crítica, tornando evidente a queda das taxas de lucros, o esgotamento do padrão de acumulação de capital, hipertrofia da esfera financeira, maior concentração de capitais e a crise de Welfare State (Estado do Bem - Estar Social), que teve como resposta a reestruturação do capitalismo e do pensamento ideológico/político de dominação, dando ao neoliberalismo a oportunidade de colocar em evidência suas propostas conservadoras quanto ao enxugamento da máquina administrativa, à venda de empresas do Estado, o enfrentamento do poder dos sindicatos e à redução dos programas estatais de bem estar social. Tais propostas exprimem claramente a estratégia neoliberal no sentido global das esferas econômica, social e política.

Analisando o neoliberalismo desde sua origem até a atualidade, Oliveira (2012, p.5) observa que [...] economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais.

Diante do exposto, ressaltam os autores que algumas consequências resultantes dessa política neoliberal, como a queda das taxas de investimento e de crescimento, concentração da riqueza, controle das tecnologias e dos mercados, destruição de direitos (principalmente trabalhistas), redução salarial e aumento do desemprego, ocorreram em todos os países capitalistas e em especial nos países emergentes.

Oliveira (2012 p. 5), conceitua a globalização como “[...] a expressão das necessidades que apresenta o modo capitalista de produção de envolver o globo em seu processo de acumulação de capital”

Com o colapso do socialismo no período de 1989 a 1991, momento em que ocorre a queda do muro de Berlim, um novo processo econômico começa a atingir certa proporção, onde os economistas defendem a ideia da interligação mundial de mercados, ou melhor, uma ideia global no processo da internacionalização da economia, bem como no crescimento do comércio e do investimento internacional, denominado de globalização.

Mas, Giddens (1990) define a globalização como a intensificação de relações sociais em escala mundial que liga localidades distantes de tal maneira, que acontecimentos locais são modelados por eventos, ocorrendo a milhares de distância e vice-versa. Tal definição visualiza uma nova sociedade com características inovadoras tecnologicamente no que se refere ao tempo e espaço, podendo dessa forma, incrementar os processos econômicos e mercados financeiros, por meio da informação, computação e comunicação, que segundo Harvey (2002, *apud* Oliveira) o novo padrão de acumulação flexível acelera os processos de interdependência transnacional.

Porém, Romita (1997) faz uma descrição diferente da globalização econômica e relaciona descritivamente algumas características³³ importantes que leva a compreensão do grande avanço que é a perda de poder decisório pelo Estado. Tais características nos remete a reflexão de uma globalização mais realística e possível, que segundo Santos (2004), desloca suas forças do processo econômico para o social, da produção e exploração em massa para um tratamento mais humanizado aos trabalhadores que com sua força cognitiva e de trabalho, constrói a economia, proporciona integração social e cultural de um país.

2.4 As Transformações da sociedade moderna/pós-moderna à sociedade da informação

Vale ressaltar, que outra força motriz para as transformações da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna, também foi o capitalismo. No contexto pós-moderno o capitalismo se apresenta de forma fragmentada, desencaixada, sem historicidade. Nele, percebemos nitidamente através da cultura ao retratar a realidade, que ele não tem linearidade no pensar e suas interpretações são as mais diversas possíveis. Assim, as transformações do mundo contemporâneo segundo Miranda (2002) não são apenas um novo estágio da sociedade industrial, aguçadas pelo rápido avanço tecnológico, mas um salto qualitativo em relação ao período anterior.

³³ As características elencadas por Romita, 1997 *apud* OLIVEIRA) se resumem em: relações contratuais flexibilizadas entre capitalistas e trabalhadores; deslocamento de capitais e de gerentes de um país para outro; desenvolvimento da economia em escala mundial; interacionalização do Estado frente a nova integração regional e celebração de tratados de livre comércio; abertura de espaços internacionais para atividades produtivas; diminuição do poder do Estado; adoção de ajustes estruturais e privatizações e estabilização das macroeconomias.

E assim, o capitalismo é marcado pelos avanços tecnológicos em busca do desenvolvimento e do crescimento a qualquer custo. Na sociedade de consumo, observamos que a razão humana adquire formas diferentes no decorrer dos tempos quando entra em contato com o mundo que o cerca, elabora trabalho de conceituação e se torna cada vez mais complexa, geral e abstrata.

Para De Masi (2000), a realidade não está em crise, ela muda constantemente. O que está em crise são os modelos mentais de compreensão da realidade. A atual realidade é a realidade virtual e a ciência contemporânea já pensa o virtual como condição de possibilidades das interações reais como, por exemplo, ambientes virtuais, mundos virtuais, realidades virtuais, amparados por dois sistemas, o de comunicação em rede e o de visualização de imagens, que para Parente (1997), são as janelas se abrindo para outros mundos.

Tudo isso, na concepção da maioria da sociedade, é chamado de desenvolvimento global e local, e significa oportunidade de crescimento econômico, social e cultural de uma nação, pois sem os recursos naturais, a humanidade jamais teria alcançado o desenvolvimento tecnológico de hoje. Mas, não podemos esquecer que o consumo exacerbado exige cada vez mais a exploração dos referidos recursos naturais; minerais e energéticos, o que prejudica ainda mais o meio ambiente.

2.5 A Sociedade Informática; as consequências sociais da segunda revolução industrial sob a ótica de Schaaf, Santos e Castells

Inicia-se esse debate com Schaaf (1995)³⁴, um dos mais proeminentes pensadores da escola marxista, que aborda em seus estudos o efeito das novas tecnologias com perspectivas marxistas. O autor expõe suas opiniões sobre as consequências sociais que a nova tecnologia teria em longo prazo, abrangendo o campo da educação. Com relação às consequências sociais da segunda revolução industrial, o autor aborda o assunto, ampliando e aprofundando suas ideias sobre a microeletrônica e a sociedade. Sua preocupação ultrapassa as considerações sobre emprego e ocupação do indivíduo na educação e cultura com reflexões sobre o estilo de vida e o cultivo de um sentido de vida de forma questionadora sobre o

³⁴ O referido autor (SCHAFF) é também membro do Grupo de cem (100) pessoas entre cientistas e humanistas do clube de Roma que têm como preocupação comum, o futuro da humanidade.

pensamento religioso e a atração que a religião exerce sobre os indivíduos, bem como levanta uma discussão de forma a incomodar as estruturas políticas do futuro.

Seu maior destaque é o otimismo por não acreditar na catástrofe nuclear e sustentar seu pensamento quanto ao enriquecimento da sociedade e na distribuição dessa riqueza. Para ele existe a possibilidade de que a opulência substitua a religião, provocando uma mudança profunda nos sistemas políticos, sociais, educacionais e porque não; culturais. Dessa forma conclama a todos governantes, cientistas e militares para uma nova aliança e muita atenção a tudo que poderá vir acontecer no futuro.

Enfatiza, também, os problemas da guerra e da paz, o ser ou não ser do gênero humano, ou seja, além de escrever artigos e livros sobre a destruição ou a continuação da vida. Para ele a segunda revolução industrial está nítida aos olhos de quem queira enxergar. Schaaf (1995) Aborda também sobre uma tríade revolucionária, a microeletrônica, microbiologia e energia nuclear. Para ele, há enormes possibilidades de desenvolvimento econômico e crescimento do país em todos os sentidos, mas também aponta problemas relacionados, principalmente no campo social, ambiental e cultural no que se refere aos modos de vida em sociedade.

Santos (2009) argumenta que a diversificação da natureza e a divisão territorial do trabalho é uma categoria que constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial, ou seja, no mundo natural sua identidade se renova enquanto se modificam os seus aspectos, que sucessivamente vão mudando e recriando outros modos. Essa teoria se baseia, segundo o autor, em Kant, isto é, a criação jamais termina, jamais se completa, uma vez iniciada, jamais termina". Logo, tomando essa ideia de movimento, o autor, ao classificar as origens da natureza como pura e natural, atribui ao movimento o desencadeamento de suas energias naturais, onde o homem aparece nesse contexto automaticamente. Acrescenta a esse raciocínio a questão do valor que lhe é acrescentado; o valor e as relações sociais e sua intervenção com invenções técnicas, que transformam, criam, subordinam e ampliam socialmente somado a criação das indústrias.

Diante do exposto, Santos (2009) classifica a informação como o motor da divisão do trabalho. Sobre a divisão do trabalho e repartição dos recursos, ele entende que recursos são coisas, naturais ou artificiais. Relações compulsórias ou

espontâneas, ideias, sentimentos e valores fazem com que haja mudança nos homens e tudo a seu redor, pois o valor total de cada um juntos, em comunidade, é que define sua qualificação geográfica.

Ao definir o sistema técnico atual, o autor utiliza-se de períodos técnicos, ou seja, aborda a evolução dos tempos milenares definindo a revolução neolítica, a revolução industrial e a revolução cibernética. Após apresentar teorias de vários autores como (PAWELS, 1997; HALEVY, 1948; CHESNEAUX, 1983; QUEAU, 1998; RIEU, 1987) sobre o assunto (técnica), comenta também sobre as técnicas da informação e conceitua informatização como novo modo dominante de organização do trabalho. O computador revoluciona e faz da comunicação um meio importantíssimo, afirma o autor, constatando que o mundo se transforma de maneira mais rápida, e desta forma ela interfere na maneira de pensar, que se adapta à lógica do instrumento. Para ele, isso justifica que o aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe novas formas e bem mais elaboradas de cooperação e controle.

Logo, Santos (2009) conclui que, as relações estabelecidas por esse modelo informatizado (internet) de maneira direta e mais frequente, bem como, menos pragmática, pode ser vivida na emoção estabelecendo uma nova cultura. Para ele, uma das características do mundo atual é a fluidez baseada nas redes técnicas para circular ideias, mensagens, produtos ou dinheiro que devem ao mesmo tempo responder às mudanças bruscas e volozes, pois para atrair atividades competitivas, depende muito de uma renovação técnica significativa e constante. [...] O fato de que a rede é global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, faz com que a sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobre tudo pela própria estrutura socioespacial (SANTOS, 2009, p.279).

Castells (1999) faz uma abordagem histórica do cenário social humano referente ao fim do segundo milênio da Era Cristã. Nessa abordagem, o autor contextualiza a revolução tecnológica, seus avanços rápidos e a interdependência de toda economia global, que tem como objetivo apresentar uma nova forma de relação entre economia, o Estado e sociedade. O autor caracteriza essa relação de sistema de geometria variável, onde tanto as mudanças sociais, quanto os

processos de transformação tecnológica e econômica são drásticas e a redefinição dos relacionamentos entre homem e mulher, tornou-se de certa forma como uma disputa e não como fator meramente cultural. A intensa rede de relacionamentos interativos que, ao mesmo tempo em que molda sua vida, é também moldada por ela, dando origem a agrupamento de identidades primárias como religião, etnia, território e outros que tornam a fonte básica de significado social.

O interessante é que essas pessoas ou esses grupos se organizam não pelo que fazem, mas pelo que acreditam ser dentro dos grupos. Desta forma, o autor se coloca contra as destruições e contesta várias formas de niilismo intelectual, ceticismo social e descrença política, acreditando no racionalismo sem idolatrar a tecnologia. Mas, segundo ele devemos levar a sério a tecnologia e suas implicações e nos lembrar de que a busca pela identidade é tão poderosa quanto à transformação econômica e tecnológica no registro da nova história.

Para analisar a complexidade da nova economia, o autor se fundamenta na revolução da tecnologia da informação, que segundo ele meio inconscientemente, difundiu-se pela cultura mais significativa de nossas sociedades, o espírito libertário dos movimentos de 1960, que espalhado por todos os países, se explodiu e velozmente atingiu o escopo das transformações tecnológicas, bem como diversificou suas fontes e de modo muito acelerado, capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem estar social num tempo bastante restrito. Como exemplo disso, ele cita o caso da China, em que, uma mesma cultura pode induzir trajetórias tecnológicas bastante diferentes, dependendo do padrão de relacionamentos entre Estado e sociedade.

No caso da revolução atual, Castells (1999)³⁵ nos chama a atenção, dizendo que a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e informacional. Apesar de suas variações históricas busca maiores informações sobre Japão, China, Rússia e Alemanha como embasamento histórico para explicar a reestruturação do capitalismo e a difusão do informacionalismo como processos inseparáveis em escala global, que vai determinar o ser na Sociedade Informacional.

Esse ser que, envolto em diferentes e diversos eventos tecnológicos vive a

³⁵ “O afastamento da sociedade contemporânea das propostas políticas de bem-estar proporciona situações de vulnerabilidade social que fragilizam a sociedade. Este tipo de vulnerabilidade provoca a exclusão social” (Castells, 1998; Lopes, 2006; Proença, 2005).

realidade da revolução tecnológica da informação, ou seja, da microeletrônica, da computação (software e hardware), da telecomunicação / radiodifusão, e da optoeletrônica, bem como, muda o curso da mente e conseqüentemente seus paradigmas pela força da dimensão social e revolução da tecnologia da informação.

2.6 Exclusão social e trabalho: da sociedade industrial à sociedade da informação

A expressão exclusão social³⁶ tem sido tema de discussões e pesquisas no meio social, adquirindo várias interpretações ao longo dos tempos. Porém a sociologia compreende a exclusão social como rejeição ou intolerância, falta de reconhecimento de direitos a alguém ou no outro e finalmente a chamada Nova Exclusão, que segundo Arendth (2007) excluídos são aqueles que não têm direito de ter direito, são aqueles que não pertencem a nenhuma tribo, comunidade ou humanidade.

Desta forma, Borba e Lima (2011) conceitua exclusão social como uma situação que está sendo produzida pela conjunção às transformações no processo produtivo frente às políticas neoliberais e à globalização com a implantação de novas tecnologias que desencadeia o processo de reestruturação produtiva, ao visar a maximização dos lucros em relação ao aumento da produção de cada trabalhador, favorece ainda mais a precarização do trabalho.

E segundo os autores, os fatores de exclusão social são vários como o desemprego, falta de acesso a bens e serviços, desigualdade educacional, desqualificação social, injustiça social, insegurança, violência, pobreza, precarização do trabalho e desvalorização do capital humano.

Diante de tais definições, percebe-se que na sociedade da informação, onde a emergência está associada a um conjunto de profundas transformações ocorridas desde as duas últimas décadas do século XX, as mudanças se apresentam de forma distinta à vida humana em sociedade ao interagir de maneira sinérgica e ao confluir-se com a informação e o conhecimento como elementos estratégicos do ponto de vista econômico-produtivo, político e sociocultural (Borba & Lima, 2000).

³⁶ Para Lesbaupin (2000), o termo exclusão social foi introduzido em 1974, por René Lenoier, ao refletir sobre os vários problemas socioeconômicos e que segundo ele, o termo deriva da teoria da marginalidade dos anos de 1960, que compreendia a mão de obra marginalizada na América Latina e a questão social em todos os países, independente do nível de desenvolvimento

Para Lacerda & Lacerda (2012,p.2), “os efeitos da exclusão social são de discriminação, mas também de exclusão de direitos”. Pois quando o trabalhador desempregado tenta retornar ao trabalho, ou seja, ao sistema produtivo e não encontra espaço, ele está perdendo não só a remuneração pelo seu trabalho, mas também a oportunidade de relacionar-se e integrar-se ao mundo do trabalho e aos direitos trabalhistas.

As profundas transformações da economia globalizada vêm atingindo a organização do trabalho desde os anos de 1980, fazendo dessa categoria, a mais discutida de todos os tempos, na vida social dos brasileiros. As várias manifestações que vêm sendo provocadas na sociedade em função dos avanços tecnológicos e das reestruturações produtivas e organizacionais têm causado cada vez mais a precariedade nas condições de vida no presente e insegurança em relação ao futuro que segundo Heller & Fehér (1998), significam a privação da satisfação e de autoestima.

Para Pochmann & Antunes (2007) o capitalismo pós-industrial em que, a produtividade é cada vez mais sustentada pelo setor terciário e não mais fortemente vinculada ao setor agrícola (primário) e ao setor da industrial (secundário), o trabalho nos dias atuais é mais desespecializado e multifuncional, onde se explora mais seus ritmos e processos, bem como, tempos e movimentos, exigindo mundialmente uma legislação flexibilizada do trabalho e compatível com a flexibilização produtiva nas empresas, na tentativa de minimizar o desemprego nacional.

Nesse contexto é possível reconhecer o papel do Estado como fundamental para induzir ações estratégicas, bem como, formular e implementar políticas públicas, seguidas de uma definição do marco regulatório permitindo o mais amplo desenvolvimento e difusão das tecnologias da informação e comunicação.

Para Castells (1999), essa definição é denominada como a nova economia que, ao mesmo tempo, que ela é informacional com capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente, ela pode ser também considerada global, uma vez que suas principais atividades produtivas, o consumo e a circulação do capital, produção, informação, mercados, tecnologias e trabalho estão organizados em escala global. Porém, Jonson B e Lundvall, B (2000) afirmam, que alguns teóricos podem preferir o termo *economia da informação* ou economia do aprendizado, onde ambas necessitam não só de conhecimento, mas de informação com ênfase na habilidade

de aprender e construir novas competências. Segundo constatação da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2002), as políticas públicas de qualificação profissional e a educação têm sido tratadas de forma desvinculada da realidade, não alcançando os objetivos da atual sociedade da informação. Percebe-se, então, que nesse período as políticas de qualificação adotadas pelo Estado e pelo Setor privado, geralmente tratam o trabalhador como objetos e não como verdadeiros sujeitos do processo produtivo exigindo um estudo mais profundo sobre trabalho e educação, bem como mudanças urgentes nos processos de trabalho.

Desse modo, nos recordamos do programa brasileiro- Programa Sociedade da Informação de 1999 com estilo europeu, lançado pela presidência da República, sob a responsabilidade do ministério da ciência e tecnologia que resultou na elaboração do Livro Verde que, segundo Borba e Lima, (2012) contou com a participação dos seguimentos e instituições representativas do governo, da iniciativa privada, da comunidade acadêmica e do terceiro setor.

O objetivo do referido programa proposto contido neste livro foi integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias da informação e comunicação, de forma que a economia do país atingisse condições de competir no mercado global e conseqüentemente contribuir para a inclusão dos brasileiros na nova sociedade. Seu compromisso buscou premissas norteadoras capazes de construir uma ordem social mais justa, respeitar os princípios e metas ligadas a preservação da identidade cultural, bem como, se consolidar em um padrão de desenvolvimento que venha preservar a identidade cultural, respeitando as diferenças do equilíbrio regional e de uma efetiva participação social. O Programa segundo Borba e Lima (2012) se desdobra em sete linhas de ação, apresentado no quadro a seguir com suas respectivas finalidades.

O referido quadro ressalta a sociedade da informação como uma sociedade para todos. Os cidadãos brasileiros com necessidades especiais, que segundo os autores, o objetivo é atingir mais de um quarto da população entre deficientes, idosos e acamados de longa duração, devendo usufruir das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, para que os mesmos busquem sua plena integração na sociedade.

E para tal reformulação, o desafio é inevitavelmente, a construção de sistemas nacionais e regionais de formação profissional, previstos em Declaração Social

Laboral do Mercosul e na Recomendação 195 da OIT(2004) adotada na 9ª Conferência Internacional do Trabalho (Desenvolvimento dos Recursos Humanos).

Linhas de ação	Descrição
Mercado, trabalho e oportunidades.	Promoção da competitividade das empresas e a expansão das pequenas e médias empresas, apoio à implantação de comércio eletrônico e oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação.
Universalização de serviços e formação para a cidadania	Promoção da universalização do acesso à Internet, buscando soluções alternativas, com base em novos dispositivos e meios de comunicação; promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet e fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social.
Educação para a sociedade da informação	Apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e a distância baseados na Internet e em redes, através de fomento ao ensino, auto-aprendizado e certificação em TIC; implantação de reformas curriculares visando ao uso das TIC em atividades pedagógicas e educacionais, em todos os níveis da educação formal.
Conteúdos e identidade cultural	Promoção da geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e as matérias de relevância local e regional; fomento a esquemas de digitalização para a preservação artística, cultural, histórica, e de informações de C&T, bem como a projetos de P&D para geração de tecnologias com aplicação em projetos de relevância cultural.
Governo ao alcance de todos	Promoção da informatização da administração pública e do uso de padrões nos seus sistemas aplicativos; concepção, prototipagem e fomento à aplicações em serviços de governo, especialmente os que envolvem ampla disseminação de informações; fomento à capacitação em gestão de tecnologias de informação e comunicação na administração pública.
P&D, Tecnologias - chave e aplicações.	Identificação de tecnologias estratégicas para o desenvolvimento industrial e econômico e promoção de projetos de P&D aplicados a essas tecnologias nas universidades e no setor produtivo; concepção e indução de mecanismos de difusão tecnológica; fomento a aplicações piloto que demonstrem o uso de tecnologias-chave; promoção de formação maciça de profissionais, entre eles os pesquisadores, em todos os aspectos das TIC- Tecnologia da informação e comunicação.
Infra-estrutura avançada	Implantação de infra-estrutura, informações, integrando diversas redes – governo, setor privado e P&D; adoção de políticas e mecanismos de segurança e privacidade; fomento à implantação de redes, de processamento de alto desempenho e à experimentação de novos protocolos e serviços genéricos; transferência acelerada de tecnologia de redes do setor de P&D para as outras redes e fomento à integração operacional.

Quadro 1 - Linhas de Ação do Programa Sociedade da Informação

Fonte: Borba & Lima (2012).

Novas estratégias são necessárias para a transformação de uma economia de exclusão e informalização para uma economia não apenas solidária, mas arrojada, capaz de suprir as necessidades de preenchimento de um numero significativo de

empregos e oportunidades de qualificação profissional, conforme princípios expressos no quadro três (3). Conclui-se assim, que esse quadro é apenas uma iniciativa e que muito ainda se tem por fazer.

Princípios para um sistema democrático de formação profissional Lima & Lopes (2005, p. 35-36) :

- a) o desemprego é uma questão político-econômica, fruto dos modelos de desenvolvimento excludentes, e não um problema individual ou de falta de qualificação/educação do trabalhador;
- b) é dever do Estado garantir a todos educação pública, gratuita e de qualidade, incluindo aqui a educação profissional;
- c) qualificação é um campo onde interagem agentes e políticas de trabalho emprego e renda, educação e desenvolvimento, que devem ser garantidos o diálogo social, a conservação tripartite, a negociação e a contratação coletiva;
- d) a articulação entre formação/ação/construção da cidadania contribui para o desenvolvimento da sociedade, nos aspectos social e econômico, democratizando o Estado, tornando as empresas competitivas e fortalecendo os movimentos sociais e a sociedade civil;
- e) os recursos públicos, além de serem utilizados de forma ética, devem ser direcionados para ações que, prioritariamente, venham ao encontro dos interesses dos trabalhadores desempregados e da população vulnerável;
- f) as ações de qualificação social e profissional devem estar integradas com ações de desenvolvimento, inclusão social e educação e devem incluir certificação e orientação profissional;
- g) a articulação entre a qualificação social e profissional com a elevação de escolaridade, ao estabelecer a complementaridade entre formas alternativas e a oficial de ensino, contribui para o resgate de um aspecto fundamental da dívida social – o direito à educação;
- h) trabalhador educado deve ser entendido como um ser integral, respeitando e considerando as suas dimensões subjetiva, social e política;
- i) o processo de construção de saberes deve recorrer sistematicamente ao resgate e a valorização do saber do trabalhador, adquirido na sua experiência de vida, trabalho e lutas, bem como deve observar respeito à

diversidade sociocultural, implicando também o resgate das experiências populares de qualificação e educação profissional;

- j) a qualificação profissional não pode ficar restrita ao domínio das técnicas, devendo estar articulada com os conhecimentos gerais, a cultura e a formação cidadã, na perspectiva da formação integral do trabalhador;
- k) os processos educativos devem ser desenvolvidos de maneira inter e transdisciplinar, articulados por um eixo/fio condutor, vinculado ao contexto sociocultural e às demandas do mundo do trabalho e da sociedade;
- l) observados os princípios anteriores, devem ser respeitadas a pluralidade e a criatividade dos agentes educacionais, sejam eles orientados pelo Estado, pelos empresários ou pelos sindicatos e outros movimentos sociais;
- m) as ações de qualificação e educação profissional deverão, quando financiados por recursos públicos, ser gratuitas, amplamente divulgadas e submetidas a planejamento e avaliação permanentes, pelos mecanismos de controle social.

Para Silva, Palhares & Rosa (2012), as novas tecnologias emergentes com objetivo de acompanhar a evolução da sociedade globalizada, induzem inevitavelmente a outro fator da exclusão social, uma vez que apresentam dificuldades previsíveis e imprevisíveis na sua utilização, impedindo o acesso de grande parte da sociedade considerada à margem da pobreza e uma minoria étnica, das quais não podemos nos esquecer.

Segundo Sen (2000, p. 45), os planos de combate à pobreza são abrangentes e contribuem para a redução da exclusão social; assim, o caráter multidimensional da privação das necessidades básicas relaciona-se com os outros fatores da exclusão social. Desta forma, para Guimarães (2011), um desempregado que se encontre numa situação de privação financeira não tem condições e oportunidades de escolhas, sendo afetado ao nível psicossocial (baixa autoestima, perda de liberdade) e de precariedade nos serviços de alimentação, saúde, educação, habitação, cultura e lazer .

Para Guimarães (2012), a aceleração vertiginosa da sociedade da informação aumenta constantemente o potencial da exclusão social, fazendo da sociedade da informação cada vez mais heterogenia e desigualitária. Mas, considerando que as

tecnologias também são entendidas como um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica, paradoxalmente, elas podem também serem consideradas como potencial de inclusão das pessoas em seu meio social.

No entanto, como vimos no quadro nº 01, somado aos princípios democráticos de formação profissional, cabe a toda população brasileira a responsabilidade pela inclusão³⁷ do cidadão na atual sociedade da informação, tendo o Estado somente como promotor e não garantidor da equidade e bem estar de toda sociedade ao ajustar os meios tecnológicos e encontrar formas mais adequadas para a sustentação do desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, cabe a sociedade refletir sobre os princípios orientadores propostos e a realidade da situação na prática.

Nesse sentido, Buffa, Arroyo, Nosela (1995) consideram, que deve se investir na área da educação profissional ficando sob a responsabilidade da área privada, ou seja, do capital e não só como área pública do Estado.

Nesse cenário, conta-se com as ações do Sistema “S” composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)”. Esses dois sistemas se referem aos serviços de aprendizagem e se ocupam da qualificação profissional. Têm-se também o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) com objetivo de realizar trabalhos de assistência e lazer.

Outras organizações surgem com a mesma intenção; buscar melhorias contínuas para vencer a concorrência e se atualizar diante das mudanças do mercado, bem como, encontrar novas alternativas para aperfeiçoar a novas práticas de trabalho por competências, que requer atualizações pessoais e profissionais constantes, no que se refere a aquisição de novas atitudes, habilidades e conhecimentos do mundo globalizado.

Essas novas práticas de trabalho chegam a ser considerado um desafio, uma vez que o ser humano possui certa resistência a mudanças, à superação e ao novo.

³⁷ Incluir da perspectiva tecnológica envolve aprender o discurso da tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim a capacidade de influir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins.(CABRAL,2005).

Porém, esse desafio vai além da superação, exige conhecimento de si próprio e autodesenvolvimento de suas potencialidades. Com isso, surge como alternativas pelas organizações a adoção de programas de *coaching*, que têm como objetivo “ajudar o indivíduo a resolver problemas e transformar o que aprendeu em resultados positivos para si e para a organização que trabalha”. (KARAWAJCZYK & CARDOSO, 2012).

Segundo os autores, essa carreira ainda não está regulamentada enquanto profissão, mas que em todo mundo, o número de habilitados chega a 16 mil e no Brasil, desse número, menos de dois mil, porém, o crescimento na sociedade brasileira tem sido de 80 a 90% ao ano.

Para Di Stéfano (2005), as palavras *coaching*, *coach* e *coachee* são palavras internacionais utilizadas atualmente no mundo do trabalho e que sua tradução pode gerar ideias diferentes sobre a prática exercida. No Brasil sua tradução é *treinamento*.

O programa *Trainee* do Banco Itaú Unibanco, por exemplo, já está divulgando seu slogan para 2013 como: “o mundo mudou, as profissões mudaram, as perspectivas cresceram. Se você pensa grande, você pensa como a gente”. (Folha de São Paulo, 2012, p.3). Nesse texto, percebe-se que a empresa aborda seu perfil e busca atrair pessoas com essas características, independente de sua graduação. Subentende-se, que o candidato (engenheiro, administrador, economista, advogado, publicitário, designer) precisa nesse caso; ter habilidades, ser focado, inquieto e sonhar alto. Partindo desse pressuposto compreende-se, que as portas estão abertas para o futuro dos estudantes e profissionais, porém a dificuldade é encontrar mão de obra qualificada para a competitividade exigente do novo mercado, evidenciando de certa forma, a iniciativa das empresas ao ampliarem seus programas de estágios (para estudantes) e *trainees* (recém-formados), que são considerados como “uma via para orientar os profissionais de acordo com suas necessidades, sua cultura organizacional e ao formar futuras lideranças” (FOLHA-SP, 2012).

Diante dessa iniciativa privada, estimulada pelo Estado (Governo Lula) com o Pacto de Aceleração de Crescimento (PAC) do país e conseqüentemente das regiões brasileiras, o aumento do número de vagas de estágios e *trainees* acompanham o *boom* do emprego no país e o desenvolvimento dessas regiões.

O destaque foi para três regiões, Pernambuco, Bahia e Pará, porém na região Centro-Oeste o crescimento foi de 9% apenas, o que não invalida o esforço incansável das empresas com foco no futuro profissional, que abrem processos seletivos, inclusive virtualmente para recrutar estagiários e *trainees* em todo Brasil. Dentre essas empresas, as que mais se destacam são a Ambev, Boticário, C&A, Gol, Itaú Unibanco, Sascar, Souza Cruz, Unilever, Volkswagen e Wirlpool.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESSE, 2012), o governo sempre esteve atento à discussão da qualificação profissional do trabalhador sob diferentes contextos econômicos, prestando sua contribuição ao importante debate atual sobre o tema. Entre suas diversas ações, o Diesse desenvolveu esforços na busca de uma metodologia, aplicável às estatísticas primárias disponíveis na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Seu esforço tem sido buscar dados que se consolide em fonte oficial de informações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil, com objetivo de sinalizar em quais grupos ocupacionais se incide a maior necessidade imediata de capacitação. Observa-se, que o departamento procura potencializar as informações que as estatísticas da PED já fornecem à sociedade na concepção, formulação, planejamento e acompanhamento de políticas públicas de qualificação profissional e disponibilizam informações que sinalizam quais áreas deveriam ser priorizadas em uma política de qualificação profissional às regiões metropolitanas do país. Pesquisa da Reuters mostrou que o desemprego brasileiro caiu para 5,3 por cento em outubro de 2012, ante 5,4 por cento em setembro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁸. Trata-se do menor nível para outubro desde o início da série histórica, em 2002.

2.7 Síntese da legislação do trabalho no Brasil

A política trabalhista surgiu no Brasil com o Governo Vargas através da Constituição Federal de 1934, denominada carta constitucional, que segundo Martins (1997) estabelece direitos trabalhistas incorporados às antigas conquistas

³⁸ (Reuters) RIO DE JANEIRO, 22 Novembro.

dos operários, explícitos em lei, sem a participação dos trabalhadores, como a garantia da liberdade sindical, isonomia salarial, jornada de oito horas de trabalho, descanso semanal, férias anuais e remuneradas, regulação do trabalho feminino e dos menores, indenização ao trabalhador em casos de demissão sem justa causa e regulamentação das profissões.

Outras normas criadas no advento Vargas foram sistematizadas e reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho, CLT aprovada em primeiro de maio de 1943 pelo Decreto-lei nº 5.452/1, que apesar de alguns progressos trabalhistas referente as relações de trabalho, nesse período tais normas foram consideradas bastante restritas. Dentre elas, o governo promulgou outras normas voltadas para novos direitos estabelecidos sem a participação dos trabalhadores como medicina do trabalho, fiscalização, justiça do trabalho, processo trabalhista e proteção do trabalho da mulher.

Contudo, as principais garantias trabalhistas foram constatadas no artigo 07 da constituição Federal de 1988, no que se refere à participação dos movimentos sociais nas decisões legislativas. Para Rocha (1997), o grande destaque da carta de 1988 foi dado para o progresso de reconhecimento dos direitos da mulher, impulsionados pelos grupos feministas, junto ao Congresso Nacional.

Dentre as principais garantias trabalhistas, no advento da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, os artigos 391 a 393, estabelecem a licença à gestante sem prejuízo do emprego, do salário e outros benefícios afins. A lei nº 10.421/2002 estabelece o direito a licença a maternidade e ao salário maternidade à mãe adotante. Por fim, com a introdução do artigo 216-A no Código Penal, pela lei nº 10.224 de 15 de maio de 2001 que caracteriza como crime o assédio sexual na empresa, ou seja, o desrespeito à liberdade individual, em especial à mulher, no sentido de prevenir e punir tal prática, cabendo a responsabilidade civil e trabalhista à empresa empregadora caso ocorra o delito nas suas dependências.

Já o artigo 373-A da CLT, se ocupa da prevenção à discriminação da mulher ao acesso a empregos, concursos, promoções e salários em função de sexo, idade, cor ou situação familiar, ampliado pela Lei nº 9.029 de 13 de abril de 1995, que proíbe qualquer prática discriminatória (sexo, idade, cor, raça, origem e situação familiar) e limitativa relativa a empregabilidade e sua manutenção no trabalho.

Nas últimas décadas do século XX, as transformações decorrentes da

globalização exige da sociedade uma nova postura no mundo do trabalho, exigindo neste contexto, maior flexibilidade nas condições trabalhistas, bem como, atribuiu às convenções e acordos coletivos novas propostas para a legislação trabalhista no Brasil. Uma das propostas observadas no quesito da flexibilização é a ideia de que o trabalhador pode ser capaz de escolher as melhores condições para suas relações de trabalho e emprego com os empresários, dispensando a tutela do Estado.

No entanto, ao refletir sobre as relações trabalhistas Pirota & Pirota (2002), constata que a história se encarrega de demonstrar que nem sempre trabalhadores unidos e movimento sindical conseguem unir forças na defesa de seus interesses diante do poder econômico, considerando o alto índice de desemprego, da instabilidade econômica e trabalho precarizado, mas que em termos relativos, o sindicato pode equilibrar as forças se o cenário for diferente, ou seja, uma sociedade onde a economia se apresente com pleno emprego, produção centralizada, empresas verticalizadas, trabalhadores homogêneos e relações estáveis de emprego, mas que segundo eles, o cenário atual da economia e do mercado de trabalho está longe desse contexto de realidade, pois em relação as propostas de flexibilização da legislação trabalhista, o negociado já prevalece sobre o legislado quando se trata de dar mais vantagem ao trabalhador.

Para os autores, o processo de adequação das empresas aos novos pressupostos da economia globalizada viabiliza a terceirização dos serviços a outras empresas, dificultando o desenvolvimento das práticas sindicais ao tentar deter a crescente terceirização e suas condições de trabalho. Com o empregado terceirizado constata-se que, o empregador não arca com nenhum encargo tributário, o que muitas vezes se transforma em objeto de fraude, fazendo com que o trabalhador aceite por falta de opção ou por uma proposta de salário nominal maior.

Segundo Martins (1998) a ideia da flexibilização³⁹ é da classe dominante e não dos trabalhadores. Nota-se que os resultados dessa ideia não foram os esperados, pois ao contrário de bem estar, trouxeram prejuízos aos trabalhadores com perda de emprego, de salários e garantias, tendo como beneficiado, tão somente o ente do capital, ou seja, os empresários que aumentam cada vez mais sua margem de lucro,

³⁹ Para (MARTINS,1997) "a flexibilização do direito do trabalho vem a ser um conjunto de regras que tem por objetivo instituir mecanismos tendentes a compatibilizar mudanças de ordem econômica, tecnológica ou social existentes na relação entre o capital e o trabalho".

contribuindo para o detrimento dos direitos conquistados ao longo do tempo como o INSS, FGTS (Governo de Castelo Branco) e férias, décimo terceiro salário e outras garantias (no Governo Sarney) estipuladas em convenção coletiva esvaziando os esforços dos grupos sociais organizados.

Diante do exposto, concluímos que ao longo da história vem se sentindo a necessidade de proteção da categoria dos trabalhadores bem como, a estabilização das empresas, objetivando alcançar justiça social. Mas infelizmente, o que presenciamos na atualidade é que, apesar da flexibilidade das leis trabalhistas para controlar alguns problemas sociais mais graves como o desemprego, o fenômeno chamado *globalização* vem provocando divergências com alguns pontos a favor e outros contra a referida “flexibilização”, que deveria na verdade, preservar a saúde da empresa e dar continuidade ao emprego. Diante disso, tanto o governo quanto o setor privado devem intervir com ações e políticas públicas mais contundentes, que venham garantir direitos, dignidade, cidadania, qualidade de vida e justa divisão de riquezas para todos os brasileiros para que se tenha uma sociedade ética e justa.

Segundo informações do Banco de Políticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), cujo objetivo é promover a qualificação social e profissional, a certificação e a orientação dos trabalhadores, priorizando as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, etnia, idade e/ou escolaridade, bem como, articular as políticas de educação, desenvolver a inclusão social e fortalecer a probabilidade de acesso e permanência do trabalhador no mundo do trabalho atendeu a seguinte população: Trabalhadores qualificados: 2,9 milhões (2001); 644 mil (2002); 143 mil (2003); 142 mil (2004). Os resultados do Programa confirmam sua efetividade social, estabelecendo prioridade para as populações vulneráveis. Em 2004, 56,2% dos beneficiários são mulheres, 58,1% são não-brancos, 48,9% são jovens entre 16-24 anos, e 61,5% possuem até ensino médio incompleto.

A configuração do papel da educação profissional deve, segundo Demo (1999) perpassar o conceito de processo produtivo, onde o uso do saber torna-se uma forma de obter mais ganhos no mercado e não um caminho para se inovar. Para ele, o conhecimento deve ser visto como uma habilidade humana, capaz de permitir ao sujeito a sua própria transformação e capacidade de participação política de forma autônoma, o que nos remete às ideias de Freire (1996) ao tratar da pedagogia da

autonomia.

Em debate sobre educação, qualificação e competências profissionais na sociedade moderna Demo (1999), destaca pelo menos três mistificações desta proposta, sendo a primeira por levar a acreditar que a educação profissional gera emprego se considerado o uso extremado desse modelo de educação, que conceitua a empregabilidade de forma a transferir ao trabalhador a responsabilidade por não estar empregado, ou seja, usa o argumento de que se estudar, o trabalhador não fica desempregado, ou seja, mistifica-se o fato de que o sistema de produção não insere o trabalhador na mesma medida em que esse se capacita se caracterizando como um modelo de produção distanciado da concepção de inserção e integração.

A segunda se refere ao pensamento de que a formação profissional faz do trabalhador apenas mais selecionável, uma vez que ela pode ser vista como estratégia de competitividade, pois o mercado é restrito e a educação profissional uma vantagem comparativa para o trabalhador que a possui. Já a terceira mistificação está relacionada ao barateamento da mão de obra, tendo como explicação a existência de trabalhadores melhor preparados e a inexistência de vagas para todos. Esse fato pode ser observado durante o desenvolvimento da pesquisa, onde o trabalhador se qualifica em uma área, mas que não tem oferta de vaga suficiente, o que o obriga a se inserir em outra área fora de sua qualificação.

Mesmo com todas essas mistificações, o autor reconhece que a educação tem sua validade e/ou importância no contexto da sociedade do capital, porém o que ele chama a atenção é a forma de percebê-la enquanto processo de aprendizagem, capaz de aproximar-se mais da concepção de formação para o trabalho como um direito do trabalhador e não como um simples reforçador de culpabilização do trabalhador diante de sua situação de desemprego e exclusão social. Diante dessa observação, Silva, Moraes e Pereira (2005), citam outra convergência mais profunda ao analisar o estreito vínculo entre a classe social e a educação e qualificação profissional. Segundo eles, são concebidos como contraponto três traços definidores das políticas de educação profissional no Brasil, a desarticulação entre as ações educativas e a realidade do mercado de trabalho; a correlação intrínseca entre pobreza, fracasso escolar e qualificação profissional prematura, aceitação tácita de que, aos mais pobres estão destinadas as profissões consideradas menos nobres.

3 O SENAC COMO ENTIDADE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA NO BRASIL

[...] o SENAC, ele sempre baseou suas ações na seriedade do seu trabalho na competência de seus colaboradores e tendo sempre como norteador de tudo a prestação de serviços com qualidade” (Entrevistado nº 19)

Neste capítulo aborda-se o Senac em seu contexto histórico da formação profissional nas dimensões da Regional de Goiás e da Unidade Educacional de Caldas Novas, a partir dos avanços tecnológicos e das novas relações assumidas pela sociedade atual e dos processos de competitividade numa instituição de educação profissional. A pesquisa realizada com os gestores, professores e alunos dessa Instituição dão substância à compreensão do sentido das ações desenvolvidas pelo Senac.

Nesse primeiro momento, as escolas de aprendizagem comercial foram criadas para desenvolver cursos de continuação/práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio.

De acordo com o art. 4º da referida lei, o custeio dos encargos do SENAC fica a cargo dos estabelecimentos comerciais, conforme art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou seja, todos aqueles estabelecimentos que estiverem enquadrados nas Federações e Sindicatos coordenados pela Confederação Nacional do Comércio, ficam obrigados a contribuir com o equivalente a um por cento (1%) sobre o montante da remuneração paga à totalidade dos seus empregados.

Para elaborar e expedir o regulamento do SENAC, o artigo 9º desta mesma lei estabelece que, a Confederação Nacional do Comércio crie uma delegação, composta do poder público para as devidas instruções, necessárias ao funcionamento de suas atividades e serviços. Essa delegação constitui o Conselho Nacional e Conselhos Estaduais ou Regionais.

No mesmo dia 10 de janeiro do ano 1946, outro Decreto Lei nº 8.622, foi criado pelo referido representante da República Brasileira, com objetivo de estabelecer deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores (praticantes), relativos à aprendizagem dos comerciários, respaldados pelo art. 160 da Constituição Federal

Brasileira.

Outro fato considerado relevante nessa data é a solenidade de posse, realizada no Teatro Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, do Senhor João Daud't Oliveira para a Presidência da primeira Diretoria da Confederação Nacional do comércio.

Endende-se que num cenário de industrialização e pós-guerra, e em meio à crise do sistema econômico mundial, os Estados foram os segmentos da sociedade brasileira, que demonstraram preocupação com a preparação da mão de obra qualificada conforme imagens da figura 01 a baixo, para acompanhar o desenvolvimento e a expansão da estrutura produtiva industrial.



Figura 1- Cenário da mão de obra Senac no Pós-guerra.
Fonte: Senac (DN,2012)

Essas imagens desenham as primeiras atividades voltadas para a educação profissional desenvolvidas pelo Senac no Brasil, em que seu marco histórico, segundo o Departamento Nacional do SENAC (DN) sempre foi a aprendizagem e até hoje, continua sendo uma das principais ações desenvolvidas na Instituição.

Outro fato relevante registrado pelo Departamento é com relação à educação. O SENAC é considerado inovador em assuntos educacionais e pioneiro ao desenvolver, ainda na década de 1940, o ensino a distância com os chamados cursos da universidade do ar e os cursos volantes também chamados por educação sobre rodas e hoje conhecidos como Unidades Móveis, que levam o ensino-aprendizagem em lugares mais distantes.

Surgem também, na década de 1960, as empresas pedagógicas, compreendidas como empresas escolas, que têm como objetivo a vivência do trabalho em ambiente próprio. Tais empresas, hotéis – escola e restaurantes-escola são voltadas para a qualificação prática dos alunos, se tornando modelo de escolas envolvidas com a educação profissional em todo país. (DN-2012).



Figura 2 – Centro de Formação Profissional.
Fonte: SENAC – (DN-2012)

A atual estrutura organizacional do Sistema SENAC compreende a Administração Nacional, que tem como finalidade principal, promover o cumprimento de sua missão⁴⁰ e fortalecer a imagem institucional por meio da articulação interna e externa, integrando, orientando e acompanhando as ações dos Departamentos Regionais - DRs, ou seja, das 27 Administrações Regionais por todo país, garantindo o respeito às diferenças e à autonomia local. E os centros de formação profissional, conforme figura 2, obedecem o mesmo modelo padrão em todo país, ou seja estruturas bem arrojadas e parque tecnológico condizente com as propostas de sua missão institucional.

Com a chamada globalização, o desenvolvimento econômico requer do mercado, mão de obra qualificada para atender as mudanças constantes da sociedade. O governo visando um acompanhamento adequado do mercado de trabalho repassa, por meios legais, à sociedade civil, parte da formação profissional para as organizações não governamentais (ONGs), momento em que surge um grande universo de centros de educação profissional.

Segundo o DN (2012), nesse período, a instituição SENAC é levada a perceber a necessidade de mudar seus paradigmas, planejar suas ações de forma mais competitiva e adotar estratégias mais concernentes à realidade conferida pelas mudanças na sociedade, ou seja, buscar melhores condições de aprendizagem como forma de garantir ao funcionário sua empregabilidade e conseqüentemente, abrir portas aos desempregados, contribuindo assim, para o desenvolvimento e a empregabilidade da conformação atual das empresas.

⁴⁰ "Missão do SENAC – DN- Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo." Com essa missão, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) promove, há 66 anos, o crescimento profissional e pessoal de milhões de brasileiros. Disponível em : www.senac.br em 28/05/2012.

Para o DN (2012), a nova concepção de mundo do trabalho, faz com que o SENAC amplie sua visão, por meio de conceitos, pesquisas e levantamento de dados gráficos para entender sua posição em relação ao mercado de trabalho, fortalecer suas ações e adotar posições defensivas para combater as forças competitivas externas. Uma de suas posições defensivas é a criação do planejamento estratégico com a geração de indicadores objetivos que são: promover a inclusão social por meio da oferta de educação profissional de qualidade; fomentar a orientação mercadológica; incentivar as ações voltadas à inovação e ao gerenciamento do conhecimento e desenvolver gestão institucional integrada com foco em resultados para fortalecer a marca.

Para dar seguimento a esta proposta e buscar a diferenciação no mercado, o Departamento Nacional (DN) do SENAC, mobiliza todo sistema, do corpo técnico ao diretivo, considerando as diferenças regionais como uma marca de diversidade e flexibilidade em busca de uma gestão moderna e coerente com o momento e com o objetivo de ser referência em educação profissional e produção de conhecimento para o setor do comércio de bens, serviços e turismo no Brasil. Para o DN, esse momento de abertura de mercados é de suma importância para desenvolver formas diferentes de pensar e agir com estruturas de processos organizacionais voltados para a criatividade e sistematização de uma aprendizagem contínua capaz de acompanhar os avanços tecnológicos cada vez mais constantes.

E assim, a referida Instituição de Educação Profissional, via Departamento Nacional do Senac, elabora seu planejamento estratégico e institui como Missão; educar para o trabalho em atividades de comércio, de bens, serviços e turismo, que segundo a lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, a educação profissional do Senac deixa de ser estruturada por áreas e prioriza como premissas a organização por eixos tecnológicos e as ações de educação profissional passam a ser desenvolvidas, por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada e/ou qualificação profissional; de educação técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Além das ações educativas, a instituição desenvolve também, assessoria e consultoria a empresas, simpósios, palestras, seminários, conferências, *workshops* e outros eventos similares, conforme a necessidade e particularidade de cada organização.

Com a intenção de fortalecer e defender-se dos concorrentes, o DN vai mais

além, implementa algumas de suas forças internas, como: produzir livros, vídeos e *softwares*, voltados para os eixos de atuação do SENAC. Entre os periódicos destacam-se: o Boletim Técnico do SENAC, SENAC & Educação Ambiental, Correio do SENAC, Boletim e-SENAC, Relatórios Geral e Social, Relatório do PSG, bem como, outras ações sociais como a criação da TV SENAC, que posteriormente veio a ser Rede SESC-SENAC de Televisão e, atualmente, SESC TV, com uma programação voltada para assuntos de cultura e lazer.

Outra inovação, segundo o DN, foi a de aliar-se à tecnologia de disseminação de conhecimento por meio da rede SESC-SENAC de teleconferência, que promove debates sobre assuntos relevantes entre especialistas e o público, em tempo real, por *e-mail*, *fax* e telefone. Atualmente, a referida rede está presente em todos os Estados brasileiros, com cerca de 400 salas e auditórios equipados com infraestrutura de ponta. Ampliou-se também, o programa radiofônico - Espaço SENAC, para o programa SESC-SENAC, transmitido, atualmente, por aproximadamente mil emissoras no Brasil.

Outro programa observado foi o de educação a distância. Para esse programa foi criado um centro nacional específico com objetivo de ampliar e diversificar a programação do SENAC nessa modalidade de ensino. E como resultado desse empenho em Educação a Distância (EAD), o Ministério da Educação, mais especificamente no ano de 2004, concedeu um credenciamento especial para o SENAC oferecer cursos de pós-graduação *lato Sensu* à distância e para atender essa demanda, foi criado o programa Rede EAD Senac.

Em 2007, ele realiza, também, a pesquisa⁴¹, Perfil do Aluno dos Cursos a Distância do SENAC, de abrangência nacional, onde traça o perfil do aluno dos cursos a distância da Instituição. Nela, são abordadas as características socioeconômicas e culturais e a trajetória desenvolvida nesse processo de ensino-aprendizagem que gera uma outra pesquisa: Caracterização dos Setores de Atividades Econômicas, que sonda o mercado de trabalho para a atuação do Senac quanto ao eixo tecnológico Imagem Pessoal; vestuário e Acessórios. Este estudo mapeia o mercado de trabalho do segmento vestuário e acessórios a fim de traçar tendências gerais de seu desenvolvimento e os possíveis desdobramentos sobre a qualificação profissional, cotejadas com a oferta do SENAC nesse segmento. A

⁴¹ As pesquisas que seguem estão em destaque no referido Site do Sistema SENAC e se posicionam frente às novas mudanças sociais e econômicas da atualidade.

pesquisa contribui com subsídios para a atualização dos cursos oferecidos pela Instituição. Outra pesquisa realizada em 2007 foi com ex-alunos dos cursos de especialização em educação ambiental e educação a distância do período letivo 2005 –2006. Além de divulgar a opinião desses egressos, o estudo tenta mostrar os impactos de mudança profissional, social e pessoal, provocados pelos cursos de pós-graduação *lato-sensu* a distância da Rede EAD Senac na vida dos ex-alunos. O resultado foi de 91,95%, resultado um pouco superior em relação ao percentual de fidelização enquanto concluintes, dado esse que sugere a satisfação dos egressos com o Senac a conclusão da especialização.

Já em 2008, foi realizada também, pelo Departamento Nacional (DN) do SENAC, em conjunto com todos os Departamentos Regionais (DR), a pesquisa Laboratórios, com função pedagógica e perspectivas reais, que contribuem para a utilização, cada vez mais eficiente e eficaz, dos laboratórios da área de saúde, nos moldes do que se propõe o projeto pedagógico do SENAC. Segundo o DN (2012) o estudo agregou como produto a relação dos principais equipamentos exigidos para a formação profissional em cada ambiente de simulação da prática em saúde.

Uma das ações mais relevantes considerada pela Instituição é o Programa SENAC de Gratuidade, existente desde 2008, por meio do qual a Instituição oferece, aos brasileiros de baixa renda, vagas gratuitas em diversos cursos, da formação inicial ao médio. O SENAC acredita, reafirmar seu importante papel na sociedade brasileira como referência em educação profissional, por meio de uma série de programações desenvolvidas pela Instituição em quase três (3) mil municípios de norte a sul do Brasil, com mais de dois (2) milhões de atendimentos prestados nesse ano. Em conformidade com o DN (2012). O estudo permitiu constatar que 82,75% dos entrevistados atestaram a qualidade dos serviços e produtos ofertados pelo programa.

Na pesquisa, Egressos do Programa SENAC de Gratuidade PSG 2009 realizada nesse mesmo ano, participaram 2.315 egressos do referido ano em todos os tipos de curso oferecidos pelo Programa como, aprendizagem, capacitação e aperfeiçoamento (de Formação Inicial e Continuada); qualificação técnica e habilitação (de Educação Profissional Técnica de Nível Médio), com o intuito de mapear o perfil do egresso do PSG e apresentar os índices de inserção no mercado de trabalho e também, de avaliação quanto aos benefícios gerados pelo curso.

Como resultado, verificou-se que mais de 41% dos entrevistados estavam empregados à época da pesquisa e quase 56% afirmaram ter feito um curso gratuito do Senac relacionado a sua área profissional. Em relação à percepção quanto as melhorias advindas com o curso, o índice médio de aprovação foi Bom (nota 4,39 em uma escala de 1 a 5), indicando um fortalecimento da Instituição como referência em educação profissional no Setor de comércio, de bens, serviços e turismo DN (2012).

O DN do SENAC investe no programa de forma gradativa com uma parcela da receita líquida proveniente da contribuição compulsória estabelecida em planejamento estratégico nacional da seguinte forma: 20% (em 2009), 25% (2010), 35% (2011), 45% (2012), 55% (2013) e 66,67% (2014), atingindo mais de cinquenta por cento desta contribuição no PSG. O SENAC Móvel, conforme gráfico 3, a baixo está em todas as regiões do Brasil inclusive uma balsa-escola que atende à população ribeirinha de municípios do Amazonas. A balsa conta com dois andares, cada um com 180 metros quadrados, e com a mesma infraestrutura e equipamentos das carretas. Em 2006, a balsa foi reformada e ganharam novos e mais amplos espaços de trabalho, como novos laboratórios, para oferecer cursos e atividades em mais áreas de atuação.



Figura 3 – Unidades móveis do Senac no Brasil
Fonte: Senac (DN,2012)

Outras pesquisas desenvolvidas e consideradas importantes para o Departamento Nacional, nesse caso foram: a Pesquisa de Satisfação do Aluno PSG 2009, que avalia a qualidade dos serviços e produtos educacionais oferecidos pela Instituição, a fim de atender aos indicadores de desempenho estabelecidos no acordo firmado com o Governo Federal. O estudo em que apresenta os resultados obtidos junto aos nove (9) mil alunos participantes do primeiro ano do Programa SENAC de Gratuidade⁴², permite constatar que 82,75% dos entrevistados atestam a qualidade dos serviços e produtos ofertados pelo programa DN(2012).

⁴² - Todos os respectivos dados apresentados neste estudo estão disponíveis online, em Relatório do PSG e Outras Ações Sociais 2010, onde apresenta tanto os resultados do programa no ano, bem como, as demais ações voltadas para a promoção social, realizadas pelo SENAC em todo país.

Já a pesquisa, Demanda Atual do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o estudo do Departamento Nacional do Senac apresenta uma análise comparativa do portfólio de cursos oferecidos pelo PSG com a demanda mercadológica baseada nos dados registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego, regional e nacional, obtendo a confirmação de que, há plena correspondência entre o *portifólio* do PSG e o *ranking* com as ocupações mais demandadas. O trabalho atende a um dos indicadores de desempenho relativos ao acordo de gratuidade firmado com o Governo Federal DN (2012).

Por fim, a pesquisa Demanda Futura do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que atende a um dos indicadores de desempenho relativos ao acordo de gratuidade firmado com o Governo Federal, foi realizada em todas as capitais do Brasil, por meio de entrevistas com 1.350 profissionais responsáveis pelas áreas administrativas e de recursos humanos de diversas empresas. Esse estudo investiga as tendências futuras do mercado profissional de alguns segmentos, como beleza, gastronomia, gestão e comércio, hotelaria e saúde. Entre os resultados relacionados ao futuro ocupacional, o estudo identifica, por exemplo, consultor gastronômico e vendedor on-line como ocupações futuras nos setores de atividades de gastronomia, gestão e negócios. Tais informações possibilitam uma avaliação de mudanças previstas no mercado e caminhos possíveis para um melhor desempenho do Senac com relação ao PSG e ao portfólio de cursos em geral DN(2012).

Com a intenção de fortalecer nacionalmente seu compromisso com a promoção e inclusão social, por meio da educação profissionalizante, o SENAC apresenta uma nova logomarca⁴³ acompanhada de um *slogan* para repaginar a identidade visual da entidade em todos os Estados brasileiros.



Figura 4 - Nova logomarca de identidade visual do Senac
Fonte: Senac Caldas Novas

⁴³ Segundo Cunha (2012), todo projeto investido na nova logomarca foi desenvolvido pelo escritório de design Packaging Brands, sob a diretriz da inovação

Esse resultado é um produto que traduz o posicionamento da instituição, que deve ser usada em campanhas de marketing e passa a representar todas as ações do Senac realizadas pelo País.

3.1 O SENAC Regional de Goiás e o contexto profissional na unidade de Caldas Novas

O Senac foi criado em Goiás em 18 de setembro de 1947. Desde então, a referida instituição disponibiliza uma programação de cursos com foco na capacitação e aperfeiçoamento da população, aliada ao desenvolvimento do Estado, através da educação profissional.

Com mais de sessenta anos de existência, o Senac - GO⁴⁴ atende a população goiana em diversas modalidades de cursos livres, técnicos, de extensão, de graduação e pós-graduação presencial e a distância. O Senac desenvolve também atendimento específico para empresas, o atendimento corporativo, com simpósios, palestras, seminários, workshops, oficinas customizadas, conforme a necessidade e particularidade de cada organização.

Para a realização dessa programação, o Senac conta com 18 unidades operativas⁴⁵, sendo uma Unidade Móvel que está em Caldas Novas, três centros de Educação Profissional em Goiânia - Senac Cora Coralina, próximo à Praça da Bíblia; Senac Elias Bufaiçal, no Setor Aeroporto e Senac na Vila Redenção; e unidades fixas nas cidades de Aparecida de Goiânia (Jardim Luz e Jardim Ipiranga), Anápolis, Caldas Novas, Catalão, Ceres, Iporá, Ipameri, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Mineiros, Porangatu, Quirinópolis e Rio Verde.

Em decorrência das transformações do mundo do trabalho e às exigências cada vez maiores em relação à profissionalização, o SENAC adota uma nova proposta de formação profissional com foco no desenvolvimento das competências profissionais do trabalhador.

Nesse contexto, a nova proposta senaquiiana de formação profissional apresenta um redirecionamento para uma formação polivalente e desta forma, define seu referencial teórico para uma prática pedagógica condizente com esse tipo

⁴⁴ Ver anexo do organograma do DR-Goiás p. 116 desta Dissertação.

⁴⁵ Ver mapa das Unidades do DR-Goiás p. 115 desta Dissertação.

de formação em todos os regionais do país.

Para tal, o regional busca ressignificar seu Projeto Político Pedagógico (PPP) na construção de um conhecimento em permanente avaliação e/ou reformulação, frente aos avanços dos principais modelos educacionais da atualidade, buscando compromisso de cada educador envolvido nesse processo de ensino aprendizagem. Quadro da distribuição da produção⁴⁶ por unidade, modalidades de ensino e ações extensivas.

Segundo Melo & Narciso (2010) o regional de Goiás, conforme figura 5 a baixo, também busca alternativas de mudanças e procura desenvolver suas ações voltadas para a missão institucional, ou seja, para garantir ao trabalhador o acesso aos saberes elaborados socialmente e sua participação ativa nas transformações da educação do Estado.



Figura 5 - Regional de Goiás - Sede em Goiânia.
Fonte: Senac (DR- GO, 2012)

Para as autoras, o PPP do SENAC - Goiás é o resultado de um esforço conjunto de todos os colaboradores, entre gerentes de unidades e supervisores técnicos na elaboração de propostas para novos caminhos no que se refere às questões do fazer pedagógico e suas relações com o currículo, com o conhecimento e no pensar e refletir a função social da instituição na formação do sujeito.

Com estratégias de atuação voltadas para competências essenciais referentes ao conhecimento, capacidade de inovação e de respostas às demandas em educação profissional, o PPP do SENAC Goiás tem como foco principal a missão institucional, bem como, o reconhecimento como entidade de excelência em educação profissional, que educa profissionais para a vida. Suas ações em consonância com sua missão enfatizam alguns destaques voltados para educação, onde a aprendizagem esteja voltada ao desenvolvimento das habilidades,

⁴⁶ Ver anexo da análise da produção p. 117-121. desta Dissertação;

competências, autonomia e cidadania, conforme demonstração da figura 6.



Figura 6 – Laboratório de informática nas unidades do senac – GO.
Fonte: DN (2012)

Diante deste cenário, percebe-se que as ações educativas destinadas ao desenvolvimento de competências, segundo o PPP do SENAC - Goiás é organizado por eixos tecnológicos como: formação inicial e continuada de trabalhadores, aprendizagem, capacitação, aperfeiçoamento, programas sócio-profissionais, socioculturais, instrumentais, educação profissional técnica de nível médio, qualificação técnica, habilitação técnica de nível médio, especialização, educação superior, qualificação tecnológica, graduação, pós-graduação e extensão.

Paralelo às referidas ações educativas da educação profissional, o Departamento Regional de Goiás, também conta com as ações complementares. Dentre elas, observa-se o encaminhamento e acompanhamento de egressos no mercado de trabalho, pesquisas, análises e outros estudos para subsidiar a oferta de ações de educação e por fim a produção de material didático de apoio ao processo de aprendizagem. Sua metodologia objetiva a superação da proposta curricular tradicional para uma proposta com perspectivas críticas, em que os alunos possam passar pelo processo de ensino e aprendizagem de forma participativa, uma vez que os valores do SENAC - Goiás perpassam pela ética, qualidade, trabalho em equipe, desenvolvimento pessoal, comprometimento e inovação em consonância com o cenário sócio-econômico dos municípios em que o Regional possui unidades educacionais.

Observa-se também no site do regional Goiás, que os cursos de graduação, pós - graduação e extensão são desenvolvidos em algumas unidades educacionais do regional, mas a sede da Faculdade de Tecnologia fica na unidade do Senac Cora

Coralina, que tem como objetivo principal formar profissionais para a atuação em determinada área do mercado de trabalho.

De acordo com o artigo 44, Inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB) e Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº 03) os concluintes dos cursos de graduação tecnológica da referida Instituição, descritos na figura 7 a baixo, se tornam aptos para dar segmento aos seus estudos de mestrado e doutorado, facilitando a vida dos profissionais que já atuam nessa área. Os incisos VI e VII, do artigo 43 desta mesma Lei (LDB) tem a finalidade de atender o programa de extensão da Faculdade, no sentido de estimular o conhecimento e prestar serviços especializados a sociedade, a cultura e a pesquisa tecnológica como organismo de consultoria e acessória a instituição de direito público ou privado.



Figura 7 - Sede da Faculdade Tecnológica do SENAC – GO
Fonte: Senac (DR-GO,2012).

3.1.1 A unidade de educação profissional do SENAC no Município de Caldas Novas Goiás

O município de Caldas Novas está localizado no sudeste do Estado de Goiás. Tornou-se conhecido nacional e internacionalmente como complexo hidrotermal que atrai anualmente mais de um milhão de turistas. O turismo é a principal base econômica da cidade de Caldas Novas, sendo atualmente um dos maiores parques hoteleiros do Brasil.



Figura 8 – Localização do município de Caldas Novas.

Fonte: Google.<www.google.br> Acessado em 19 juh. 2012.

A cidade de Caldas Novas, conforme figura 9, tem uma constante presença efetiva de migrantes em busca de melhores condições de vida, emprego e renda. Esse fator se traduz em um rápido crescimento associado a outros fatores como especulação imobiliária que indiscriminadamente ocupa loteamentos sem uma adequada infraestrutura, que segundo Silva J. (2008), faz com que se tornem bairros periféricos, desarticulados do contexto urbano. Sua população fixa, segundo IBGE-2011, ultrapassa os 80mil habitantes, mas na verdade sua população diária chega a um Milhão de pessoas, que segundo Albuquerque (1996) passa por ela em busca de lazer e tratamento devido ao histórico dos banhos medicinais desde os anos de 1840 se tornando um potencial de aproveitamento econômico.



Figura 9 – Vista aérea das áreas de turismo e hotelaria.

Fonte: Google.<www.google.br> Acessado em 19 juh. 2012.

Para o autor, o turismo trouxe à população local de Caldas Novas oportunidades de geração de emprego e renda, sendo capaz de empregar um grande número de mão de obra direta e indiretamente. Mas, para Brito e Melo (2008) toda a população deve estar envolvida no processo de sensibilização da comunidade, para que haja benefícios para a mesma. A população urbana e rural trabalha principalmente no setor terciário (comércio e serviços).

A Unidade de Educação Profissional (UEP) de Caldas Novas, objeto dessa pesquisa fica situada a rua 22 – Setor Central, Caldas Novas - GO, 75.690.000

Telefone: (0xx)64 3453-1241, conforme figura10 a baixo.



Figura 10 – Sede da Unidade de Caldas Novas – GO.
Fonte: Senac(DR- GO).

Mas, foi inaugurada a nova sede da Unidade do SENAC em Caldas Novas em 25 de janeiro de 2013 com 2.840,70 metros quadrados de área, projetada para atender em média 500 alunos.



Figura 11- Nova Sede do SENAC em Caldas Novas
Fonte: Senac (DR-GO).

3.2 A pesquisa de Campo

Para Jannuzzi (2002), os indicadores sociais tem como função subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, bem como, das condições de vida e bem-estar da população, que permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Para o autor, a importância da análise dos indicadores na avaliação de uma pesquisa de campo e também, na pesquisa acadêmica são relevantes, uma vez que

todo indicador deve apresentar um bom grau de confiabilidade, seguido de alguns critérios como: ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta; ser sensível a políticas públicas implementadas; ser específico a efeitos de programas setoriais; ser inteligível para os agentes públicos e público alvo das políticas; ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis; ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos e também gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.

Nessa perspectiva, a presente investigação utilizou-se da abordagem, qualitativa, e da pesquisa documental e bibliográfica tendo como objeto de estudo o SENAC de Caldas Novas, a partir das quais elegeu-se as categorias de análise.

Na abordagem bibliográfica foram utilizadas produções científicas como livros, dissertações, revistas, jornais e artigos do acervo virtual. Na abordagem documental foram analisadas trinta e uma avaliações de aprendizagem realizadas pelos alunos das áreas de atuação no final do curso, dados mais atuais da empresa como programas, projetos, gráficos, mapas, tabelas e números relativos à aplicação das políticas interna e respectiva produção da qualificação profissional, que se encontram em anexo dessa dissertação.

Tais abordagens foram necessárias para o conhecimento das peculiaridades e facilitação dos resultados.

Na concepção da pesquisa adotou-se a postura de Morin (1999), na qual a interdisciplinaridade permite a cada uma delas (áreas de conhecimento) o rompimento com suas fronteiras e aliam-se no sentido de migrar ideias e concepções para se chegar a um conhecimento mais próximo da realidade.

Santomé (1998) vai ainda mais além ao definir a interdisciplinaridade. Para ele, ela é uma condição necessária para a pesquisa e a criação de modelos mais explicativos da realidade tão complexa e difícil de abranger.

No contexto da definição dos tipos de informações, adotou-se Minayo (2010), que assume a qualidade dos fatos e das relações sociais como propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade e exterioridade com que se debatem as diversas correntes sociológicas. Para ela, os critérios de complexidade e de diferenciação permitem trabalhar o caráter de

antagonismo, de conflito e de colaboração entre os grupos sociais.

Como o objetivo deste estudo foi investigar o Senac de Caldas Novas no que se refere as políticas de formação profissional, políticas de emprego e renda e inclusão social, tentou-se nele aproximar do real com ênfase na abordagem qualitativa e para isso, a população participante, ou seja, a amostra foi composta de 08 alunos (4 egressos 4 em curso), 08 Professores (Saúde, Moda e beleza, Aprendizagem e Segurança no trabalho), 03 gestores (Diretor Geral, Diretor Educacional e Gerente Local) do SENAC de Caldas Novas Goiás.

Com esses sujeitos foram realizadas entrevistas não estruturadas (MINAYO, 2010), distribuídas da seguinte forma: específicas para os gestores, uma única para os professores/instrutores, uma única para os alunos egressos e uma única para os alunos em curso, seguidas do termo de consentimento livre e esclarecido e consentimento da participação da pessoa como sujeito com todas as informações sobre a presente pesquisa, bem como os riscos e benefícios acompanhados do ciente de cada uma delas.

Após a leitura de todas as entrevistas, avaliações de aprendizagens e documentos foram relacionadas algumas categorias para a análise e interpretação das informações obtidas.

Para tanto, o retorno aos objetivos propostos nesta pesquisa relacionados à formação profissional, emprego e renda e inclusão social, bem como as questões propostas para sua realização foram fundamentadas na eleição das seguintes categorias e sub-categorias:

1 Políticas de formação profissional do Senac de Caldas Novas

1.1 Emprego, renda e cidadania.

1.2 Inclusão social

2 Ações

2.1 Incentivo financeiro.

2.2 Parcerias.

2.3 Qualificação profissional dos docentes.

3.4 Discussão dos resultados da pesquisa

Para iniciar a discussão dos referidos resultados utilizou-se de algumas figuras,

quadros e tabelas, com vistas à melhor compreensão dos fatos analisados

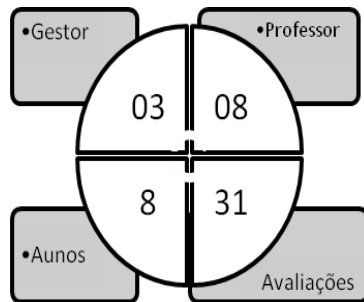


Figura 12- Avaliações e entrevistas realizadas na pesquisa de campo
 Fonte: Pesquisa de Campo elaborada pela pesquisadora, 2012.

Pela figura 12, observa-se três modalidades de entrevistados, sendo três gestores, oito professores e oito alunos egressos e em andamento, bem como, 31 e uma avaliações de alunos ao término dos cursos, como enfermagem, segurança no trabalho, cabeleireiro, recepção e básico em informática, que estão inseridos no objeto de estudo desta pesquisa e compõem as respostas das seguintes categorias:

Categoria 1 Políticas de formação profissional

Entende-se que as políticas de formação profissional são voltadas para a [...] busca de conhecimentos científicos e tecnológicos, desenvolvimento de habilidades, competências, a criatividade, a transformação e a humanização das relações produtivas. (SENAC-GO, 2010). E, para tal o desafio para o SEAC é inevitavelmente, a construção de sistemas nacionais e regionais de formação profissional, implicando numa reformulação articulada dos sistemas de relações de trabalho, dos sistemas públicos de emprego e dos sistemas de educação. Cabe a gestão do referido Sistema assumir esse desafio ou não.

Sub-categoria 1.1 Emprego e renda

Com o processo de expansão do Senac na década de 1980, o então presidente da FECOMERCIO Elias Bufáical criou o plano de expansão para interiorização da Unidade Senac, tendo atualmente 20 unidades incluindo a unidade móvel.

Verifica-se figura 12, que o número de expansão dos municípios goianos atendidos é considerável, uma vez que para vinte unidades têm-se cento e setenta e dois municípios atendidos. Tal medida em criar e recriar espaços de qualificação profissional remete-se ao conceito de Santos (2009), que eventos e objetos se interagem em movimento, criando e recriando espaço e tempo.



Figura 13 - Relatório do Senac no ano de 2010.
Fonte: Relatório Senac, elaboração da pesquisadora (2012).

Analisando o número de matrículas do Programa SENAC Gratuidade e dos não PSG, ou seja cursos pagos apresentados no relatório de 2010, percebe-se que a diferença é muito grande, ou seja a diferença é de 23. 462 alunos a mais, atendidos com recursos próprios. É uma diferença interessante para o Estado, mas que poderia ser dobrada, se houvesse esse mesmo numero de vagas gratuitas para a população, incluindo desta forma, mais trabalhadores no processo de educação profissional do Estado.

E, com relação a constatação das alternativas de geração de emprego e renda, que é um dos objetivos desta pesquisa, os eixos tecnológicos encontrados na Unidade do Senac de Caldas Novas são os seguintes, Saúde, Negócios, Tecnologia e Beleza, conforme figura a baixo

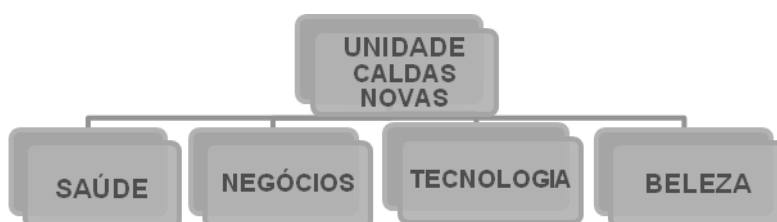


Figura 14 - Eixos tecnológicos encontrados no Senac de Caldas Novas
Fonte: Senac Caldas Novas. Elaboração da pesquisadora (2012)

E para surpresa, o eixo turismo, no período da realização da pesquisa de campo não foi registrado, o que deixa uma lacuna no pensar, uma vez que a cidade de Caldas Novas sobrevive economicamente do turismo e hospitalidade.

Cada eixo tecnológico é composto de cursos que desenvolvem ações em consonância com a missão da Instituição, dando ênfase nas modalidades voltadas para a educação, as pessoas, a responsabilidade social, a tecnologia da informação e organização/gestão. Os cursos encontrados nesses eixos, bem como na programação da Unidade são vários, porém esse estudo constata os seguintes no período de investigação conforme o quadro 02:

Tecnológico	Especialização em Meio Ambiente
Técnicos	Enfermagem e Segurança no trabalho
Auxiliares	Enfermagem, Instrumentação cirúrgico e Saude Bucal
Capacitação	Manicura e pedicura, Cabeleireiro, Informática, A Arte de Falar em Público, Exelência no Atendimento, Redação Empresarial
Aperfeiçoamento	Camareira, Barman, Garçonetes, e gestão de hotéis e pousadas.

Quadro 2 - Cursos ofertados pela Unidade de Caldas Novas
Fonte: Elaboração da pesquisadora (2012).

É importante ressaltar, que os cursos destacados em negrito são aqueles que fazem parte do portfólio da Unidade e os que não estão negritados foram os encontrados em andamento na Unidade, no período da realização desta pesquisa.

Além dos referidos cursos, observou-se também na programação da Unidade, no período de 2010 a 2012, alguns cursos ofertados e voltados para a criatividade como, Manuscrito em Convites e voltados para o sabor como, preparação de tortas/bolos e culinária Diet/ligth entre outros. Porém, observou-se no período em que foi realizada a pesquisa, que a localidade e as dependências da Unidade não comportam todos os cursos divulgados em programação e que parece não ter

muita credibilidade pela população, mas com a inauguração das novas instalações, terá um novo contexto, devido ao perfil exigente da referida população e ao forte envolvimento com a rede hoteleira e gastronômica, abrindo oportunidades de mercado para esta instituição Senac e caberá a ela aproveitar esse momento.

Diante das informações, observou-se certo desencontro quanto aos eixos tecnológicos desenvolvidos na Unidade de Caldas Novas e a área da hotelaria e hospitalidade que é o nicho em potencial no município. Buscou-se por meio de entrevistas entender o que pensam os gestores⁴⁷:

[...] hoje a história do senac de Caldas é muito complexa. Quando ele inaugurou, a unidade em 1988 e logo depois ela veio a fechar no ano de 2000 por ai, e reinaugurou em 27 de abril de 2005 e estamos ai a 7 anos aberto[...] e nós imaginávamos, que a área de turismo e hotelaria ia ser muito forte nesse eixo de hospitalidade, mas percebemos que tem algumas barreiras desde a hotelaria familiar. Ainda na temporada, a demanda de empregos nas temporadas por exemplo[...] e não temos profissionais suficiente no mercado e principalmente qualificado, o que é forte é nosso eixo de saúde e segurança que tem demanda bem interessante. (Gestor Entrevistado nº. 19, 2012)

A informação obtida, por meio de entrevista com o gestor entrevistado nº 19 de que a Unidade chegou a fechar suas portas no ano de 2000 e só reabrir em 2005, se configurou em outra informação, ou seja, que o município ainda praticava muito a hotelaria familiar. Diante disso, ao invés de fechar as portas, a gestão deveria ter aproveitado esses clientes, ou seja buscando políticas de formação profissional condizentes com suas necessidades, mesmo que fossem pequenas. E dessa maneira se interessariam pelo referido eixo de educação profissional turismo e hospitalidade. Ao reabrir suas portas, apresentou uma nova proposta de trabalho baseada em um levantamento de demandas, por eixo tecnológico, na tentativa de atender a população interessada. Tal informação reporta ao pensamento de Santos (1999), que, toda população deve estar envolvida para que haja benefícios. Sendo assim, observou-se, que falta um trabalho de pesquisa mais ostensivo junto à comunidade, representantes das grandes redes de hotelarias e/ou da liderança governamental, para que as ações de educação profissional oferecidas pelo Senac deste município venham atingir, de forma mais incisiva a rede de hotelaria, com vistas a melhorar o atendimento aos turistas que vêm em busca de excelência nos

⁴⁷ Para evitar citar os nomes dos entrevistados atribui-se um número a cada entrevista realizada.

serviços, pois segundo Schaaf (1996), o rápido avanço tecnológico modifica esses aspectos, exigindo uma gestão que recrie outros modos no mundo natural e consequentemente no mundo do trabalho.

A pergunta que fica diante desse fato é; estas grandes redes de hotelarias desconhecem ou não acreditam na profissionalização empreendida pelo Senac?

Para esclarecer recorreu-se as entrevistas dos gestores e aos seguintes dados:

[...] falando especificamente de Caldas Novas, temos uma unidade em funcionamento. Logo estaremos inaugurando uma nova e nós sentimos muito isso. O empresário, ele ainda é muito resistente a investir na capacitação do seu funcionário e quando isso melhorar logo, logo, mesmo que haja uma rotatividade todos estarão capacitados. Ele com certeza vai pegar um de uma outra empresa que já foi capacitado então eu vejo que o trabalho, a responsabilidade da capacitação da preparação das pessoas para o mundo do trabalho passa também pela classe empresarial e nós gostaríamos de ver muito, que isso acontecesse de uma forma mais efetiva. [...] Todo trabalho do Senac é visando o incentivo ao emprego ou é para que a pessoa mantenha o emprego que ele tem ou para que ele conquiste um emprego [...] é um fomento a busca do emprego, a manutenção do emprego e como isso é feito? buscando sempre estar em sintonia com o mundo do trabalho[...] já alcançamos mais de 120 mil pessoas capacitadas no ano de 2011. (Gestor Entrevistado nº 19, 2012)

As informações permitem dizer que, a instituição se preocupa com as tendências de mercado e está em sintonia com o mundo do trabalho, mas permitem também, inferir que falta ao Senac o exercício de convencimento do setor, da importância, da modernização e racionalização das empresas e dos serviços de atendimento ao turista, tendo em vista uma maior racionalidade e qualidade de atendimento dos mesmos, ou seja, exige segundo Miranda (2002) um salto qualitativo aguçado pelo rápido avanço tecnológico.

Entretanto, não significa que as grandes redes de hotelarias não estejam interessadas pela capacitação, pois temos grandes empresas de turismo e hotelaria neste município e no caso da hospitalidade, acredita-se que o Senac de Caldas Novas deveria mudar o cenário de pequenas ações e estabelecer um maior intercâmbio com as empresas e tornar realidade as ações educativas, priorizadas pelo PPP do Senac Goiás.

No entanto, acredita-se que para o convencimento do empresariado de Caldas Novas, o Senac deve adequar-se de fato às suas necessidades, ou seja, se o

mundo do trabalho se apresenta globalizado, necessário se faz rever também a matriz curricular de seus cursos, incluindo ações por exemplo, voltadas para a língua estrangeira, uma vez que o potencial maior de negócios do município é o turismo, onde recebe pessoas de vários países e durante a investigação dos dados na Unidade constatou-se, que essa modalidade não consta na matriz dos cursos oferecidos. Constatou-se, também, que os cursos de idiomas fazem parte das ações do Regional de Goiás de maneira independente, autônoma em forma de cursos e não de disciplina ou seja, como parte integrante dos cursos.

Desta forma, a Unidade de Caldas Novas pode reverter essa situação e contribuir com as novas frentes de trabalho que vem surgindo, como também melhorar a prestação de serviços das empresas deste município, à população diária que chega em determinados períodos a um milhão de pessoas (IBGE-2011). Essa população segundo Albuquerque (1996), passa pelo município de Caldas Novas em busca de lazer e tratamento, devido ao histórico dos banhos medicinais desde os anos de 1840.

Para certificar-se do interesse e satisfação dos clientes pelos cursos que eles fizeram, buscou-se as informações relativas ao desenvolvimento dos cursos na Unidade de Caldas Novas, analisando trinta e uma avaliações⁴⁸ de aprendizagem distribuídas em cinco modalidades de curso, uma em cada eixo, as quais compoem parte da amostra desta pesquisa. As primeiras avaliações realizadas nos primeiros anos pela Unidade do senac de Caldas Novas foram caracterizadas como Pesquisa Satisfação do Curso do Senac e constituía-se de cinco critérios de avaliação. Nos últimos anos, essa avaliação passou a ser denominada como Pesquisa de Satisfação de Clientes. Diante disso, optou-se por selecionar três desses critérios; infraestrutura do curso, didática do professor e atendimento geral/unidade, comuns nas duas modalidades para compor a análise de 31 pesquisas, respondidas pelos alunos egressos, no período de 2005 e 2011 e realizadas ao final do curso e os dados apresentados foram os seguintes:

⁴⁸ Ver anexo D p.122 desta Dissertação.

Pesquisa Cursos	Infraestrutura curso				Didática instrutor				Atendimento geral/Unidade				Total
	O	B	S	I	O	B	S	I	O	B	S	I	
Operador de Micro	03	01	--	--	04	--	--	--	03	--	01	--	04
Recepção	07	04	01	--	10	01	--	01	10	02	--	--	12
Técnico em Segurança	01	03	02	--	05	01	--	--	03	--	03	--	06
Técnico em enfermagem	04	--	--	--	03	01	--	--	03	01	--	--	04
Cabeleireiro	01	04	--	--	04	01	--	--	03	02	--	--	05
Total	16	12	03	--	26	04	--	01	22	05	04	--	31

Tabela 1 - Pesquisas de Satisfação (31) realizadas ao final do curso.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2013.

Diante dos dados apresentados, ao considerarmos os critérios Ótimo e Bom nota-se que do total dos trinta e um alunos 28 deles estão satisfeitos com a infraestrutura do curso, ou seja com a carga horária, conteúdo, exercícios e apostilas. Com a didática do professor são 30, no que se refere a metodologia, interesse pelo aprendizado do aluno, objetivos propostos, avaliações, assiduidade, pontualidade e preocupação com a educação profissional, contribuindo na atuação prática no mercado de trabalho e 22 com o atendimento geral da Unidade envolvendo desde o serviço prestado em todos os setores até recomendar o curso para outras pessoas. Ao analisar os números de cada critério considera-se que, do total de 31 alunos, ou seja de 100% dos alunos 5% deles estão satisfeitos com a infra estrutura do curso, 97% deles estão satisfeitos com a didática do professor e 84% estão satisfeitos com o atendimento geral da Unidade. Tal análise, sinaliza que a Unidade deve repensar junto a sua equipe pedagógica, o critério infraestrutura, revendo a carga horária, conteúdos, exercícios, apostilas e livros frente às mudanças rápidas que vem ocorrendo no mundo do trabalho. Dessa forma, pode-se aproveitar o talento dos professores que foram bem avaliados. Porém quanto ao atendimento geral da Unidade, se considerarmos as propostas inseridas em sua missão institucional, em que visa a excelência e a qualidade no atendimento, 74% é uma média baixa, sendo possível buscar melhorias junto aos seus clientes. E, uma

sugestão que fica para a apreciação do Senac de Caldas Novas em relação a escala dos critérios apresentados, seria aumentar as alternativas no questionário de avaliação como Ótimo, Bom, Nem ótimo, Nem bom, suficiente e insuficiente, as quais já estão sendo adotadas por grandes centros educacionais.

Sub-categoria 1.2 – Inclusão social

Com o surgimento das novas tecnologias desencadeia-se o processo de reestruturação produtiva e os problemas sociais como o desemprego, a violência, a pobreza e a desvalorização do capital humano tende a criar uma proporção cada vez maior, pois a tendência do trabalho nos dias atuais é multifuncional. Nesse sentido, dentre os princípios do sistema democrático de formação profissional apresentado por Lima e Lopes (2005), a articulação entre a qualificação profissional e a elevação da escolaridade desenvolvidos de maneira inter e transdisciplinar contribui para a formação cidadã e também na perspectiva da garantia de uma formação integral do trabalhador e por consequência a inclusão social.

Para verificar essa questão da formação do trabalhador e verificar a existência da inclusão social nas ações de formação profissional do Senac de Caldas novas, perguntou-se também aos alunos que estavam matriculados e frequentando os cursos, isto é, aos entrevistados nº 05, 09, 04 e 08 da Unidade de Caldas Novas, quanto ao curso, e a respectiva preparação do mesmo para seu ingresso no mercado de trabalho e os dados apresentados pelos alunos foram os seguintes:

Sim e muito, porque eu entrei leiga e hoje aprendi muito. quando fui para meu primeiro estágio eu já estava sabendo muita coisa. (Aluno em curso - Entrevistado nº 05, 2012)

Sim, muito. Porque conforme o tempo que você passa aqui, você não aprende só com os professores aprende com os amigos cada um passa informação dentro da sala de aula falam muita coisa que nem eu esperava. (Aluno em curso - Entrevistado nº 09, 2012)

Sim e muito, Caldas Novas ainda não tem esse mercado (segurança no trabalho), mas a gente crê que esses profissionais dessa área que ainda é pouca conhecida, mas que ainda vai ser muito cobrada; (Aluno em curso - Entrevistado nº 04, 2012)

Prepara sim, pela atualização a instituição é bem atualizada, os professores também. (Aluno em curso - Entrevistado nº 08, 2012).

Percebe-se, que as respostas são coerentes com os discursos do seguimento gestor, isto é, quanto ao quesito, incentivo pela instituição Senac ao emprego e renda. As respostas também demonstram entre os alunos integração, progressão e reconhecimento pela atualização da Instituição e pela competência dos professores. E para verificar melhor a sub-categoria emprego e renda no quesito formação profissional, analisa-se também, outros dois seguimentos entrevistados como professores e alunos egressos, pois para Januzzi (2002), a análise permite aprofundamento da investigação dos diferentes fenômenos sociais.

Perguntou-se aos entrevistados quanto aos cursos do Senac de Caldas Novas e sua respectiva preparação do aluno para enfrentar com competência o mercado de trabalho. As respostas foram unânimes. Os oito professores entrevistados responderam que sim e quatro deles complementaram a referida categoria, como por exemplo:

Sim inclusive durante o tempo que eles não estão em estágios em hospita,l eles estão indo fazer voluntariado para se aperfeiçoar ainda mais.[...] eu faço muitas simulações em sala de aula e percebo que estão preparados. (Professor Egresso - Entrevistado nº 10, 2012)

O professor entrevistado nº 10 atribuiu a parte teórica aliada a parte prática aplicada aos cursos técnicos, como também as simulações que ele desenvolve com os alunos em sala de aula como preparação para inserir-se no mercado de trabalho.

Já, o professor entrevistado nº 07, acrescentou que em sua turma, composta de 15 alunos, a maioria está apta para enfrentar o mercado de trabalho. Segundo ele, encaminha para a coordenação aqueles que não têm perfil e após avaliação do potencial do aluno eles decidem se ele continua ou não fazendo o curso. Veja seu depoimento:

Sim eu tenho uma turma de 15 alunos e eu posso dizer para você que a maioria está apta para enfrentar o mercado de trabalho. E os que não estão, os instrutores sinalizam antes, que eles não tem perfil e a gente sinaliza juntos com a coordenação do SENAC para fazer uma reunião entre todos os instrutores daquele aluno para decidir se ele continua ou não. (Professor - Entrevistado nº 07, 2012)

Nesse caso, o de avaliação de potencial do discente, o professor se refere bem

mais, aos relacionados ao curso de enfermagem, pois ao concluir o curso estará ligado diretamente com os pacientes no hospital, não podendo de forma alguma apresentar algum sinal de incompetência.

Já o professor entrevistado nº 06 respondeu que, para aqueles que têm perfil, mas está com dificuldades de entendimento de conteúdo, a instituição na pessoa da coordenação acompanha esse aluno com recuperação paralela, não deixando essa ação para o final do curso. Veja:

Sim. O andamento e o acompanhamento que nós temos com o aluno, ou seja, a recuperação é paralela quando nós percebemos que, o aluno não está bem. Daí nós acompanhamos de acordo com o caminhar do curso, mas a gente não deixa pro final. (Professor - Entrevistado nº 06, 2012)

E por fim, o professor entrevistado nº 01, que ao responder a pergunta compara os conteúdos dos cursos do Eixo Aprendizagem com os conteúdos de Universidades. Veja:

Pelo menos o que eu estou fazendo sim. Todos os assuntos que eles vêm em forma de conteúdo são praticamente todos os que os alunos de universidade também vem, como por exemplo, ética, postura de trabalho e muitos outros. (Professor - Entrevistado nº 01, 2012)

Inclusive, o professor entrevistado nº 01, ressalta que o trabalho realizado em sala de aula, no que se refere a postura profissional, que ele deve ter junto ao mercado de trabalho atual. Percebeu-se também, outra característica deste professor entrevistado nº 01, isto é, ele falou por ele e não pela equipe (Pelo menos o que eu estou fazendo sim).

Os demais professores restringiram-se em suas falas e não percebeu-se novas informações pertinentes à referida pergunta nº 07 da entrevista com os professores.(apêndice- entrevistas).

Para o confronto das respostas perguntou-se ao segmento aluno egresso, sobre os efeitos do curso que ele concluiu no senac de Caldas Novas, quanto a proposta pedagógica e a preparação, pela Instituição, para o ingresso no mercado de trabalho e as respostas apresentadas pelos alunos egressos foram as seguintes:

Sim, eu consegui uma vaga no mercado de trabalho. a vaga eu

consegui antes de terminar o curso; (Aluno Egresso - Entrevistado nº 11, 2012)

Acredito que sim, trabalho num escritório de advocacia. comecei no início do ano. Não fiquei muito tempo parada e tô gostando muito. É parecido com o que eu trabalhava, como menor aprendiz pelo Senac. O Senac me ajudou muito lá. (Aluno Egresso Entrevistado nº 18, 2012).

Sim me preparou, mas não estou na função (informática) mais ainda não consegui na área que estou qualificado, eu ainda não consegui na área que fiz o curso. (Aluno Egresso - Entrevistado nº 17, 2012).

Eu acho que sim porque foi um curso profissionalizante. Eu acho que só não consegue quem não tem interesse de aprender [...] (Aluno Egresso - Entrevistado nº 16, 2012).

Ao analisar as respostas quanto a proposta pedagógica e a sua preparação para o ingresso no mercado de trabalho percebe-se que, dos quatro egressos apenas um não conseguiu vaga no mercado de trabalho, ou seja, dentro da área/eixo que ele fez o curso, que foi tecnologia. Mas, quatro deles aprovam os cursos desenvolvidos na unidade de Caldas Novas, representando 90% de credibilidade para a atuação dos docentes e preocupação com o ingresso do aluno no mercado de trabalho. Sendo assim constata-se, o que segundo Frigoto (1999) apresenta em suas ideias, onde a alteração do vínculo entre trabalho e educação, fazendo da escola espaço de produção e reprodução do conhecimento, atitudes, ideologias e teorias justificando o novo modo de produção

Do ponto de vista, das ações mais institucionais voltadas para a inclusão social constatou-se que, existem três mecanismos de políticas de formação e de inclusão do aluno no Regional de Goiás. O primeiro deles é o chamado Banco de Oportunidades, onde os alunos egressos são cadastrados no site⁴⁹ do Senac Goiás, e as empresas cadastram as vagas disponíveis e assim, a Unidade presta informação, orientação, encaminhamento e acompanhamento dos alunos egressos ao mercado de trabalho. Tal ação aplica-se a definição da nova economia informacional, que segundo Castells (1999) é capaz de gerar, processar e aplicar de forma eficiente as atividades de mercado e a tecnologia de trabalho organizados em escala global.

O segundo é o PSG - Programa Senac Gratuidade. Para ocupar uma vaga

⁴⁹ www.go.senac.br-senacempregos.

no programa, o aluno deve atestar, mediante autodeclaração de baixa renda definida como renda familiar mensal per capita de até 1,5 salário mínimo federal, além de critérios como ser estudante ou egresso da educação básica, ser trabalhador empregado ou desempregado e ser portador de deficiência.

Nesse caso, a Unidade faz a captação das vagas de trabalho nas empresas para os menores aprendizes dentro do regulamento próprio do programa, sem nenhum transtorno ou prejuízos para o menor. Em entrevista com o segmento Gestor, perguntou-se quais seriam os objetivos deste programa desenvolvido na Unidade de Caldas Novas e a resposta apresentada foi a seguinte:

[...]ele tem um objetivo muito claro que é a inclusão. Proporciona a clientela de baixa renda o acesso a educação profissional[...]ele veio no ano de 2008. O governo procurou o SENAC e um protocolo foi assinado [...] que o senac alocasse aquela receita dos 1% do compulsório [...] por exemplo 1% de que gera a receita mensal de 2009 para cá destina uma parte dessa receita para a gratuidade, ou seja, 20% [...] hoje nós estamos em 2012, aplicando 45% [...] em 2013 aplicaremos 55% e até 2014 nós vamos aplicar 66.67% do compulsório [...] (Gestor - Entrevistado nº.13, 2012).

Constatou-se que os dados confrontam com as informações já obtidas, em que o Senac nacional investiu e segundo entrevista com o nº.13 investirá no programa PSG, de forma gradativa, parcela da receita líquida proveniente do 1% da contribuição compulsória : 20% (em 2009), 25% (2010), 35% (2011), 45% (2012), 55% (2013) e 66,67% (2014). Esse investimento segundo Serra (2009) se configura na integração das políticas governamentais com o sistema de emprego e renda, tendo como base a demanda voltada para a educação profissional.

O terceiro mecanismo considerado no campo da inclusão é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que estabelece autonomia à Instituição, a respeito da autorização de cursos técnicos, instituídos pela Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011. Com essa lei o Senac pode ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, mediante autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade, resguardada a competência de supervisão e avaliação da União prevista no inciso IX do art.9º da Lei 9.394/96. Em entrevista com os gestores obteve-se as seguintes informações:

[...] agora com o advento de toda essa política de profissionalização que o governo vem percebendo e as empresas e as pesquisas vem mostrando para nós há um Up muito grande entre a profissionalização e a educação profissional ao cidadão qualificado e a oferta de trabalho. Antes as pessoas não tinham acesso, porque não havia vaga para emprego, agora ao contrario, o Brasil hoje cresceu e ocupa hoje o sexto lugar e tem toda uma oferta de vaga conforme a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que as pessoas não conseguem suprir essas vagas porque elas não são qualificadas e aí entra o programa de governo por exemplo o PRONATEC, que hoje é um programa que o governo encampou com vistas de preparar as pessoas com cursos de 160 horas ou cursos técnicos. Há então aqui cinco mil vagas para atender o PRONATEC. Na verdade a pessoa tem que convergir o que gosta com o que tem de oportunidade. (Gestor Entrevistado, nº. 13)

Diante das referidas informações, perguntou-se aos alunos em andamento nos cursos do Senac, quanto ao interesse da Instituição, a qual ele estuda, pela sua inclusão no mercado de trabalho e as respostas foram as seguintes:

Tem sim, porque tem o programa jovem aprendiz e está capacitando muitos jovens para o mercado de trabalho.[...] Sim e muito, porque eu entrei leiga hoje aprendi muito quando fui para meu primeiro estagio já estava sabendo muita coisa...pela maneira deles ensinar todos os instrutores se preocupam com o futuro profissional do aluno. (Alunos em curso - Entrevistado nº 05)

Sim no momento que eles estão cobrando de você preocupados com a questão do emprego.[...] no momento que eu comecei a trabalhar e você começa a saber o que passa dentro da empresa e como tratar as pessoas. (Alunos em curso - Entrevistado nº 9)

Sim por exemplo, eles não querem passar uma imagem do senac eles querem levar um profissional para o mercado de trabalho ... quando você está estudando a visão do empregador é totalmente diferente. (Entrevistado nº 4)

Eles se preocupam sim eles correm atrás de estágio e já tem muitos que trabalham. (Alunos em curso - Entrevistado nº. 08)

Perguntamos aos alunos egressos, se ao procurarem um emprego tiveram boa receptividade por ter feito seu curso no Senac e as respostas foram as seguintes:

Sim. Eu consegui uma vaga no mercado de trabalho.. ééé a vaga eu consegui antes de teminar o curso; Me sentia sim excluída do mercado de trabalho, porque eu trabalhei muito na adolescência e até quando eu casei com 22 anos. Eu fiquei 12

anos fora do mercado de trabalho e quando eu tentei voltar já chegando aos 40 anos foi muito difícil eu não consegui nada, foi através do senac que eu voltei a trabalhar.(Aluno egresso - Entrevistado nº 11)

Não, pois assim que a gente terminou o curso meio assim, o certificado ajuda bastante. Todo mundo ganhou um certificado, mas não, me encaminhar, não. Para outro mercado não [...] quando eu estava procurando emprego, depois fui bem solicitada aí eu escolhi a profissão que eu estou agora que é no escritório de advocacia que eu estou trabalhando agora. Então me ajudou muiito o Senac. (Aluno egresso - Entrevistado nº 18)

É difícil demais uma vaga no (mercado da saúde), porque como a gente não tinha nenhuma e nenhum técnico em andamento, então era mais difícil de conseguir uma vaga . hoje estou no mercado de trabalho e já faz 2 anos. O Senac me preparou muito bem com os treinamentos, ou seja, ensino teórico e posteriormente treinamento e prática. Fui muito bem recebida no mercado de trabalho, talvez pelo nome SENAC conhecido em todo o Brasil e também pela preparação que tivemos. (Aluno egresso - Entrevistado nº 16).

Sim o Senac se preocupou, não só com o trabalho...na vida pessoal. Ele me preparou, mas não estou na função que estou qualificado (informática), ainda não consegui na área...no curso que fiz. Eu já trabalhava de segurança. (Aluno egresso - Entrevistado nº 17)

Ao confrontar as respostas, depara-se com um conjunto de medidas socioeconômicas desenvolvidas, que atuam sobre a oferta de trabalho, reduzindo ou alterando seu bem estar ou sobre o nível de emprego, alterando a demanda de forma indireta que, segundo Ramos (2013) a formação profissional, também é entendida como política de emprego ativa. Dentre os fatores da exclusão social, o desemprego é entendido segundo Borba & Lima (2012) como falta de acesso a bens e serviços, desigualdade educacional, desqualificação social, pobreza, precarização do trabalho e desvalorização do capital humano. Porém ao confluir esse conceito com os dados coletados, percebeu-se que o objeto de estudo dessa pesquisa, o Senac de Caldas Novas desenvolve, de forma a incluir o trabalhador local, apenas com os cursos advindos do programa PSG e Pronatec e os demais têm custos para o aluno, pois ficou claro que a instituição é uma instituição privada e a maioria de seus cursos geralmente não estão ao alcance da população, o que induz-se ao conceito de exclusão referido por Borba e Lima (2012) . Diante dessa constatação, conclui-se que o problema da exclusão do trabalhador deveria ser melhor observado

pelo Estado de forma a criar políticas públicas de educação profissional, pois o trabalhador da atual geração Y⁵⁰ é tratado como sujeito e não como objeto segundo a constatação da OIT (2002), haja vista as mudanças urgentes nos processos de trabalho da atual sociedade da informação.

Categoria 2 Ações do Senac de Caldas Novas.

E por falar em mudanças urgentes, pode-se afirmar que, o Senac Goiás, se preocupa com qualificação profissional, resultando em articulações dinâmicas e com ações, das quais também resultam num trabalho coletivo, que segundo Silva (2013), podem resultar em articulações entre conhecimentos e experiências que envolvam as dimensões psicofísica, cognitiva e comportamental, as quais permitirão ao cidadão, trabalhar intelectualmente e pensar praticamente, dominando o método científico, de modo a ser capaz de resolver problemas da prática social e produtiva. Diante do exposto, percebeu-se em entrevista com o gestor entrevistado nº 19, que algumas políticas norteiam a educação profissional do Senac Goiás. Veja:

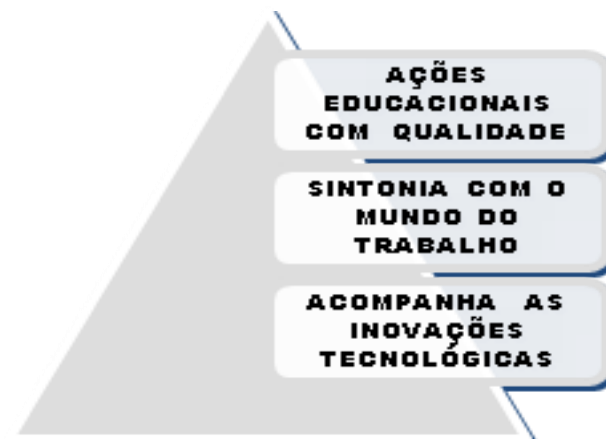


Figura 15 - Políticas norteadoras das ações do Senac
Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2013).

As referidas políticas norteadoras do Senac Goiás, como ações educacionais com qualidade, sintonia com o mundo do trabalho e acompanhamento às inovações tecnológicas foram detectadas nas entrevistas com o gestor entrevistado nº 19 e em relação às políticas de formação profissional, as respostas em entrevistas foram as seguintes:

⁵⁰ A Geração Y, também chamada geração do milênio ou geração da internet. Essa geração desenvolveu-se numa época de grandes avanços tecnológicos e prosperidade econômica.

[...] eu vejo que as políticas que norteiam nossas ações é trabalhar com qualidade que nós vimos trabalhando e o SENAC, ele sempre baseou suas ações na seriedade do seu trabalho, na competência de seus colaboradores e tendo sempre como norteador de tudo a prestação de serviços com qualidade, por que nós não podemos esquecer que trabalhar com educação é prestar serviço a comunidade. E o SENAC tem como seu objetivo maior, sua missão de desenvolvimento de ações educacionais, pautado nisso, nessa política maior que é a qualidade. Nós estamos na era do conhecimento nós estamos baseados hoje no conhecimento. O SENAC durante muitos anos teve seu reconhecimento pelos cursos extremamente práticos que ele ministrava e com a evolução e a valorização do conhecimento, o SENAC passou a associar o conhecimento com a prática, então por isso essa frase e não poderia ser diferente, o SENAC prepara pessoas para o mundo do trabalho e se o mundo hoje é o mundo do conhecimento o SENAC não poderia ser diferente, ele é um gestor, é um órgão, é uma entidade que proporciona as pessoas oportunidades para o alcance do conhecimento.(Gestor - Entrevistado nº 19).

[...] as políticas internas do regional independentemente de atender as políticas públicas de emprego e renda convergem para atender a missão do SENAC. Ele está totalmente envolvido com promoção do emprego e da renda então quando o governo vem com toda essa política, para isso vem também ao encontro da nossa missão daquilo que nós já fazíamos e precisamos fazer. Então agora com toda essa visibilidade com a educação profissional antes tida como patinho feio (risos) e educação do menos favorecido inclusive chamados de inválidos da sorte era uma educação de segunda categoria era uma educação profissional e não a esquina pro ensino acadêmico então tinha uma encruzilhada então hoje a convergência é para a educação profissional seja em nível superior, seja em nível técnico, então o que houve foi o seguinte, antes havia uma dicotomia e hoje há sem informação, sem o conhecimento, sem o emprego, sem preparo, quer ser de nível técnico ou nível superior, as pessoas não têm acesso ao mercado de trabalho. Essa integração é necessária para um conhecimento, uma capacitação de um exercício do trabalho. (Gestor - Entrevistado nº 13)

Tais depoimentos vêm ao encontro do conceito da reestruturação do trabalho no da chamada sociedade do conhecimento elaborado por Oliveira (2012), que relaciona algumas características como, qualidade, competência, evolução e valorização do conhecimento aliado a prática, à compreensão do grande avanço observado por Quevedo (2011), que é a perda de poder decisório pelo Estado.

Essas características estão relacionadas também a uma globalização mais realística e possível, que segundo Santos (2004), desloca suas forças do processo

econômico para o social, da produção e exploração em massa para um tratamento mais humanizado estabelecendo políticas aos trabalhadores que com sua força cognitiva e de trabalho, constrói a economia, proporciona integração social e cultural de um país.

Sub-categoria 2.1 Incentivo Financeiro

Para entender melhor as ações do senac de Caldas Novas voltadas para o incentivo financeiro, que está relacionado com outro objetivo, encontrou-se, por meio de entrevistas dos gestores entrevistados nº 13 e nº 19 as seguintes informações:

O SENAC é uma instituição sem fins lucrativos. Todo dinheiro que entra, ele é reinvestido ou para pagar manutenção do dia a dia e até para o reinvestimento mesmo por isso que o SENAC consegue crescer como tem crescido. Estamos aí com o investimento de mais de 2 milhões de reais na cidade de Caldas Novas, com o dinheiro próprio não é dinheiro público ele vem do nosso compulsório e também das taxas onde a gente cobra mensalidade. O compulsório não chega a pagar nem a nossa folha de pagamento, então, na verdade os valores cobrados, eles são para cobrir os custos e mesmo assim, eles não chegam a cobrir os custos extras. As despesas, quando a gente tem um investimento, muitas vezes vem de fora. No curso de informática são mais de mil computadores comprados isso é investimento interno não é dinheiro próprio não. Hoje a tabela que temos, ela diz que o retorno financeiro, por exemplo, cada real que sai e quantos reais que entram por exemplo, entrou R\$ 1.21 para cada R\$ 1,00 que sai. pagamos nossos cursos e sobra 0,21 centavos por real e isso é repassado para uma outra unidade que tenha um deficit e hoje o regional como todo, ele está bem próximo dos 100% a gente ainda precisa de um dinheiro extra para pagar todo esse investimento. (Gestor - Entrevistado nº.13)

[...] as receitas têm sido inferiores aos nossos custos. Pagamos partes destes custos e o restante vem do nosso compulsório. (Gestor - Entrevistado nº. 19)

Todos os entrevistados ao se referirem aos incentivos financeiros, citaram a contribuição do compulsório via governo de 1% das empresas brasileiras e das receitas próprias para o custeio do processo financeiro nas Unidades de educação profissional existentes atualmente, desmistificando a ideia de que, no Senac os cursos são totalmente gratuitos ou mantidos pelo governo. No entanto, entende-se que apenas parte dos 1% do compulsório repassado para os DRs de todo país é

revertido em gratuidade de ensino. Mas, se a receita compulsória é uma norma obrigatória instituída pelo governo, para que o empresariado brasileiro contribua com esse percentual á formação profissional, então conclui-se que esse incentivo é na verdade dinheiro público, o que não faz do Senac uma Instituição pública, uma vez que existem outras políticas de investimentos no Sistema, mas que o fundo é público, uma vez arrecadado das empresas e destinado ao Senac para investimento em políticas de educação profissional.

Diante dessa constatação, percebe-se que o investimento em prestação de serviços gratuitos em educação profissional, via Senac, confere com o que Manfredi (2002), não é o suficiente diante do contingente de trabalhadores precisando de qualificação e de muitas vagas em aberto por falta dela, caracterizando um déficit no âmbito da educação profissional nas atuais políticas públicas.

Sendo assim, a área privada e o Estado devem assumir a educação profissional com mais responsabilidade, pois segundo Arendt (2001) a emergência da sociedade configura-se na fusão do espaço privado com o espaço público, constituindo-se numa realidade mais condizente com os planos de aceleração e crescimento divulgados na mídia ultimamente pelo governo brasileiro , ao apresentar a sociedade da informação como a responsável pelo aumento do potencial da exclusão social, que segundo Guimarães (2011) vem fazendo dessa sociedade heterogenia e desigualitária.

4.5 Parcerias do Senac de Caldas Novas⁵¹

Além da contribuição do compulsório pelas empresas brasileiras, perguntou-se, também por meio de entrevistas com os gestores, quanto às políticas internas adotadas em busca de parcerias para que a Instituição se mantenha como referência em educação profissional no mundo do trabalho. Entendeu-se que há várias ações nesse sentido em nível de Estado, mas em Caldas novas

Encontramos como parceiros além do Senac Nacional - (DN), que repassa sua contribuição a todos os regionais, a ACICAN, Associação do comércio e industria de Caldas Novas, O SEBRAE e o empresariado envolvido com os menores

⁵¹ As informações para a composição do gráfico 6 foram coletadas via entrevistado nº14

aprendizes, conforme figura:

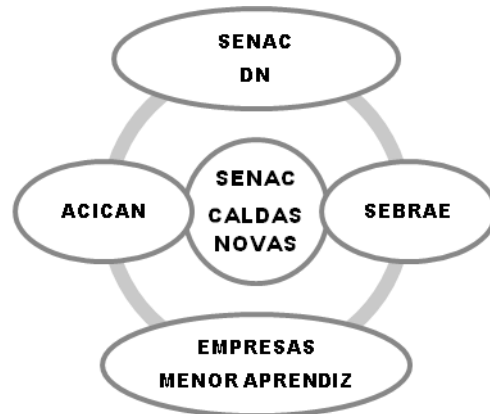


Gráfico nº 16 - Empresas parceiras do senac de Caldas Novas
Fonte: Entrevista Nº 14, elaborada pela pesquisadora(2013)

As referidas informações, quanto às parcerias do senac de Caldas Novas são produtos das entrevistas dos gestores entrevistados nº 13 e nº14, conforme o descrito . Veja:

Sim. Temos parceria com entidades co - irmã como prefeitura, como empresas e fazemos também um atendimento corporativo, ou seja, um atendimento customizado sob medida para empresas e eu acredito que esse atendimento contruibui sim. Na medida, que uma empresa vem aqui nos solicitar uma proposta de desenvolvimento de pessoal, essa empresa vai aumentar sua capacidade , sua qualificação e sua condição de atender o seu cliente. Como nosso preço não é alto, essa empresa, ela tem o beneficio de contar com toda expertise do SENAC, ou seja, toda a condição de nosso docente, da nossa equipe técnica a um preço que é compatível com sua condição de pagamento.(Entrevistado nº. 13)

Nós temos uma grande parceria com a ACICAN (Associação Comercial e Industrial de Caldas Novas) é muito forte desde que começamos aqui tem sete anos. Então a gente utiliza muito essa parceria, por falta de espaço físico e o SEBRAE de três anos pra cá também virou um grande parceiro. Para você ter uma ideia eu participo do comitê que decide os cursos do SEBRAE que vai ter aqui, e ele participa com os daqui, por isso a gente faz uma troca de informações para que a gente una forças. Por exemplo, o sindicato lança um curso de camareira e o SEBRAE lança outro para que não haja isso a gente senta e tenta trabalhar em conjunto o espaço físico.Com a prefeitura não existe nenhum termo o que acontece principalmente com os cursos gratuito é que quando a gente

precisa de um espaço físico e daí a gente oferece alguma coisa(curso) dentro da área dele.(Gestor - Entrevistado nº. 14)

As informações obtidas sobre o Senac de Caldas Novas, permitem algumas indagações sobre três aspectos. Temos em primeiro lugar um município que segundo o (IBGE, 2011), chega a receber diariamente um contingente de mil pessoas, obviamente que a rede hoteleira e comércio local absorve essa demanda, em segundo temos a exigência do mercado atual em prestação de serviços de qualidade e em terceiro uma empresa como o Senac com potencial suficiente para esse atendimento, mas que ao desenvolver suas ações conta com poucos recursos públicos para garantir ao desempregado uma vaga no mercado ou aperfeiçoamento para sua permanência nele.

Diante dos fatos, volta-se a discussão segundo Miranda (2002) de que as transformações do mundo contemporâneo não são apenas um novo estágio da sociedade industrial aguçadas pelo rápido avanço tecnológico, mas um salto qualitativo em relação ao período anterior. Diante dessa observação, percebe-se a urgência em buscar uma nova forma de relação entre economia, Estado e sociedade, que segundo Pochmann & Antunes (2007), redefine suas relações e explora mais seus ritmos, processos, tempos e movimentos. Desse modo, percebe-se que a Unidade de Caldas Novas está inserida num município com grandes perspectivas de emprego. E para melhorar o desempenho nesse sentido é preciso pensar em uma gestão que busque acompanhar a inovação, velocidade nos processos, integração e flexibilidade, ou seja que haja segundo De Masi (2000), um rompimento com o gestar tradicional e adote uma prática de gestão mais flexibilizada in loco ao liderar, focando a fusão da informação com a comunicação.

Sub-categoria 2.3 Contratação e qualificação profissional dos docentes

Para essa sub-categoria utilizou-se de algumas informações do gestor local constatadas em entrevista sobre os critérios adotados para contratação e qualificação dos professores nas unidades educacionais do Senac Regional de Goiás.

Todo regional segue diretrizes. É feito um edital e nesse edital tem várias etapas, em que vem uma psicóloga para a seleção e tem uma seleção em Goiânia. Elas se deslocam para unidade. Nesse edital tem o perfil que a pessoa tem que

ter. E todo o pré requisito, para participar do processo seletivo. Ela se inscreve tendo seu pré requisito aprovado, ai ela segue que é basicamente uma prova escrita, uma técnica. Digamos que é um grupo de avaliação de potencial pela psicóloga, onde têm-se os testes psicotécnicos, a avaliação curricular e uma entrevista final com o gerente da unidade. Então tem que ir passando etapa por etapa até chegar ao final e no final existe um ranqueamento, por exemplo, existe duas vagas, tem cinco pessoas que chegaram até o final, então as duas melhores colocadas são chamadas e os três seguintes aparecem em ordem alfabética e não é em ordem de classificação e podem ser chamado até dois anos. (Gestor - Entrevistado nº. 14).

Percebe-se que as etapas e os critérios para a contratação de um professor são suficientes e do ponto de vista do mercado de trabalho, são coerentes com os padrões aplicados nos departamentos de recursos humanos ao contratar um profissional, mas para verificar os dados referentes a competência, perguntamos aos alunos da Unidade de Caldas Novas se eles consideram que seus professores/instrutores estão capacitados para desenvolver a proposta pedagógica do curso, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e as respostas se apresentaram da seguinte forma.

Estão. Pela maneira deles ensinar, todos os instrutores de Caldas Novas se preocupam com o futuro profissional do aluno. (Aluno em Curso - Entrevistado nº. 05, 2012).

Sim como a professora [...] fala do curriculum dela tem muita experiência fala muito bem explica bem dar aula bem passa atividades não só a professora conforme todos se preocupam muito. (Aluno em Curso - Entrevistado nº. 09, 2012)

Sim uma vez que o mercado de trabalho cada vez mais exigente eles são ótimos instrutores em saber passar informações as novidades, curiosidades. (Aluno em Curso - Entrevistado nº 04, 2012)

Estão sim, são muito bem capacitados... a instituição é bem atualizada os professores também. (Aluno em curso - Entrevistado nº. 08,2012)

Sim com certeza porque a gente teve professores com nível superior todos bem formado[...]. (Entrevistado nº. 16, 2012)

Sim pra ser sincera eu era uma aluna que não tinha pegado numa tesoura eu sai de lá cortando cabelo aprendi o básico porque o restante a gente pega com o tempo e prática mais foi muito bom.(Entrevistado nº. 11,2012)

Sim meus professores eram muito bons sabiam lidar com a turma com nossa idade da turma tinha dinâmica diferente para trabalhar com a gente isso que é o esperado mesmo dos professores é saber lidar com a turma que esta tendo.(Entrevistado nº. 18, 2012)

Estão sim...pela maneira de ensinar o conteúdo. (Aluno em Curso - Entrevistado nº. 17,2012)

Percebeu-se na fala dos alunos, ou seja, nas respostas dos entrevistados, algumas palavras e/ou frases que revelam as características de uma sociedade com visão ampliada no que se refere a competência de seus professores como a forma e maneira de ensinar diferenciada, dinamismo com a turma, teoria aliada a prática, formação dos professores, instituição e professores atualizados, mercado de trabalho exigente X informações, novidades, criatividade e curiosidade, currículo e experiência como preocupação e ensinar com a preocupação de qualificar o aluno para o futuro profissional. Diante disso, optou-se pelo confronto dessas informações dos alunos perguntando aos próprios professores e as respostas foram as seguintes:

Sim. Eu vejo, porque nós temos reunião pedagógica mensalmente, então é uma maneira de valorizar o instrutor. Já participei de curso técnico em Goiânia eles sempre estão promovendo o conhecimento para a gente então é uma maneira de valorizar o instrutor. (Professor - Entrevistado nº 10, 2012)

No começo eu acho que não, mas hoje em dia com o passar do tempo começou a valorizar mais o instrutor, porque o instrutor tem que ser valorizado, porque não é fácil encontrar profissionais que continuem na luta com os alunos, mas hoje em dia eles (Senac) tem uma visão melhor em relação a isso. (Professor - Entrevistado nº. 07, 2012)

Sim. Nós fazemos cursos e eles nos dão oportunidades de crescimento, onde vamos sempre em Goiânia para estar estudando e capacitando. (Professor - Entrevistado nº. 06, 2012)

Muito valorizado. Eles te dão autonomia no seu campo de trabalho e sempre te incentivando a impulsos e promoções. Então está sempre envolvido nessa área. (Professor - Entrevistado nº. 03, 2012)

Com certeza. Quando eu comecei no SENAC eu era uma pequena professora que ensinava no meu salão e pequenas lojas, hoje eu sou uma pessoa que tenho graduação pelo SENAC porque o SENAC me ajudou a fazer faculdade. Na medida que ele me liberou nos dias que eu precisava em ir para Goiânia para estudar e também está sempre tendo cursos novos lá dentro. (Professor - Entrevistado nº. 15, 2012)

O Senac é muito preocupado com os docentes, os professores, tanto é, que ele abre para gente dar sugestões em reuniões que acontecem uma vez por ano em Goiânia e ele propõe e deixa também uma vaga de pós-graduação de ensino profissionalizante para que os instrutores da academia possam fazer. (Professor - Entrevistado nº. 12, 2012)

Sim eles dão todo apoio que precisa em material didático livros, as salas são excelentes super confortáveis, ainda mais agora com abertura do novo SENAC vai melhorar bastante.

(Professor - Entrevistado nº. 01, 2012)

Eu acredito que sim. Por exemplo, agora, eu mesma estou fazendo parte de um grupo . O SENAC doou uma pós-graduação para nós professores mais antigos aqui, então isso já mostra uma valorização. É claro que deixa a desejar. Em alguma coisa o que deixa a desejar, por exemplo é o salário mas, se nós observarmos outras instituições, na verdade é um problema do Brasil que não valoriza a parte da educação.(
(Professor - Entrevistado nº. 02, 2012)

As referidas informações foram relatadas de forma bastante positiva pelos entrevistados destacando investimento da própria instituição em relação ao seu desempenho em sala de aula, ou seja ao seu colaborador, que vai do incentivo a fazer seu curso de graduação à bolsa de pós- graduação em sua área. Porém, apenas um dos entrevistados relata sobre o problema dos salários praticados pela mesma, de forma que deixa a desejar. Numa visão holística, percebe-se, que as instituições de formação profissional em todo Brasil, conquistaram nas últimas décadas um avanço compreensível garantindo espaço solidificado na atual sociedade da economia da informação ou economia do aprendizado, que segundo Jonson B e Lundvall, B (2000), ambas necessitam não só de conhecimento, mas de informação com ênfase na habilidade de aprender e construir novas competências. Entende-se que a maioria dos professores do senac está passando por esse processo compreensível, agregando ao seu universo intelectual, habilidades de aprender e construindo novos conhecimentos com ênfase na competência e qualidade do ensino. E sendo assim, tais relatos traduzem a interpretação de que há uma pequena preocupação da Instituição com a capacitação de seus professores para o exercício de sua profissão, conforme explicitado nas entrevistas dos gestores e observado nas entrelinhas das respostas dos alunos. Mas diante de estudos realizados a esta instituição, o Senac tem estrutura, mais que suficiente para investir, muito mais do que ele já investe em capacitação dos seus colaboradores, com cursos de especialização, mestrado e doutorado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado por meio de levantamento e seleção bibliográfica, revisão da literatura, análise documental de dados e avaliações de desempenho, bem como, da realização das entrevistas com os envolvidos, permitiu investigar as políticas de formação profissional emprego e renda como fator de inclusão social no Senac de Caldas novas Góias.

Para chegar-se às informações mais precisas, condizentes aos objetivos específicos e entender as políticas desenvolvidas pelo objeto de estudo desta pesquisa, recorreu-se inicialmente, a consultas no universo bibliográfico, quanto ao cenário das novas configurações do mundo do trabalho. Para tal, foi necessário buscar conceitos, definições e histórico das políticas públicas de emprego e renda no Brasil e conhecer a legislação pertinente a educação profissional, emprego e renda em nível nacional, compatível com a flexibilização produtiva das empresas, na tentativa de minimizar o desemprego nacional. Em seguida, buscou-se compreender o pensamento social contemporâneo e as crises econômicas desencadeadas no mundo do trabalho para posicionar-se, com reflexões, em torno da condição humana e do trabalho, sob a ótica da legislação brasileira.

Nesse sentido, constatou-se que, as transformações da sociedade moderna se constituem em uma nova sociedade, ou seja à sociedade da informação, advinda de um capitalismo fragmentado, enfraquecido e sem linearidade no pensar ao retratar a realidade, permitindo constatar também, que o trabalho tem uma nova significação ou dimensão, que constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial, em que se renova enquanto se modificam seus aspectos ao recriar outros modos de relação entre economia, Estado e sociedade.

Como a intenção foi trabalhar as políticas de formação profissional emprego e renda como fator essencial à inclusão social do cidadão e do trabalhador, buscou-se pesquisar e entender essa temática em duas instâncias, primeira a concepção do que seria inclusão social no universo intelectual e na segunda a identidade do objeto de estudo, ou seja, a identidade do Senac em níveis nacional, regional e local.

E desta forma, a pesquisa bibliográfica encontrou dados, dos quais ressalta-se a visão de que políticas públicas na área da ciência política nos dias atuais deixa de ser uma visão tão somente Keynesiana e passa a ser uma discussão no meio

acadêmico e democrático. Dessa maneira, o Estado passa a ideia de que administra seus recursos públicos e equaciona os bens em benefício da população de modo a incluir os excluídos.

Mas, o debate sobre a temática da inclusão e as políticas públicas também foi encontrado na pesquisa bibliográfica deste estudo na visão marxista sobre o capitalismo e, portanto ressalta que as políticas publicas criadas pelo Estado não são para incluir os excluídos e sim para manter-se no poder.

Percebeu-se que a educação do mundo capitalista não é capaz de mudar a exclusão social, uma vez que a questão da desigualdade social está vinculada a pobreza e a falta de cidadania, restringindo-se na concepção de que o papel da educação não é o de mudar os modos de pensar, mas destinada para o controle da sociedade, que vai ao encontro do papel regulatório do Estado.

No decorrer da pesquisa, outros dados foram encontrados sobre o fator exclusão social. Dados esses como a criação e implementação pelo Estado brasileiro de políticas públicas de geração de emprego e renda no Brasil, a partir de 2003 no governo Lula, que são direcionadas às classes menos favorecidas, ou seja voltadas para a pobreza e o desemprego como medidas compensatórias à exclusão social.

Diante dessas informações, a presente dissertação enfatiza que, tais ações do governo, criadas com investimentos públicos amplia a inserção dos diversos segmentos da sociedade consideradas essenciais ao desenvolvimento econômico do país, uma vez que, a importância está no trabalho, pois é a partir dele que o homem torna-se um ser social, distinguindo-se das outras formas não humanas e sendo capaz de absorver conhecimentos e formular conceitos ao pensar e relacionar-se com o outro. Porém, constatou-se que, tais políticas públicas não são suficientes para acompanhar a revolução tecnológica e os avanços rápidos das informações no mundo do trabalho. Ainda existe um contingente muito grande de pessoas esperando por qualificação profissional para atender a demanda atual de empregos na sociedade da informação.

Além dessa constatação, a pesquisa bibliográfica destacou a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº. 9394/96 que traz além da complementaridade a educação básica e ao ensino médio, maior ênfase na formação e integração da pessoa no mundo do trabalho, fortemente acompanhada

pelo desenvolvimento das competências autônomas e críticas seguidas de aprendizagem contínua. Para uma sociedade emergente, considera-se tal ação como o início de uma mudança que envolve vários seguimentos da sociedade a desenvolverem educação profissional, inclusive o sistema S, do qual o objeto de estudo dessa dissertação, o Senac está inserido. De posse dessa compreensão bibliográfica e da pesquisa de campo confrontou-se as mesmas com os objetivos propostos inicialmente ao investigar o Senac de Caldas Novas.

Levantar as áreas de atuação mais relevantes no senac de Caldas Novas foi o primeiro objetivo dessa dissertação e as respostas encontradas por meio delas foram que, o senac estrutura seus cursos por eixos tecnológicos e não mais por área. Dessa maneira, os eixos tecnológicos mais relevantes encontrados na Unidade configuraram-se em Saúde, Negócios, Beleza, Tecnologia e Segurança. Constatou-se nesse estudo que os cursos detectados têm boa aceitação pela comunidade, mas que falta desenvolver com maior ênfase o principal eixo tecnológico Turismo e Hospitalidade, uma vez que os municípios de Caldas Novas e Rio Quente ⁵² estão entre os os maiores centros hidrotermais do mundo, dado esse que caberia um estudo mais aprofundado para descobrir as verdadeiras causas de sua quase inexistência, isto é, a inexistência dos eixos Turismo e Hospitalidade.. Para responder ao segundo objetivo desta dissertação, encontrou-se conforme a figura 04, os cursos mais ofertados e os mais solicitados no Senac de Caldas Novas que foram: Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança, Cabeleireiro e Aprendizagem, reforçando mais uma vez a falta de atuação no que se refere ao eixo de turismo e hospitalidade.

Já o terceiro objetivo, que diz respeito a origem e a aplicação dos incentivos financeiros públicos e privados da Unidade do Senac de Caldas Novas foi mais difícil entender, pois para começar, em todos os depoimentos dos entrevistados, o Senac em não tem nenhuma ligação com o fator público, segundo o art.4 da lei 8.621/46, o senac de todo Brasil é mantido com 1% da receita compulsória dos empresários que repassam para o governo federal e ele repassa ao Senac Nacional que por sua vez distribui esse percentual a todos os regionais, que repassam às suas Unidades. A pergunta que fica é: quem criou o SENAC? a resposta que chega é. O Estado com investimento arrecadado das empresas. Logo, é dinheiro público. Com relação aos

⁵² Rio Quente , embora distante de alguns quilômetros de Caldas Novas faz parte do mesmo complexo hidrotermal no Estado de Goiás.

valores cobrados ou praticados nos cursos, segundo as informações em entrevistas com os gestores, são valores a baixo do mercado e que não ultrapassam os valores do próprio curso, ou seja, para cada um real que sai da Unidade, entra-se um real e vinte e um para a Empresa. Diante dessas duas situações, iniciativa privada e compulsório do Estado constata-se que, o incentivo é considerado de forma bastante tímida, evidenciado o contingente de cidadãos Caldasnovenses esperando por uma vaga de capacitação profissional. O processo de exclusão social continua perverso e condicionando os excluídos, cada vez mais, a se inserirem em um mercado informal e/ou ilegal para garantir sua sobrevivência na sociedade.

O quarto e último objetivo, que se refere a análise das políticas externas e internas adotadas pelo Senac para incluir o cidadão no mundo do trabalho também foi constatado. Primeiramente, entendeu-se que, uma das políticas internas para esse fim foi a criação do PRONATEC e do Programa Senac Gratuidade (PSG), que já utilizavam no ano de 2012, 45% dos recursos da receita do compulsório para a qualificação profissional da categoria de baixa renda. Uma outra forma, que o Senac encontrou foi a de colocar a disposição do cliente em potencial financeiro, cursos com valores a baixo do praticado no mercado. E por fim, o Senac criou um Banco de oportunidades, onde o aluno egresso é cadastrado no site do senacempregos, no qual as empresas cadastram as vagas disponíveis e a Unidade presta informação, orientação, encaminhamento e acompanhamento ao mercado de trabalho, que são ações imprescindíveis ao mundo do trabalho atual.

A pesquisa de campo demonstrou que, o Senac de Caldas Novas apesar de desenvolver políticas de formação emprego e renda, por meio de cursos de qualificação, aperfeiçoamento e outros da natureza com competência e qualidade, não desempenha ações pontuais suficientes de acordo com o modelo de seguridade social público previsto em lei constitucional de 1988, no que se refere à pobreza, conhecidas atualmente como medidas emergenciais. Ele cumpre com seu papel em buscar sua diferenciação no mercado com uma gestão moderna, flexível e capaz de acompanhar os avanços tecnológicos, mas, não suficiente para alterar os processos que produzem a situação de pobreza, pois a maioria de seus produtos são inalcançáveis à essa demanda.

Evidenciou-se também, nesta dissertação, que as ações de qualificação social e profissional do Governo como, o programa Plano Nacional de Qualificação

(PNQ), mencionado nesta pesquisa, cujo caráter é compensatório, eventual e fragmentário, revela-se contraditório, na medida em que não se percebe na prática a distinção entre o que venha a ser afirmação de direitos constitucionais e ações emergenciais empregadas por ele.

É preciso, portanto, registrar de forma explicativa, que essas evidências e constatações não significam uma crítica às políticas de formação profissional do Senac e aos programas de geração de emprego e renda em si mesmos e sim, uma crítica para a urgência do reconhecimento de que a Instituição têm estrutura e financiamentos o suficiente para atender às necessidades imediatas de sobrevivência de trabalhadores sem emprego no município de Caldas Novas, buscando maiores condições para sua integração ao atual mundo do trabalho. Porém, as propostas para esses trabalhadores ainda se apresentam de forma muito tímida e de caráter provisório, de alívio à situação de pobreza e inclusão social e quando não acompanhados de outras medidas estruturais, tornam-se medidas paliativas, isto se considerarmos o percentual do compulsório aplicado atualmente, pois na verdade, mesmo se aplicar os 100%, em nível nacional, ainda fica muito no paliativo.

Assim, o desafio que se apresenta é o de superar as medidas paliativas com estratégias de inclusão social e empreender alternativas mais duradouras de intervenção social condizentes com o *boom* do emprego no país e que retomem o paradigma de inclusão social, segundo o quesito constitucional, no qual as condições de vida e trabalho dos trabalhadores passem a ser vistas como um problema público, de modo a reafirmar a universalização e a integração desses programas de combate à pobreza com outras esferas sociais, proporcionando maior incentivo financeiro às instituições privadas, como o SENAC que têm estrutura suficiente para desenvolver políticas de trabalho e renda.

E assim, este estudo concebe um novo olhar a temática proposta e com certeza não teve a pretensão de esgotar o assunto, uma vez que constatou-se que ele tem grandes proporções a serem alcançadas, mas que poderá servir de subsídio para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. Caldas Novas: **Além das águas quentes**. Kelpes: Goiania, 1996.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. De Mário da Gama Cury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, Emir (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Marco António. **O público e o privado em Hanna Arendt**. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf. Acessado em: 24 de maio de 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 4.ed Cortez: São Paulo,1998.

_____. Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, n. 37, p. 23-45, jul./dez. Salvador, 2002.

ANTUNES, Ricardo. POCHMANN, Marcio. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. Disponível em http://www.boitempo.com/livro_produção_da_pobreza-p65126.07.2007.=978-85=7559-177-2. acessado em 24 de junho de 2012.

_____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4ed, São Paulo: Boitempo,1997.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. Ed. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. **Revista de Filosofia**, Amargosa, Bahia – Brasil, v.3, n.1, junho/2011. Disponível em [www.marilia.unesp.br/Home/...//Ronaldo_Callegaro\(88-100\).pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/...//Ronaldo_Callegaro(88-100).pdf). Acessado em 06 de junho de 2012.

_____. Hannah. **A condição humana**. 10ª ed, São Paulo: Editora Forense-Universitária, 2007.

_____. Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense,1989.

BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1974.

BARAN, Paul. **Economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARNEY, J.B. Strategic Factor Markets: Expectations, Luck, and Business Strategy, **Management Science**, 32 (10), 1986, pp. 1231-1241.

BARROS, José D´ Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. *Tempo social, Revista de sociologia da USP*. V. 23, n.1. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a11.pdf> Acessado em 10 de julho de 2012.

BARROS, Maria Cláudia Meira Santos. **Breves reflexões sobre a importância da categoria trabalho em Karl Marx e suas implicações na contemporaneidade**. Disponível em: www.educonufs.com.br/.../Microsoft%20Word%20-.... Acessado em 10 de julho de 2012.

BELISÁRIO, Alessandro Magno Damasceno. Territórios e ambientalismo na Serra de Caldas Novas. Goiânia: UFG, 2005. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, Universidade Federal de Goiás, 2005b.

BERNARDES, Genilda D´arc; CHAVES, Guedes. Projetos de pesquisa: revisitando o tema. In: **Educação e Mudança**. Nº. 3. Anápolis, janeiro / junho - 1999.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho-13.tir.Rio de Janeiro :campus,1992. 217p. In: SANTOS, J. M. O Duplo Caráter das Políticas Públicas. **DISSERTAÇÃO**. Unievangélica. Anápolis, 2006.**

BORBA, Andreilcy Alvino & LIMA, Herlander Mata. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia**. Disponível em www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/a3.pdf. Acessado em 10 de julho de 2012.

BRASIL. **Lei Federal** nº 24.643, de 16 DE Julho de 1934. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao.htm. Acesso em 21 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 10.224/2001. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 9.029/1995, de 16 DE Julho de 1934. Dispõe sobre a proibição discriminatória Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de julho de 2011.

_____.**Lei Federal** nº 5.452, de 16 DE Julho de 1943. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 14 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial baseado no artigo 180 da Constituição Federal Brasileira. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 14 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 2.208/97. Dispõe sobre a regulamentação da certificação estadual e federal e cria também mecanismos institucionais permanentes para a articulação entre trabalhadores, escolas e empresários. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 13 de junho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 5.154 de 23 de julho em 2004, revoga o Decreto nº 2.208/97 e regulamenta a Educação Profissional a ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 5.421 de 21 de maio de 1943. Dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 18 de julho de 2011.

_____. **Lei Federal** nº 10.421/2002. Dispõe sobre a licença a maternidade e ao salário a maternidade à mãe adotante. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de julho de 2011. Acessado em 20 de julho de 2012.

_____. **Lei Federal** nº 8.622. Dispõe sobre os deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores (praticantes), relativos à aprendizagem dos comerciários, respaldados pelo art. 160 da Constituição Federal Brasileira. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de julho de 2011. Acessado em 25 de julho de 2012.

BRENNER, Robert, The economics of global turbulence: a special report of the world economy. 1958-98. New Leff. **Review**, n. 229, mai/jun. 1998.

BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMPOS, Lauro. **A crise completa**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações. DF, 2000.

CARIGNATO, Lucirene Aparecida. A condição humana de Hanna Arendth. **Resenha**. 10 ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CAVES, R.; PORTER, M. From entry barriers to mobility barriers: conjectural

decisions and contrived deterrence to new competition. *Quarterly Journal of Economics*, v. 91, p. 241-261, 1977.

CEMBRANELLI, M. **Gerência de recursos humanos**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional. 1998.

CHACON, Suely Salgueiro. Geração de emprego e renda: ponto essencial para o alcance do desenvolvimento. **Artigo**. 14/08/2006. Disponível em www.cofecom.org.index.php.optio=com.cont7&task. Acessado em 27/03/2012.

CHIAVON, Eva Maria Cella Dal. **A geração de emprego, trabalho e renda como motor para o desenvolvimento**. ipea, 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/63421921/geracao-de-emprego-trabalho-e-renda>> Acessado em 23 de maio de 2012

CHRISMAN, James; HOFER, Charles; BOULTON, Willian. Toward a system for classifying business strategies. **The Academy of Management Review**. Briarcliff Manor: v. 13, n. 3, p. 413-428, Jul 1998.

CRUZ, H. N. da. A questão do Investimento. **Revista análise econômica**, ano 6, n. 10, p. 29-38, novembro de 1988.

CRUZ, V.V. **Repensando o conceito de políticas públicas**. Disponível em: www.artigonal.com/noticias&/sociedade/politica. Acessado em 27/03/2012.

DALLROSSO, Sadi, SÁ FORTES, José Augusto Abreu (orgs).**Condições de trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: época, 2008.

DAVIDSON, P. Teoria da Realidade e Econômica. **Jornal de Pós economia keynesiana** 18 (4): 479-508. 10.2307/4538504 .1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMASE, Domênico. **A sociedade pós-industrial**. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

DEMSETZ, H. Industry structure, market rivalry, and public policy. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 16, n. 1, p. 1-9, 1973.

DENHARDT, Robert. B. **Teoria geral de organizações públicas**. 4. ed. (trad. Prof. Francisco G. Heidemann), Wadsworth, Thompson, 2004.

DESS, Gregory; ROBINSON JR, Richard. Measuring organizational performance: in the Irwing, 1969. **Journal**, v.18, Summer Special Issue, p.15-30, 1997.

DI STÉFANO, R. **O líder coach: líderes criando líderes**. Rio de Janeiro: Qualitymarc, 2005.

DIAS, Maria do Carmo da Silva. **Artigo**: Geração de emprego, renda e política de

qualificação nacional: elementos para uma análise no Estado do Pará. UFPA. 2008. Disponível em: <www.uel.br/grupo-pesquisa>.

DIERICKX, I.; COOL, K. Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. **Management Science**, Providence, v. 35, n. 12, p. 1504-1511, 1989.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Trad. de Apolônio de Carvalho. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963.

FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). Introdução à política brasileira, São Paulo. Paulus. 2007. Apud. CRUZ, V.V. **artigo**: repensando o conceito de políticas publicas. Disponível em: <www.artigonal.com/noticias&/sociedade/política> Acessado em: 27/03/2012.

FERREIRA, Luiz P. **Dicionário de sociologia**; Editora José Bushatsky, 1977. Apud. TORRES, Severino de França. POLÍTICA: Teorias da democracia, Recife, Janeiro/2008.

FILHO, João Meirelles. **Ecoturismo e Amazônia: biodiversidade, etnodiversidade e diversidade cultural**. In: TRIGO, Luiz. Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca. p. 555-566, 2005.

FIORATI, Jete Jane. Os direitos do homem e a condição humana no pensamento de Hanna Arendt. **Revista** de informação legislativa. A.36, n.142. Brasília, 1999. Disponível em: www.dhmet.org.br/direitos/filosofia/arendth/fioratti_dh>condi... Acessado em 25 de maio de 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e. Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 31-45, maio/ago., 1999. In WITTACZIK, Lidianne Soares. Artigo: educação profissional no Brasil. Disponível em: <www.revista.Ctai.senai.br/index.php/edição01/article/download/26> Acessado em 03/05/2012.

FRITSCH, Winston. **Aspectos estratégicos da política comercial brasileira**, 13ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

GHEMAWAT, Pankaj. **Commitment**: the dynamic of strategy. The Free Press, New York. 1991.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. 1ª edição. Forense, Rio de Janeiro, 1987.

GRAMISCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1978. Apud **artigo**. A pedagogia de Gramsci e o Brasil. 2004. Disponível em: <www.acesa.com/gramsci/?id=168&page=visualizar>. Acessado em

02/05/2012.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local Ensaios: **Artigo**. Porto Alegre: FEE, 2009. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2381/2979>. Acessado em 23 de março de 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas de desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 1ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HELLER, A. & FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.1998.

HERBERT, T. T.; DERESKY, H. Generic strategies: an empirical investigation of typology and strategy content. **Strategic Management Journal**, v.8, p.135-147, 1987.

HITT, Michael A., **Administração Estratégica**: Competitividade e globalização/ Michael A. Hitt, R. Duane Ireland, Robert E. Hoskisson; Trad. All Tasks. --2a. ed.-- São Paulo: Cengage Learning, 2008.

INFORME PUBLICITÁRIO: folha de São Paulo, Domingo, 12 de agosto de 2012, p.1-15.

JANNUZZI,P.M. Considerações sobre uso, abuso e mau uso de indicadores nas políticas públicas municipais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 36(1):51-72,2002.

JINKINGS, I; MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

KARAWEJCZYK, Tâmara Cecília & CARDOSO, Ana Paula. Atuação profissional em coaching e os desafios presentes e futuros nessa nova carreira. In **Boletim técnico do Senac**: a revista da educação profissional. Senac, Departamento Nacional, Vol.38, nº1, Jan/Abr de 2012. P. 47-59.

KASSAB, Álvaro. O novo mundo do trabalho; o trabalho no novo mundo. **Entrevista** de Marcio Pochmann e Ricardo Antunes. Análise da Centralidade do trabalho e o papel a ser desempenhado pelo Brasil no contexto das profundas mudanças registradas na sociedade pós-industrial. **Jornal** da Unicamp. 2007. Campinas São Paulo. Disponível em [www. Imprensa@ Unicamp. BR](http://www.Imprensa@Unicamp.BR). Acesso em 10 de julho de 2012.

KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradutor:

CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992. *Apud* MOREIRA, Ricardo Ramallete. **Artigo**: A derrota da lei de Say: elementos teóricos fundamentais e algumas complicações metodológicas e dinâmicas. V. 9, n. 2, Rio de Janeiro: May/August. 2005. Disponível em: <[HTTP://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482005000200008](http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482005000200008)> Acessado em 29 de abril de 2012.

KLIMAN, Andrew. **Reclamando capital de Marx**: uma refutação do mito da inconsistência. Lanhan, MD: Livros, Lexington, 2007.

_____, **A destruição de capital e a actual crise econômica**. Disponível em [HTTP://sdoline.or/50%80%/09cthe-destrtion-of-capital%e2%80%90%](http://sdoline.or/50%80%/09cthe-destrtion-of-capital%e2%80%90%). Em 24 de maio de 2012.

LACERDA, Leonardo Biscaia de & LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Exclusão social e trabalho na sociedade brasileira**. Disponível em: [HTTP://www.revistaautor.com.br/index.php?option=comcontent&&task=view&id=949&Itemid=51](http://www.revistaautor.com.br/index.php?option=comcontent&&task=view&id=949&Itemid=51). Acessado em 10 de julho de 2012.

LASSALE, Ferdinand. **O que é uma Constituição**. Belo Horizonte: Líder, 2002.

LEARNED, E. P.; CHRISTENSEN, C. R.; ANDREWS, K.; GUTH, W. D. **Business policy**. Text and case (rev. ed), Richard Dirwing. Homewood: 1969.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local x Exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: vozes, 2000.

LIMA, Antônio Almerico Biondi & LOPES, Fernando Augusto Moreira. **Diálogo social e qualificação profissional**: experiências e propostas. Disponível em [WWW.ministeriodotrabalhoemprego.com.br](http://www.ministeriodotrabalhoemprego.com.br). Acessado em 08 de agosto de 2012.

MACHADO, Cacilda. **Trabalho e exclusão social**: estudo de caso em praia da rosa e sapucaia. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/.../gent2_4.pdf. Acessado em 10 de julho de 2012.

MANFREDI, Sílvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. *Apud* WITTACZIK, Lidiane Soares. **Artigo**: educação profissional no Brasil. Disponível em: <revistactai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26/> Acessado em 03 de maio de 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A terceirização e o direito do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. ed.7, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____, Karl. **Manifesto do partido comunista**. Karl Marx & Friedrich Engels; tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2002.

McGAHAN, A. M.; PORTER, M. **How much does industry matter, really?** Strategic Management Journal 18: 15-30. MCGEE. Edited By: Richard A. Bettis, Will Mitchell, Edward J. Zajac.

MEISTER, Jeanne C. **Educação Corporativa**. 1ª ed. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

MEKSENAS, Paulo. Cidadania, poder e comunicação. São Paulo: Cortez, 2002. *In*. CRUZ, V.V. **artigo**: repensando o conceito de políticas públicas. Disponível em: WWW.artigonal.com/noticias&/sociedade/politica. Acessado em 27 de março de 2012.

MELO, R. B., MACON, R. Avaliação da Eficácia das Estratégias de Posicionamento e do Nível de Atratividade Setorial, do ponto de Vista do Acionista, **Rac**, v. 8, n. 2, abr/Jun. 2004:27-49.

MELO, Felicidade Maria de Faria & NARCISO, Maria de Lourdes Martins (2010,p.7). **Projeto Político Pedagógico**. Goiânia: Cir Gráfica, 2010.

MÉSZÁROS, Istvan. A educação para além do capital. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Bomtempo, 2005.

MILLER, A.; DESS, G. G. Assessing Porter's (1980): model in terms of its generability, accuracy and simplicity. **Journal of Management Studies**, v.30,n.4, p.553-585, July 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINTZBERG, H., Ahlstrand, B., & Lampel, J. **Safari de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia**: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. 2002 pp. 161 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), 2002.

MOREIRA, Ricardo Ramallete. A "derrota da lei de Say": elementos teóricos fundamentais e algumas implicações metodológicas e dinâmicas. **Revista economica contemp**. vol.9 no.2. Rio de Janeiro May/Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141598482005000200008&script=sci_arttext> Acessado em 14 de abril de 2012.

MORRIN, Edgar. **Articulação dos Saberes**. In: ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (org). O sentido da Escola. 3a. ed. Rio de Janeiro:D&PA, 2001.

NASCIMENTO, E. P. 1994. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 21, p. 29-47, jul.-dez.

Norma Brasileira de Regulamentação. **IPEA**. 2003, 2006. Disponível em <WWW.ipeagov.b.br/bd/pdf/2006/cap.7_politicas.pdf>. Acessado em 27 de maio de 2012.

OIT. **Relatório Global** 2005. Disponível em www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/.../relatorio_global2005.pd.... Acessado em 29 de março de 2012.

OLIVEIRA, Claudia Regina de. **Neoliberalismo, globalização e crises econômicas**. Disponível: www.revistapraedicatio.info.br/download/artigo10.pdf. Acessado em 24 de maio de 2012.

Organização Internacional do Trabalho – OIT. **2002 e 2004**. Disponível em www.guiatrabalhista.com.br/guia/oit.htm. Acessado em 08 de agosto de 2012.

PARENTE, André. **A última versão da realidade**: o virtual como metafísica da exterioridade, 1ª Ed, São Paulo: Ed. Jinkings Editores Associados Ltda., 1997.

PIROTA, Wilson Ricardo Buquetti & PIROTA, Kátia Cibelle Machado. **O impacto da flexibilização das leis trabalhistas sobre as condições de trabalho da mulher. XIII Encontro** da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 4-8 de Nov. Ouro Preto, Minas Gerais, 2002. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/.../2002/GT_Gen_ST22_Pirotta_texto.p. Acessado em 10 de julho de 2012.

POCHMANN, M. As possibilidades do trabalho e a nova economia no Brasil. *In*: RUBEN, Guilhermino, WAINER, Jacques e DWYER, Tom (orgs.). **Informática: organizações e sociedade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, M. Gasto social; o nível de emprego e a desigualdade de renda do trabalho no Brasil. *In*: SICSÚ, João (org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. ed. 1ª. São Paulo: Boi Tempo/RLS, 2007.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. 1ªed. São Paulo: Boi Tempo, 2001.

PORTER, M. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

_____, M. **Vantagem competitiva**. Criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Julia Sebba. Hanna Arendth versus Marx: uma defesa de Marx frente à crítica arenditiana. **Prometeus**. Ano 2, nº 04. Sergipe: 2009. Disponível em 200.17.141.110/periódicos/prometeu/revistas/ARQ_Prometeus_4. Acessado em 24 de maio de 2012.

RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas de geração de emprego e renda**: justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. **Texto** n. 27, Universidade de Brasília. Brasília, janeiro de 2003. Disponível em WWW.pes.gov.br/.../11_206217149852009. acessado em 27/03/2012.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Maria Isabel Baltar da Rocha (org.). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

ROMITA, Arion S. **Globalização da economia e direito do trabalho**. São Paulo: LTr,1997.

RUA, M. G. Carvalho. CARVALHO, M. I.V (orgs) **O estudo da política, tópicos selecionados. Brasília**:paralelo15,1998,27p. *Apud* SANTOS, J. M. O Duplo Caráter das Políticas Públicas. **DISSERTAÇÃO**. Unievangélica. Anápolis: 2006.

RUMELT, R. P. How much does industry matter? **Strategic Management Journal**, v.12, p.167-85, 1991.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1998.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1999. In: SANTOS, J. M. **O Duplo Caráter das Políticas Públicas**. 2006. **Dissertação de Mestrado**. Unievangélica. Anápolis, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo: Edusp, 2009.

_____, **Por uma outra globalização**: do pensamento à consciência universal, 11ed. Record, Rio de Janeiro, 2004.

SAVATER, Fernando et al.**O valor de educar, o valor de instruir**. Portugal:Porto Editora, 2010.

SCHAAF, A. **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1995.

SCHMALENSEE, R. Do markets differ much? **American Economic Review**, v.75, n.3, p.341-350, 1985.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Review of Robinson's. **Economics of imperfect competition**, 1934, JPE. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 1998.

SEN, Amartya. **Social exclusion**: concept, application and scrutiny. Social development Bank, n. 01, 2000.

SERRA, Rose. **A política pública de emprego e renda no Brasil**: estrutura e questões. Disponível em: www.periodicoeletronicos_ acessado em 27/03/2012.

SENAC. **A educação profissional no contexto da educação**. Disponível em: <www.senac.br/conheca/referenciais/ref2.htm>. Acesso em: 9 maio 2007.

_____. **DN - Departamento Nacional**. SENAC. Disponível em: <www.senac.br/conheca/referenciais/ref2.htm>. Acesso em: 9 maio 2007.

SHEPPARD, Michael. **Social work and social exclusion: the idea of practice**. Aldershot. Ashgate, 2006.

SILVA JUNIOR, C.C. **Especulação imobiliária e loteamentos irregulares: um estudo de caso em Caldas Novas-GO**. Revista Mirante, Pirinópolis-Go, ISSN, 1981 4080, v.1, n.2, p. 1-18, 2007.

SILVA, Rachel Inês; PALHARES, Márcia Maria; ROSA, Rosemar. **Infoinclusão: desafio para a sociedade atual**. Disponível em <www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/RachelMarciaRosemar>. Acessado em: 26 de julho de 2012.

SILVA, Eliezer Pereira; MORAES, Ana Márcia Pereira de, PEREIRA, Rosângela Saldanha. **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Artigo. São Luiz:UFMG, 2005.

SILVA, Francisco H. Lopes da. **As mudanças no mundo do trabalho e as novas demandas de educação**. Disponível em : <<http://www.coladaweb.com/pedagogia/as-mudancas-no-mundo-do-trabalho-e-as-novas-demandas-de-educacao>>. Acessado em 05/01/2013.

SOARES, Rosemary Dore, et al. **Política de formação profissional: o caso de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional, 1999. **Artigo**. Disponível em: <www.senac.br/informativo/bts/253/boltec253htm35k>. Acessado em 20 de março de 2012.

SWEEZY, Paul. **Prefácio ao livro trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**, de Harry Braverman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

_____, Paul. **Quatro conferências sobre o marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

TSUGUMI, Neide Yoko. **Inclusão social no mercado de trabalho e hospitalidade**. Dissertação (Mestrado). Universidade Anhembí. São Paulo: Morumbi. 2006.

VASCONCELOS, F.; CYRINO, A. **Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional**. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, 2000.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da sociedade brasileira**. 9. ed. São Paulo: ática, 2001,279p. *Apud* SANTOS, J. M. O Duplo Caráter das Políticas Públicas. Dissertação. Unievangélica. Anápolis, 2006.

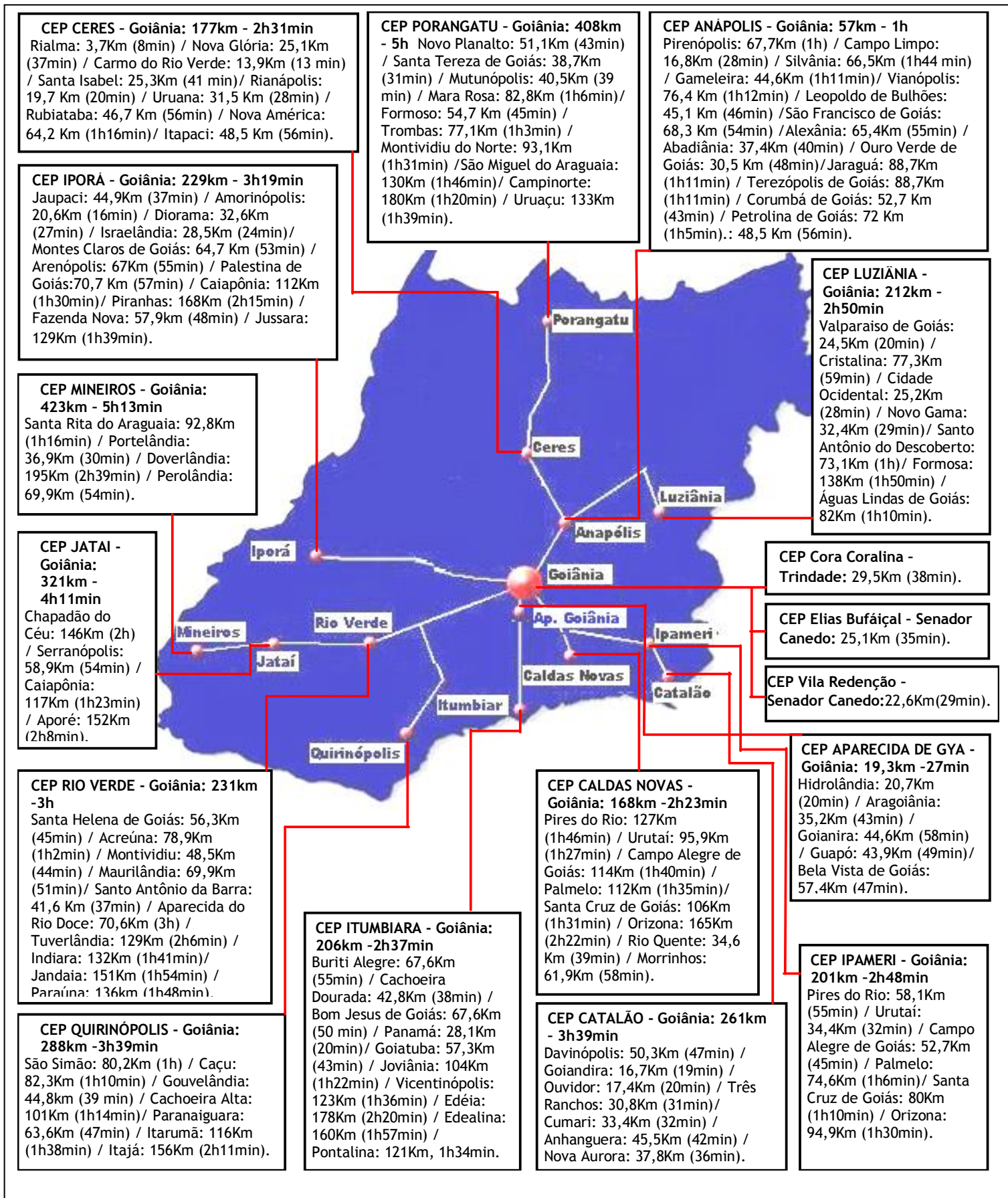
WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Moraes, 1991. 132p. *Apud* SANTOS, J. M. O Duplo Caráter das Políticas Públicas. Dissertação. Unievangélica. Anápolis, 2006.

WERNERFELT, B. "A Resource-based View of the Firm", **Strategic management. Journal** 5, no. 2, April-June, pp. 171-80, 1984.

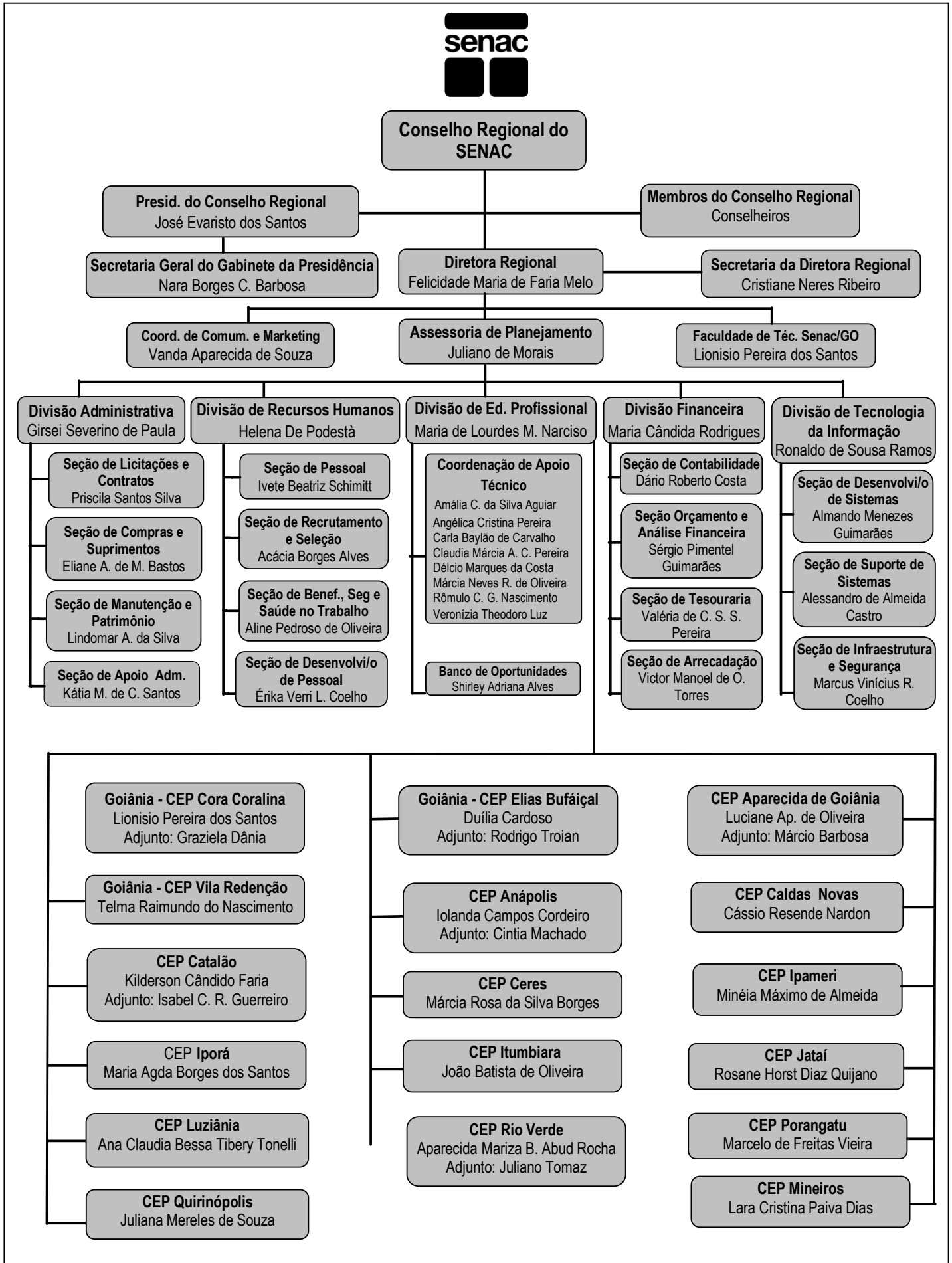
WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação profissional no Brasil. Disponível em revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26/. Acessado em 03 de maio de 2012.

ZUBEN, Newton Aquiles Von. **O "homo faber" e a mundanidade no pensamento político de Hanna Arendt**. Unicamp Campinas: Papiros, Disponível em www.fae.unicamp.br/vonzuben/homofab.html. Acessado em 20 de junho de 2012.

ANEXO A - MAPA DAS UNIDADES DO REGIONAL DE GOIÁS



ANEXO B - ORGANOGRAMA DO REGIONAL DE GOIÁS



ANEXO C - ANÁLISE DE PRODUÇÃO 2011 DO SENAC GO
Distribuição da Produção por Eixo Tecnológico e Ações Extensivas - 2011

ANÁLISE DE PRODUÇÃO 2011 DO SENAC GO

ANÁLISE DE PRODUÇÃO 2011 DO SENAC GO

ANÁLISE DE PRODUÇÃO 2011 DO SENAC GO

ANÁLISE DE PRODUÇÃO 2011 DO SENAC GO

ANEXO D - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS CURSOS DA UNIDADE DE
CALDAS NOVAS – GOIÁS.

APÊNDICE A - ENTREVISTAS COM OS GESTORES DO SENAC – GO

Entrevista a ser realizada com o **Diretor Regional** da Instituição SENAC – Goiás no município de Goiânia. Esta entrevista é uma das etapas de um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa para coleta de dados com objetivo de identificar, observar, estudar e analisar as políticas de formação profissional, emprego e renda como fator de inclusão social: o Caso SENAC de Caldas Novas Goiás, ou seja, é parte integrante de uma pesquisa do programa de Mestrado Multidisciplinar em sociedade, Tecnologia e Meio ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UNIEVANGÉLICA.

Todas as informações desta entrevista serão asseguradas, resguardando-as somente com a finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

- 1) Com sessenta e cinco anos de existência no Brasil, o SENAC hoje tem como missão educar para o trabalho em atividades de bens, serviços e turismo. Quais as políticas internas adotadas para que a Instituição se mantenha como referência em educação profissional no mundo do trabalho?
- 2) Como explicar a condição do SENAC no Brasil como um dos participantes do Sistema “S” que recebe apoio financeiro Federal e ao mesmo tempo adota características de Empresa privada?
- 3) Quais as mudanças ocorridas durante os últimos dez anos que justifica a seguinte frase encontrada no do site nacional: O SENAC é mais que uma instituição de ensino profissional e sim um produtor de conhecimento.
- 4) A expansão física do SENAC no Brasil contou ou conta até os dias atuais com algumas parcerias fortes ou aconteceu por esforço próprio aliada aos planejamentos estratégicos?
- 5) O que o SENAC Nacional e mais especificamente o Regional de Goiás tem feito quanto ao fomento à cidadania, a formação profissional e ao incentivo na busca de emprego e renda?
- 6) É possível mensurar as ações do SENAC em termos de qualificação profissional e convertê-las em dados significativos para combater a exclusão social?

- 7) Qual a metodologia aplicada pelo SENAC para mensurar os dados estatísticos referentes à inserção do aluno no mercado de trabalho?
- 8) Para encerrar, defina com poucas palavras o SENAC do século XXI , em especial o regional de GOIÁS e mais especificamente o SENAC de Caldas Novas.
- 9) Para encerrar defina com poucas palavras o SENAC – Goiás.

Entrevista a ser realizada com o **Diretor de Formação Profissional da Instituição SENAC – Goiás no município de Goiânia**. Esta entrevista é uma das etapas de um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa para coleta de dados com objetivo de identificar, observar, estudar e analisar as políticas de formação profissional, emprego e renda como fator de inclusão social: o Caso SENAC de Caldas Novas Goiás, ou seja é parte integrante de uma pesquisa do programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UNIEVANGÉLICA. Todas as informações desta entrevista serão asseguradas, resguardando-as somente com a finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

- 1) Quando e como se deu a expansão física do SENAC em Goiás?
- 2) Qual o número de Unidades Operativas em Goiás e qual o critério estabelecido para a sua criação?
- 3) Quais as políticas internas adotadas pela Regional de Goiás para atender as políticas públicas estaduais e federais de formação profissional, emprego e renda?
- 4) De que forma é repassado o incentivo financeiro do governo federal, bem como, outros necessários para subsidiar às unidades operativas?
- 5) Todas as Unidades operativas em Goiás atendem a demanda dos municípios, consideradas excluídas do mercado de trabalho, por falta de qualificação profissional?
- 6) Quais as áreas mais relevantes do Regional de Goiás e como elas são percebidas pela Instituição?

- 7) Existe um mecanismo interno de captação das informações externas para melhor atender o aluno/cliente do SENAC?
- 8) O SENAC Regional desenvolve programas externos e/ou internos voltados para a geração de emprego e renda no estado de Goiás?
- 9) Quais os objetivos do programa SENAC de Gratuidade desenvolvido nas Unidades Operativas?
- 10) Existem outros cursos na programação das Unidades Operativas que têm um certo custo para o aluno. De que maneira esse custo é levantado ou contabilizado para se chegar a um determinado valor?
- 11) As parcerias existentes no Regional de Goiás contribuem para a inclusão social do Estado? Até que ponto?
- 12) O regional de Goiás tem se preocupado e desenvolvido outras ações por meio de programas e projetos, voltadas para a inclusão do cidadão no mundo do trabalho?
- 13) Com poucas palavras, defina o SENAC Goiás?

Entrevista a ser realizada com o **Gerente da Unidade Educativa da Instituição SENAC** no município de Caldas Novas Goiás. Esta entrevista é uma das etapas de um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa para coleta de dados com objetivo de identificar, observar, estudar e analisar as políticas de formação profissional, emprego e renda como fator de inclusão social: o Caso SENAC de Caldas Novas Goiás, ou seja, é parte integrante de uma pesquisa do programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UNIEVANGÉLICA.

Todas as informações desta entrevista serão asseguradas, resguardando-as somente com a finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

- 1) Quais os Eixos de atuação mais relevantes do SENAC de Caldas Novas e os respectivos níveis de ensino desenvolvidos neste município?
- 2) O que é feito pela Unidade Educativa em termos de captação de informação no município e região para o planejamento dos cursos básicos e técnicos?
- 3) Atualmente a Unidade Educativa mantém alguma parceria para desenvolver os

cursos de capacitação mais urgentes para a comunidade deste município?
Quais são elas?

- 4) Além dos cursos do Programa SENAC gratuidade, a unidade educativa desenvolve também uma vasta planilha de cursos básicos e técnicos que geram custos para o aluno. Esse custo é revertido e aplicado de que maneira na Instituição?
- 5) A Unidade Educativa de Caldas Novas recebe parte dos incentivos financeiros estadual, federal e próprio como incentivo à inclusão do cidadão no mundo do trabalho?
- 6) De que forma a Instituição SENAC aplica as receitas advindas dos cursos com custos pro aluno?
- 7) A Unidade Educativa de Caldas Novas desenvolve ações voltadas para a inclusão social do cidadão deste município?
- 8) Existe um mecanismo interno na Unidade Educativa que possa informar à Regional de Goiás, da possível inserção do aluno do SENAC no mercado de trabalho do município e região?
- 9) Quais os critérios adotados para contratação dos professores desta Unidade Educacional?
- 10) Com poucas palavras, defina o SENAC Goiás e mais especificamente o de Caldas Novas do século XXI.

APÊNDICE B - ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DA UNIDADE DE CALDAS NOVAS

Entrevista a ser realizada com os **Professores e/ou coordenadores da Unidade da Instituição SENAC – Caldas Novas no município de Caldas Novas Goiás**. Esta entrevista é uma das etapas de um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa para coleta de dados com objetivo de identificar, observar, estudar e analisar as políticas de formação profissional, emprego e renda como fator de inclusão social: o Caso SENAC de Caldas Novas Goiás, ou seja, é parte integrante de uma pesquisa do programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UNIEVANGÉLICA.

Todas as informações desta entrevista serão asseguradas, resguardando-as somente com a finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

- 1) Trabalhar no SENAC foi uma escolha ou uma oportunidade no mercado profissional?
- 2) Há por parte da Instituição SENAC valorização do instrutor/professor no desempenho de suas ações profissionais?
- 3) Dentre as demais áreas desta Unidade Operativa, sua área de atuação é reconhecida, procurada e valorizada pela comunidade deste município?
- 4) A maioria de seus alunos se encontra empregados, desempregados ou o instrutor/professor do SENAC não tem esse tipo de conhecimento ou preocupação?
- 5) A Instituição SENAC investe no quadro de professores com incentivos morais, materiais, financeiros, didáticos e outros, para que possa desempenhar melhor sua função junto aos alunos?
- 6) No decorrer do curso os alunos demonstram satisfação com as ações desenvolvidas pela instituição, no que se refere à parte pedagógica?
- 7) Durante o desenvolvimento do curso, seus alunos são preparados para enfrentar com competência o mercado de trabalho?

- 8) Após o término do curso você se preocupa em saber se os seus alunos desempregados e até mesmo os empregados, conseguiram uma colocação no mercado ou uma colocação melhor de no mercado de trabalho?
- 9) No seu entendimento a Instituição SENAC trabalha com políticas de formação, emprego e renda com objetivos de minimizar a exclusão social deste município e região?
- 11) Com poucas palavras, defina o SENAC Goiás.

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM OS ALUNOS EGRESSOS DA UNIDADE DE CALDAS NOVAS

Entrevista a ser realizada com os **Alunos egressos da Unidade da Instituição SENAC – Caldas Novas no município de Caldas Novas Goiás**. Esta entrevista é uma das etapas de um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa para coleta de dados com objetivo de identificar, observar, estudar e analisar as políticas de formação profissional, emprego e renda como fator de inclusão social: o Caso SENAC de Caldas Novas Goiás, ou seja, é parte integrante de uma pesquisa do programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UNIEVANGÉLICA.

Todas as informações desta entrevista serão asseguradas, resguardando-as somente com a finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

- 1) Por que você escolheu o SENAC para fazer seu curso?
- 2) O desenvolvimento do curso que você fez no SEMAC correspondeu com suas expectativas diante de suas necessidades profissionais?
- 3) Você considera que seus professores/instrutores estavam capacitados para desenvolver a proposta pedagógica do curso, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente?
- 4) O curso que você fez no SENAC, com a respectiva proposta pedagógica te preparou para competir uma vaga no mercado de trabalho?
- 5) Durante sua permanência no SENAC, a gestão da Instituição SENAC de Caldas Novas se preocupou com o seu futuro profissional? Explique.
- 6) A Instituição SENAC de Caldas Novas demonstrou algum interesse, com aplicação de algum tipo de incentivo ou política pública que pudesse te incluir no mundo do trabalho?
- 7) Antes de vir procurar a instituição SENAC de Caldas Novas você se sentia excluído do mercado de trabalho. E agora você já conseguiu se incluir no mercado de trabalho?

- 8) Ao procurar uma vaga de emprego no mercado de trabalho, as empresas lhe deram crédito ou lhe trataram com mais respeito por ter feito seu curso no SENAC?
- 9) Você acredita que o SENAC é reconhecido pelas tecnologias que ele desenvolve?
- 10) Você ouviu algum tipo de comentário do SENAC pelos empregadores, relacionado a sua tradição e atuação no mercado durante o período em que você esteve a procura de emprego e o perceberam no seu currículo?
- 11) Você recomendaria os cursos do SENAC para outras pessoas de seu conhecimento? Por quê?
- 12-Com poucas palavras defina o que foi o SENAC de Caldas Novas para você.

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM ALUNOS EM ANDAMENTO

Entrevista a ser realizada com os **Alunos que estão nos cursos em andamento da Unidade da Instituição SENAC – Caldas Novas no município de Caldas Novas Goiás**. Esta entrevista é uma das etapas de um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa para coleta de dados com objetivo de identificar, observar, estudar e analisar as políticas de formação profissional, emprego e renda como fator de inclusão social: o Caso SENAC de Caldas Novas Goiás, ou seja, é parte integrante de uma pesquisa do programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UNIEVANGÉLICA.

Todas as informações desta entrevista serão asseguradas, resguardando-as somente com a finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

- 1) Por que você escolheu o SENAC para fazer esse curso?
- 2) O desenvolvimento do seu curso está correspondendo com suas expectativas iniciais?
- 3) O curso que você está fazendo prepara para competir uma vaga no mercado de trabalho?
- 4) Você considera que seus professores/instrutores estão capacitados para desenvolver a proposta pedagógica do curso, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente?
- 5) Você acredita que a gestão da Instituição SENAC de Caldas Novas se preocupa com o futuro profissional de seus alunos? Explique.
- 6) Antes de vir para a instituição SENAC de Caldas Novas você se sentia excluído do mercado de trabalho. E agora você se sente capacitado para enfrentá-lo?
- 7) A Instituição SENAC de Caldas Novas tem demonstrado interesse com aplicação de algum tipo de incentivo ou política pública que possa incluir seus alunos no mundo do trabalho?
- 8) Você recomendaria os cursos do SENAC para outras pessoas de seu conhecimento? Por quê?
- 9) Com poucas palavras defina o SENAC de Caldas Novas.